



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 49

II Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 16 de Maio de 2002

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados Natividade Luz (em substituição Sr. Deputado António Loura) e Raúl Rego (substituído, no decorrer da Sessão, pelo Deputado Aires Reis).*

Sumário

Os trabalhos tiveram início pela 10 horas e 15 minutos.

Período de Antes da Ordem do Dia:

Após a leitura da correspondência, deu-se continuação ao debate sobre a intervenção do Sr. Deputado Cabral Vieira, proferida no dia anterior, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*), Cabral Vieira (*PS*), Francisco Sousa (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Paulo Gusmão (*PP*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, *Francisco Coelho*. Produziram ainda intervenções de interesse político relevante para a Região, os Srs. Deputados José do Rego (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Raúl Rego (*PSD*), Francisco

Barros (*PS*), Francisco Oliveira (*PS*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Clélio Meneses (*PSD*), Paulo Messias (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), João Cunha (*PSD*), Renato Leal (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Educação e Cultura, *Álamo de Meneses* e da Agricultura e Pescas, *Ricardo Rodrigues*.

Período da Ordem do Dia:

- Continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regulamenta na Região Autónoma dos Açores os aspectos relativos à realização, em escolas da rede pública, dos estágios pedagógicos das licenciaturas em ensino e dos ramos educacional e de especialização em educação”.

Na continuação da discussão deste diploma, usaram da palavra os Srs. Deputados Joaquim Machado (*PSD*), José Rego (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Paulo Gusmão (*PP*), Costa Pereira (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, *Álamo de Meneses*.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

- Comunicação do Governo Regional à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos do artigo 101º. do Regimento, feita pela Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais, *Fernanda Mendes*.

Na sequência desta comunicação produziram intervenções os Srs. Deputados Bento Barcelos (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), José Decq Mota (*PCP*), Francisco Barros (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), Raúl Rego (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*) e a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais, *Fernanda Mendes*.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Cartão de Identificação do Utente do Serviço Regional de Saúde”.

Após a apresentação feita pela Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais, *Fernanda Mendes*, passou-se à votação da proposta, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 9/98/A, de 13 de Abril, que criou o Instituto de Gestão Financeira da Saúde”.

Na discussão deste diploma usaram da palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais, que fez a sua apresentação, e os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Bento Barcelos (*PSD*) e Manuel Avelar (*PS*).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

Produziram declarações de voto os Srs. Deputado Francisco Sousa (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*).

- Proposta de Resolução, apresentada pela Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, declarando findo o Período Legislativo de Maio.

Posta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 00 horas e 45 minutos

—

Presidente: Muito bom dia Srs. Deputados. Vamos dar início aos nossos trabalhos.

(Eram 10 horas e 15 minutos)

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Emanuel Mendonça **Furtado**

Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**
José António **Cabral Vieira**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José Humberto Medeiros **Chaves**
José do **Nascimento** de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Paulo Manuel **Ávila** **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

António **Bento** Fraga **Barcelos**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel Almada **Macedo**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros

Manuel Ribeiro Arruda

Manuel da Silva Azevedo

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 43 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos de hoje, com a leitura da correspondência chegada à Mesa.

Secretária (*Natividade Luz*): Do Gabinete do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, resposta ao requerimento nº 143/VII, da autoria dos Srs. Deputados Victor Cruz, José Manuel Bolieiro e Humberto Melo.

(A resposta a este requerimento encontra-se arquivada no respectivo processo)

Presidente: Não há mais correspondência. Este documento fica à disposição dos Srs. Deputados.

Ontem quando atingimos a hora regimental do Período de Antes da Ordem do Dia, estavam ainda inscritos para esclarecimentos, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Cabral Vieira, o Sr. Deputado Duarte Freitas e a Sra. Deputada Andreia

Cardoso. Se o Sr. Deputado Duarte Freitas mantém a intenção de pedir esclarecimentos, tem a palavra para o efeito.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Escutámos aqui ontem mais uma intervenção do Sr. Deputado Cabral Vieira acerca da situação económica nacional.

Já não é a primeira vez que o Sr. Deputado Cabral Vieira tenta traçar aqui um cenário que é permanente e que é cada vez mais negado pela generalidade dos economistas e dos analistas a nível nacional.

O Sr. Deputado Cabral Vieira está, de facto, ficando cada vez mais sozinho nessa perspectiva.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Comissário Pedro Solves concorda com o papel químico. Portanto, não está mal acompanhado!

O Orador: Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido socialista, o Sr. Comissário Pedro Solves já disse e desdisse várias vezes aquilo que tinha dito anteriormente.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó Sr. Deputado, a culpa agora é do Comissário?

O Orador: Não, não é do Comissário, a culpa é de quem enganou o Sr. Comissário e foram os senhores do Partido Socialista.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, penso que o senhor conhece alguém que já foi Presidente do Partido Socialista e que hoje em dia é o Presidente do Banco de Portugal, Victor Constâncio. Penso que sobre esse ninguém duvida da sua credibilidade técnica nem de estar, certamente, a favorecer o Partido Social Democrata, que diz, por exemplo, que estamos agora – e esse agora é da semana passada – a descobrir o rigor exigido com a adesão ao euro, que não nos devíamos ter esquecido.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Temos o Sr. Silva Lopes, potencial Ministro do PS para as Finanças, a dizer que reduzir o défice orçamental é imperioso.

Temos um conjunto de analistas a dizerem todos o mesmo e temos o Sr. Deputado Cabral Vieira cada vez mais sozinho a ostentar a bandeira de uma teoria que está completamente falida.

O Sr. Deputado Cabral Vieira faz-me lembrar os “cristãos novos”. O Sr. Deputado Cabral Vieira está, de facto, com o trauma do “cristão novo”.

Deputados Mark Marques e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Mesmo os cristãos mais ortodoxos da teoria socialista, já estão deixando cair essa teoria. Já não conseguem sustentar mais essa bandeira. O Sr. Deputado Cabral Vieira, como “cristão novo”, continua a agarrar-se a essa bandeira e a tentar provar, perante quem já não acredita mais, algo que as evidências já negaram.

Sr. Deputado Cabral Vieira, espero que esse trauma do “cristão novo” lhe passe, porque senão vai acabar por ir descredibilizando a sua postura como economista e como professor universitário.

Vindo de outros deputados e de outros representantes do Partido Socialista, se calhar com menos responsabilidades nessa área técnica e com mais passado em termos de defesa do Partido Socialista, isso teria sido mais lógico, mas vindo de quem tem as suas responsabilidades académicas e de quem tem uma recente história de adesão ao Partido Socialista, isso só pode ser tido como o trauma do “cristão novo”.

Deputado Mark Marques e Luís Medeiros (PS): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Devo dizer que a difícil situação económica nacional é reconhecida por toda a gente. Podemos duvidar, pode alguém pôr em causa que as medidas sejam as melhores, que se deveria ir mais ou menos longe, mas ninguém duvida neste momento que é preciso fazer uma inflecção e o próprio Ministro Pina Moura, na última fase do seu mandato, já percebeu isso.

Deputado Cabral Vieira (PS): É verdade.

O Orador: No ano passado tivemos dois orçamentos rectificativos.

Toda a situação económica nacional está conduzindo para a necessidade de se tomarem medidas draconianas para corrigir a desgraça, corrigir o caminho que o Partido Socialista levou Portugal, em termos de finanças públicas e dou alguns exemplos:

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Dê números!

O Orador: Dou números, Sr. Deputado.

Segunda a Comissão Europeia, Sr. Deputado Dionísio de Sousa, desde 1995 houve uma viragem em Portugal, relativamente – e que coincide com a subida ao poder do Eng^o António Guterres e do Partido Socialista – aos efectivos da função pública que, enquanto na Europa crescem a menos de 0,5%, em Portugal cresceram a 3,25% ao ano.

Neste momento, e é um recorde na União Europeia, 15% do PIB é para pagar as despesas com a função pública.

Em relação ao orçamento rectificativo, Sr. Deputado Cabral Vieira, o senhor sabe bem o que é que se passava relativamente aos dados preliminares da execução do Orçamento de 2002. Por exemplo, a receita fiscal prevista no orçamento feito pelo Partido Socialista, previa um aumento de 6,2%. Neste momento a execução, até agora, cresceu a uma média de 2,2%.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é cinismo. Isso não diz nada!

O Orador: O IRS estava previsto crescer a uma média de 4,9%, inclusivamente superior ao crescimento real do PIB e o executado neste momento estava apenas em um ponto percentual.

Deputado Cabral Vieira (PS): Tudo isso está abaixo da linha.

O Orador: Em relação ao IRC, quando estava previsto um aumento de 3,5%, registou-se que decresceu 15% em relação ao período homólogo.

Presidente: Agradecia que concluísse, pois já terminou o seu tempo.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Portanto, tudo isto levou a que se constatasse aquilo que foi óbvio para todos, ou seja, havia uma clara sub-avaliação das despesas e o exemplo concreto e paradigmático a que as despesas previstas com o pessoal para 2002 eram menores àquilo que foi executado em 2001 e havia uma clara sobreavaliação das receitas, no caso dos impostos directos e indirectos.

Portanto, Sr. Deputado Cabral Vieira, é evidente que o senhor está a pregar cada vez mais sozinho.

Vozes dos Srs. Deputados Mark Marques e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem!
Muito bem!*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O que os economista decididamente não podem negar e o senhor muito menos, são as evidências que eu gostaria aqui de lhe trazer e de partilhar consigo:

Carlos, que trabalha nos serviços municipalizados e a Elsa, que é empregada doméstica, têm um rendimento mensal de 140 mil escudos, contraíram um empréstimo para habitação no valor de 15 mil contos. Com a bonificação pagariam ao banco mensalmente 67 mil escudos, no regime 92.600 escudos. Em que é que isto se traduz? Traduz-se num aumento de 25 mil escudos mensais nas despesas deste casal. Traduz-se num aumento de 37% no acesso à habitação. Traduz-se também numa coisa muito mais grave que é o direito a crédito à habitação já nem esta família tem, porque o peso das mensalidades do regime geral no rendimento desse agregado familiar excede 50% do seu rendimento. Portanto, nem mesmo com pessoa a afiançar esse mesmo empréstimo, essa família tem direito a crédito à habitação.

Vozes da bancada do PSD: De quem é a culpa?!

Deputado João Cunha (PSD): Será do Pina Moura ou do António Guterres?!

Vozes da bancada do PS: É do PSD!

Presidente: Srs. Deputados, peço que deixem a Sra. Deputada prosseguir.

A Oradora: Essa família, naturalmente, vai continuar a viver em casa dos pais ou então vai construir um daqueles anexos que não são autorizados pela Câmara Municipal e daqui a uns anos o que nos vai acontecer é que vamos estar todos nós aqui a debater novamente a erradicação de barracas, que foi fortemente combatida pelo Governo do Partido Socialista. É esta a realidade que nós vamos estar aqui a debater daqui a dez anos.

Tenho ainda a dizer-lhe que as medidas que o Partido Social Democrata apresenta como grande bandeira da evasão fiscal, aqueles dez contitos que agora se podem deduzir no fim do ano, o senhor sabe o que é que isso significa? Significa que essa

mesma família que tem um carro com mais de 10 anos, cujas reparações anuais têm um peso muito grande no seu rendimento e se pagar anualmente em reparações 80 mil escudos, e se o mecânico lhe perguntar quer factura, ela diz-lhe que não quer, porque mesmo assim poupa 400 escudos. É isso que essa família lhe vai dizer, porque consigo poupar 400 escudos, se viver nos Açores, porque se viver no Continente poupo 5.200 escudos.

Portanto, Sr. Deputado, são estas as medidas de evasão fiscal que os senhores apresentam. Brilhante!

O senhor sabe de que é que isto se trata? Trata-se de fraude eleitoral. São estas as realidades que vocês apresentam.

Mas mais:

O senhor sabe o que é que isto traduz? Traduz um orçamento negativo do ponto de vista social.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Apresente números.

A Oradora: Apresento números e apresento realidades que os açorianos entendem.

Tudo isto trata-se de uma grande operação de cosmética, trata-se de medidas fáceis para quem governa, mas difíceis para quem tem que as sustentar e para quem tem de viver com elas.

São estas as palavras que eu quero aqui deixar.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS e do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Deputado Joaquim Machado (PSD): Vem aí o “cristão novo”!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ouça para aprender!

O Orador: Não é nenhum “cristão novo”.

Eu já estou habituado a ouvir discursos totalmente ociosos, ociosos como o orçamento, vindos do Sr. Deputado Duarte Freitas. Eu devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que o senhor não tem nenhuma razão no que diz e sabe que não tem. Ocupou 2 ou 3 minutos para dizer nada. Não disse absolutamente nada.

Eu vou colocar alguns dados relativamente ao orçamento rectificativo, que é exactamente isso que nós estamos aqui a discutir.

O que sobressai desse orçamento rectificativo é o aumento do IVA; é o fim do crédito bonificado para as novas operações de crédito; foi uma tentativa e mesmo com tentativa é importante registar que ficou a intenção de aperto ao poder local; é o regresso da antiga lei de disponíveis, agora supra-numericos. Isto é o que sobressai, em grande linhas, deste orçamento.

Eu queria dizer ainda ao Sr. Deputado o seguinte:

O PS, de facto, orgulha-se e pode orgulhar-se, porque teve um desempenho brilhante de 1995 a 2001.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nossa Senhora!

O Orador: Ó Sr. Deputado, o Governo do PS herdou uma situação bem difícil em 1995 e não dramatizou, não acabou com o crédito bonificado, não aumentou o IVA, não implementou nenhuma lei dos disponíveis.

Mas, mais do que isso, consolidou as finanças públicas de acordo com os objectivos definidos para a altura. A dívida pública desceu abaixo de 60% do Produto Interno Bruto, o défice do sector público desceu abaixo de 3% do PIB, o que era impensável pelo próprio PSD, pelo Professor Cavaco Silva em 1995.

Sr. Deputado, tivesse o Partido Socialista herdado em 1995 a situação que deixou no 1º trimestre de 2002 e teria não só reduzido o défice público abaixo do 3%, mas já estava cumprido o objectivo do pacto de estabilidade, ou seja, 0%. Isto é que é verdade.

O défice da saúde passou de 5% para 3, depois para 1 e tal e neste momento situa-se nos 2,8%. Veja lá, Sr. Deputado, se tivéssemos herdado 2,8%, certamente que, com o brilhantismo reconhecido pela União Europeia, hoje já teríamos o défice a 0% do PIB. Isto é verdade.

Mas, Sr. Deputado, há uma coisa que eu não percebo aqui neste orçamento que é agora essa impotência total. Afinal até dá a ideia que durante a campanha eleitoral era só garganta, era só fogo de vista.

Deputado José San-Bento (PS): E era!

O Orador: Com tão mau desempenho agora, dá para suspeitar que os senhores, de facto, não tinham ideias, não tinham sentido de Estado e actualmente fogem às responsabilidades.

Este orçamento, ao contrário do que quer dizer, não é o orçamento do PS, mas sim o orçamento do PSD e da coligação.

Sr. Deputado, relativamente ao déficite estamos conversados. Foi reconhecido pela União Europeia e o Governo do Partido Socialista teve um desempenho brilhante.

Relativamente à despesa, Sr. Deputado, quem aumentou mais a despesa no país foi o PSD entre 90 e 95. Eu vou só dar-lhe a despesa primária, aquela que é importante exactamente para o rácio ou que comanda o rácio de dívida pública. A despesa primária passou de 33% em 1990 para 41% em 1995, sendo actualmente de 42%, praticamente estabilizado entre 96 e 2001.

Sr. Deputado, contra factos não há argumentos. Não basta falar do que se diz, pense e inflecte os resultados. É isso que eu lhe peço.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência. Dispõe de três minutos.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Não sendo propriamente especialista em economia ou em finanças, mas também não sendo “cristão novo” não posso deixar, na sequência da sua intervenção, de fazer alguns comentários mais de ordem política, porque essa também me parece já perfeitamente clara e permite algumas considerações neste momento e a primeira delas é que parece que há vitórias que se tornam muito difíceis e o PSD-Açores,

passado o entusiasmo inicial, começa a ter a enorme dificuldade em fazer de advogado do diabo, daquilo que vai ser a política do PSD.

O PSD tem mostrado de uma forma muito rápida e muito célere o que é governar à PSD.

Deputado Mark Marques (PSD): O que é governar muito bem! Pelo menos toma medidas.

O Orador: Nós começamos já a ver isto, ou seja, enquanto o PSD-Açores, na oposição, na Região, votou nesta Casa – e ainda bem que votou – um diploma de justiça social para que os falsos tarefeiros, os trabalhadores que tiveram na Administração Pública nos programas MEF e PROSA fossem integrados na função pública, o PSD a nível nacional recria o quadro dos disponíveis, de má memória, e ameaça despedir mais de 10 mil funcionários.

O PSD a nível regional, quando esteve na oposição, lembrou-se de se apaixonar por aquilo que tinha acabado, que era a compensação dos custos de insularidade.

O PSD nesta Casa tem exigido aumentos acima do razoável, na nossa opinião, para a remuneração complementar.

O PSD no poder a nível nacional despede funcionários e ameaça congelar salários.

O PSD a nível regional defende baixas de impostos; o PSD a nível nacional começa logo por aumentar o IVA.

Portanto, temos uma grande virtude, temos a virtude de ver que aquilo que o PSD regional faz, fá-lo, apenas e só, porque está na oposição.

O PSD a nível regional tem agora a sombra, o fantasma e o espelho de ter que defender um Governo que relembra aos açorianos e aos portugueses, em geral, o que é o PSD no poder.

Só por isso estamos agradecidos. Também por isso e por mais do que isso vamos continuar a defender aquilo que consideramos justo, vamos continuar a defender a justiça social, vamos continuar a defender a autonomia.

Já agora, e para não esquecer um pequeno pormenor em termos de defesa dos interesses regionais, talvez fosse bom lembrar hoje, nesta Casa, que o Srs. Deputados do PSD, pelo círculo eleitoral dos Açores, João Bosco Mota Amaral, Victor Cruz e Joaquim Ponte, ontem, na Assembleia da República, votaram contra a

proposta do Partido Socialista para que fosse inscrita uma verba já no corrente ano para a reconstrução das ilhas do Faial e do Pico.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Presidente do Governo é que aceitou!

O Orador: Vê-se o que é que o PSD diz nesta Casa sobre a reconstrução, vê-se o que é que o PSD faz, acerca de reconstrução, em Lisboa.

Estamos esclarecidos relativamente às boas intenções do PSD.

(Aplausos da bancada do PS)

Deputado João Cunha (PSD): *O Sr. teve 4 anos para pedir essa verba e não o fez! Devia ter vergonha de dizer isso!*

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.*

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Só duas ou três referências na sequência do debate da economia nacional que estamos aqui a fazer, porque depois importará certamente também regionalizar este debate como, aliás, o Sr. Secretário, Francisco Coelho acabou de tentar fazer.

O que é facto é que o Orçamento de Estado para 2002 previa um crescimento do PIB de 1.8. Neste momento, estima-se que ele seja apenas de 1.3, ou seja, menos 0,5 do que estava estimado.

Previa-se uma inflação de 3% e, neste momento, prevê-se 3.5, mais 0,5.

O déficit que se previa de 1.8, já se chegou à conclusão que se não fosse feito o orçamento rectificativo chegaria 4.5. Vamos apontar para os 2.8. Este orçamento rectificativo só tem um objectivo que é estancar uma “hemorragia”, corrigir o rumo ao descalabro que levava a política do Partido Socialista na economia portuguesa. Esse é o sentido do orçamento rectificativo.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): *Isso é conversa de chacha!*

O Orador: *Os senhores conduziam este país, no que diz respeito às finanças públicas, ao descalabro.*

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Deputado Dionísio de Sousa (PS): *Isso é conversa de chacha!*

O Orador: É uma vergonha para Portugal quando se apresenta a Bruxelas um déficit de 1.8 e, neste momento, caminhávamos para 4.5. É uma vergonha para Portugal!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado Alvarino Pinheiro)

O Orador: Algo tinha que ser feito. Há uma vergonha para Portugal e que nos penaliza a nós açorianos por duas vias, primeiro porque nós nos estamos a aproximar da média nacional e penaliza ainda mais os Açores, porque Portugal desde 2000 que não se aproxima da média europeia e isto por culpa do vosso governo. Os Srs. deviam ter vergonha do que fizeram e ainda arranjam desculpas e querem gabar-se. Deviam ter vergonha da forma como governaram Portugal, que é uma vergonha para o país e estamos todos a pagar por isso.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!*

O Orador: Ninguém gosta de tomar algumas das medidas que estão a ser tomadas, mas têm que ser tomadas, porque alguém tem que corrigir o rumo para onde vocês levaram este país.

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado Alvarino Pinheiro)

O Orador: *Sr. Secretário, relativamente à regionalização deste debate, existe aqui uma divergência completa. O Presidente do Partido Social Democrata dos Açores, na Região e no Continente diz a mesma coisa. Os dirigentes do Partido Social*

Democrata dizem a mesma coisa, agora da vossa parte é muito diferente, tanto aqui dentro da Região e até mesmo comparado com o Continente, senão vejamos:

O Sr. Presidente do Governo saiu de uma audiência com o Primeiro-Ministro e disse que a maneira como viria o dinheiro era indiferente e que o Governo da República é que o teria que resolver, em primeiro lugar, em segundo lugar disse que tinha obtido, e mostrava-se agradado com isso, do Sr. Primeiro-Ministro o compromisso de tudo fazer para no orçamento de 2003 termos as verbas relativas àquele compromisso atrasado que vinha do Partido Socialista.

O senhor disse aqui dentro que a exigência daqueles 4 milhões não eram para já, aliás, o que coincide com aquilo que o Sr. Presidente do Governo disse, mas os Srs. Deputados, fazendo única e exclusivamente politiquice na Assembleia da República, levaram três anos, ou seja, durante três orçamentos e dois rectificativos, sem nunca proporem esses 4 milhões.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Deputado Alvarino Pinheiro do PP)

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, isso é politiquice baixa, porque nunca se lembraram durante estes anos, nem fazem coincidir as suas propostas com aquilo que é a argumentação dos responsáveis do Partido Socialista na Região, nomeadamente a argumentação do Sr. Presidente do Governo é um pouco diferente, porque lá fora às vezes diz uma coisa e aqui tem um outro discurso interno. Felizmente que os órgãos de comunicação social do Continente chegam cá e sabemos bem a diferença desse discurso.

Pelo contrário, o Presidente do Partido Social Democrata mantém o mesmo discurso e conseguiu com isso, apesar das medidas restritivas que há no orçamento rectificativo, que os Açores ficassem beneficiados.

Com o anterior Orçamento de Estado, em sede de IVA, perderíamos 1,3 milhões de contos com evolução fiscal que estávamos a ter. Com este orçamento rectificativo

em vez de perdermos 1,3 milhões de contos em sede de IVA, vamos ganhar através da capitação, dos mal fadados tempos cavaquistas, cerca de 300 mil contos.

Esta é que é a verdade, a verdade dos 6,5 milhões de contos que já estão decididos, a verdade do Instituto Nacional de Habitação abrir a possibilidade de protocolar com o Governo Regional em vez das autarquias. São estas as verdades.

Estas não são promessas que não se cumprem, são promessas que já estão cumpridas.

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado Alvarino Pinheiro do PP)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Primeiro, Sr. Deputado Duarte Freitas, apraz-me registar que concorda com aquilo que lhe disse.

Todas as evidências que aqui trouxe, com rigor, são verdade e resultam directamente das medidas que foram opção do Partido Social Democrata no Continente.

O senhor fala muito no discurso no Continente e no discurso nos Açores, eu depreendo que o Dr. Victor Cruz deve estar com uma dificuldade imensa...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Pois está, mas é daquilo que vocês deixaram.

O Orador: ... neste momento que é conciliar o seu discurso nos Açores e o seu discurso no Continente, porque, de facto, nos Açores ele pede redução de impostos e agora no Continente tem que aguentar a proposta de aumento de impostos. Quem será que é incoerente? Quem será que é inconsequente? Era a isto que gostaria que me respondesse.

De facto, há dois pesos e duas medidas, há a medida dos Açores e a medida do Continente.

Era apenas esta reflexão que eu gostaria de deixar e gostaria de o ouvir relativamente a esta matéria.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para participar nesta discussão extremamente interessante e que permite, desde logo, algumas conclusões quanto à postura do PSD.

O PSD anda nervoso, anda preocupado e anda inquieto ...

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é plágio!

O Orador: ... talvez por ter o líder ausente e por esse facto é que não sabe muito bem como é que em determinadas circunstâncias se pode movimentar e então assiste-se a ziguezagues de argumentação. Assiste-se a precipitações de reacção como se estivessem todos com os nervos à flor da pele e inquietos para se atirarem, passe a expressão, às “canelas” do Governo Regional.

Sr. Deputado Duarte Freitas, vergonha?! E logo o PSD Açores é que vem falar em vergonha! Os Srs. sabem a situação em que deixaram a Região Autónoma dos Açores em 96...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sabemos, sim senhor.

O Orador: ... e vêm-me falar em vergonha! Falta de vergonha na cara é o que o senhor está a fazer. Sabe o que é vergonha?! Vergonha é, por exemplo, fazer uma campanha eleitoral, toda ela a dizer: nós vamos baixar os impostos, nós vamos aplicar o choque fiscal...

Deputado Duarte Freitas (PSD): E vamos!

O Orador: ... e a primeira coisa que fazem é aumentar os impostos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para corrigir as vossas asneiras!

O Orador: Vergonha é dizer que numa campanha eleitoral nós vamos apoiar os jovens e a primeira coisa que se faz é dar uma machadada num aspecto importante de apoio aos jovens, como é o caso do crédito bonificado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os Srs. fizeram o SAFIN.

O Orador: O Sr. quer discutir o SAFIN? Eu aconselhava-o a não discutir o SAFIN. Portanto, em relação a esta matéria e em relação a esta questão de vergonha, o PSD/Açores devia estar muito quietinho, muito caladinho, muito sossegadinho,

porque se os senhores olharem para a situação em que deixaram a Região em 96, não têm seguramente qualquer legitimidade para falar nos termos em que estão a falar.

Relativamente à questão dos 4 milhões e a questão da politiquice que, nas palavras do Sr. Deputado Duarte Freitas, estariam os Deputados do PS-Açores a fazer na Assembleia da República, se me permite gostaria de lhe lembrar apenas um aspecto: a legislatura que se iniciou em 1999 não terminou em 2002 e, portanto, a legislatura estava a meio e é convicção e certeza absoluta do PS-Açores de que...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para o ano vinha.

O Orador: ... para o ano vinha, como vieram muitos e muitos apoios e o facto da legislatura ter sido interrompida a meio veio prejudicar em muito a vinda desses apoios.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Por que é que foi interrompida?

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, o senhor sabe tão bem quanto eu por que é que foi interrompida. Eu não estou a culpar o PSD pela interrupção da legislatura, eu estou a culpar o PSD é pela irresponsabilidade da argumentação que utiliza.

Se a legislatura fosse cumprida, nós temos a certeza absoluta que o dinheiro viria.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Este ano não vinha.

O Orador: Os Srs. não podem considerar que o facto da legislatura ter sido interrompida é sinónimo de que nunca viria.

Sabe o Sr. Deputado por que é que o PS-Açores está preocupado?

Deputado Duarte Freitas (PSD): A gente sabe por que é, mas não é por isso que vai dizer.

O Orador: O PS-Açores está preocupado é porque nós temos no Governo da República um conjunto de personalidades, com inegáveis méritos técnicos e científicos, ...

Presidente: Sr. Deputado, eu já lhe descontei o tempo dos apartes.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

... mas que têm uma perspectiva das autonomias preocupante e o que é preocupante para o PS-Açores é que, em vez do PSD se assumir, cautelosamente, como parceiro do Governo Regional e do PS-Açores na defesa dos interesses dos Açores e da

autonomia, assume a defesa dos interesses daqueles que no Governo da República dificilmente resistirão à tentação de nos complicar a vida.

É este um motivo de preocupação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cabral Vieira.

Deputado Cabral Vieira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que esta proposta de orçamento apresentada pelo Governo na Assembleia da República é uma proposta que esconde muito e revela pouco.

Olhando para os dados que muito elequentemente, mas de forma possivelmente errados, foram apresentados pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, eu podia dizer-lhe o seguinte: cheira-me que os senhores estejam propositadamente a subestimar a receita.

Um orçamento que tem a coragem de prever uma redução de 943,2 milhões de euros na componente não fiscal da receita, porque uma grande parte dela está directamente sob o control das decisões do Governo, cheira-me a pura manipulação.

Quero-lhe dizer que, Sr. Deputado, todos os valores que apresentou aí são, em grande parte, manipulação, reconhecido por alguns elementos lúcidos dentro do PSD. Eu recomendava que lesse um artigo publicado no Expresso, dum elemento do PSD, Dr. Duarte Lima. Leia e talvez daí tire algumas conclusões.

Em primeiro lugar ele insinuou que muito daquilo que se disse durante a campanha eleitoral seria para não cumprir ou eventualmente seria mentira e concluiu com uma frase muito interessante relativamente a este Governo, relativamente a este Primeiro-Ministro, em relação à manipulação e que diz exactamente o seguinte: “E aqui tem um excelente exemplo para meditar na velha máxima que ensina que “o verdadeiro homem de Estado é aquele que se impõe pela inteligência e pela prudência e não pela manipulação”. Estas foram as palavras dum membro lúcido do PSD sobre esta matéria e que consegue ver que o que os Srs. fazem neste orçamento é pura manipulação de dados, é baralhar e mais nada.

Mais do que isso:

Se queriam tomar medidas, Sr. Deputado, eu pergunto-lhe, aliás, como é colocado também pelo Dr. Duarte Lima, se se exige sacrifícios, vai-se exigir sacrifícios àqueles que já são mais sacrificados, aos mais pobres? É assim que se exige sacrifícios? O que os Srs. estão a penalizar é essencialmente a classe média baixa. É assim que se exige sacrifícios?

Sr. Deputado, há muitos caminhos para ir a Roma, uns mais fáceis, outros mais difíceis. Os Srs. escolheram o caminho mais fácil para vocês e o mais duro e mais difícil para os portugueses.

Este orçamento, de facto, não serve os portugueses, não serve os açorianos.

Mais:

É totalmente contraditório, porque eu acabei de descobrir que nós temos dois PSD's, o PSD de cá e o PSD de lá. O PSD de cá diz que é preciso baixar os impostos e aumentar a despesa. O PSD de lá diz exactamente ao contrário, que é preciso aumentar os impostos e reduzir a despesa. Portanto, a incoerência e a confusão entre os dois PSD's é total.

Sr. Deputado, se quisesse tinha caminhos mais fáceis, tinha reforma do património, tinha muitas outras coisas para fazer. Tomem medidas e não fujam às responsabilidades. Sobretudo, Sr. Deputado, não fujam às promessas eleitorais.

Isso é falta de ética, isso é irresponsabilidade, isso é, essencialmente, falta de sentido de Estado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Colega de Governo:

Um breve esclarecimento ao Sr. Deputado Duarte Freitas, nomeadamente da parte do debate regional.

Desde logo, não há qualquer incoerência entre o que o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores disse à saída da audiência com o Sr. Primeiro-Ministro, entre aquilo que foi uma proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista à Assembleia da República e entre aquilo que eu disse. Incoerência parece haver, mas isso já é hábito, entre aquilo que disse o Sr. Presidente do Governo, como relato da audiência com o Sr. Primeiro-Ministro, e aquilo que disse o porta-voz do Governo da República. Aí é que parece haver uma incoerência.

O Sr. Presidente do Governo limitou-se a constatar que o Sr. Primeiro-Ministro disse que estas verbas, em princípio, iriam no Orçamento de 2003. O Sr. Presidente do Governo não disse que estava satisfeito, nem que achava bem ou que achava mal. Constatou isso.

Ao contrário do que disse o seu porta-voz do Governo da República, diriam se...

O que nós entendemos – até porque estas coisas, conforme deve calcular, obedecem a determinado tipo de cronogramas – é que as empreitadas arrancaram em força em 2000 e de acordo com o respectivo cronograma e com as necessidades sentidas há neste momento, por exemplo, para o financiamento da reconstrução, necessidade de alguma verba de solidariedade, sob pena de isso ter que ser resolvido doutra forma, conforme já foi anunciado pelo Sr. Presidente do Governo e pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Portanto, que alguma dessa verba viesse já este ano, pensamos que era essencial, tendo em conta o próprio cronograma e a evolução das empreitadas.

Parece-nos também que não seriam dois, três ou quatro milhões, que seriam certamente mais importantes do que alguns submarinos, que poria em causa o equilíbrio do orçamento, nem seria isso que poria em causa o problema e o equilíbrio da despesa pública.

Relativamente à questão do IVA, Sr. Deputado Duarte Freitas, é verdade que a fórmula de arrecadação e de cálculo do que nos cabe em termos de receita de IVA é antiga, que vem do Governo Regional do PSD, mais concretamente do Sr. Secretário Regional das Finanças, Dr. Álvaro Dâmaso.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É uma medida nacional.

O Orador: Agora também lhe quero dizer que isto foi aprovado na Assembleia da República, sendo Secretário Regional das Finanças o Dr. Álvaro Dâmaso e também com os votos do PS, mas há aqui uma novidade, embora formal, importante: é que essa norma acabou por ser transcrita, ganhando a respectiva garantia, na Lei das Finanças das Regiões Autónomas, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Também aprovada pelo PSD.

O Orador: ... também aprovada pelo PSD, o que significa que mexer nisso não depende apenas duma qualquer maioria, mas de uma maioria qualificada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Partido Socialista e nomeadamente o Presidente do seu Grupo Parlamentar têm imputado o PSD de nervosismo, quando na verdade, é exactamente o oposto, por isso devolvo a acusação. Quem anda nervoso na relação entre a Região e o Governo da República é o PS e o Governo Regional. Aliás, o tom é revelador desse estado nervoso e dessa tendência para a guerrilha institucional.

Devo dizer com profunda convicção, baseado em factos e pela postura que tem sido assumida pelo Governo da República, mas sobretudo pelo comportamento que o PSD-Açores tem assumido no plano regional e no plano da Assembleia da República, que para o PSD os interesses dos Açores estão em primeiro lugar. Sempre foi assim, daí que em tempos tivéssemos optado, sem qualquer dúvida, sem qualquer compromisso partidário, pela dita autonomia progressiva, mesmo quando o Governo da República era do PSD. Tem sido esta a postura e a dedicação que o PSD assumiu no passado e continua a assumir hoje.

Mas, mais do que uma mera reivindicação, tem sido hoje notória a influência das decisões do Governo da República, naquilo que tem a ver com a autonomia e com os Açores.

O compromisso do PSD foi o de, em qualquer circunstância que respeite a situação das finanças públicas nacionais, haver sempre uma discriminação positiva para as

Regiões Autónomas e em particular para os Açores e isto está cumprido, mesmo no orçamento rectificativo.

Este foi um compromisso do Governo da República. Esta foi uma exigência do PSD-Açores e dos seus deputados na Assembleia da República.

Mais – não é sequer uma afirmação simples do PSD ou do que eu hoje possa dizer aqui, aproveitando este debate: foi reconhecido ainda ontem pelo Presidente do Governo que o orçamento rectificativo, apesar das exigências e dos sacrifícios que introduz no país, e não temos pejo em reconhecer, é um orçamento de rigor, de exigência e de sacrifício para os portugueses. O Sr. Deputado sabe porquê? Pela má herança deixada pelos governos do Partido Socialista.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Qual foi a herança?!

O Orador: É esta nota que é preciso que fique clara: não há nenhum governo que queira tomar medidas impopulares.

A prática dos governos guterristas foi adiar decisões e reformas, prejudicando o país. O país estava num rumo de descontrolo reconhecido por todos no contexto nacional e pelas instituições internacionais.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Só é desmentido pelos números!

O Orador: O que o Governo da República está a fazer é a corrigir o rumo.

Mesmo assim, e o debate já foi feito na Assembleia da República, o que importa saber é que tratamento e enquadramento teve a Região Autónoma dos Açores neste orçamento...

Deputado Cabral Vieira (PS): Zero!

O Orador: ... e nesta postura de exigência, de rigor e de sacrifício. Podemos afirmar que a Região Autónoma dos Açores teve um tratamento discriminatório pela positiva.

Hoje, através da sensibilidade do Governo da República e dos Deputados do PSD dos Açores que souberam defender na Assembleia da República,...

Deputado José San-Bento (PS): Isso é mentira.

O Orador: ... os Açores não tiveram qualquer penalização no orçamento rectificativo e isso foi reconhecido pelo Presidente do Governo Regional, Carlos César.

Presidente: Sr. Deputado Bolieiro, agradecia que concluísse.

O Orador: A Região Autónoma dos Açores tirou benefícios desta condição de exigência para o país.

Portanto, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quem anda nervoso é o Partido Socialista.

Quem procura pautar o seu relacionamento, através do Partido Socialista e através dos seus dirigentes, em guerrilha institucional, são os senhores.

O Partido Socialista, os seus dirigentes e os deputados na Assembleia da República criam guerrilha institucional.

O nervosismo está desse lado. Do nosso lado está a serenidade e a defesa dos interesses dos Açores.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em relação a esta última intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, impõe-se fazer alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre a questão da guerrilha que o PS-Açores estará ou estaria, na imaginação fértil do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, a dirigir ao Governo da República.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O PS-Açores não quer qualquer clima de confronto ou de guerrilha com o Governo da República...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já mudou de opinião.

O Orador: ... e queremos que isso fique muito claro.

Não mudou de opinião, porque a opinião foi sempre essa.

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que não!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os seus comunicados não foram esses.

O Orador: O senhor não lê bem os meus comunicados, o que só lhe fica mal.

Em relação a esta matéria o PS não quer qualquer guerrilha, agora o que vai acontecer é que o PS-Açores não se vai comportar como o PSD, ou seja, em temas em que estão em causa os interesses dos Açores, o PS não vai ficar mudo e quedo, há-de pronunciar-se nos termos que melhor entender para defesa dos interesses dos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os Srs. é que não tiveram coragem de colaborar durante 4 anos.

O Orador: O Deputado José Manuel Bolieiro falou na postura do Governo da República, no facto do trabalho que o PSD-Açores estaria a fazer em defesa dos interesses dos Açores e no trabalho e na atitude atenta que o Grupo Parlamentar do PSD-Açores estaria em relação a esta matéria.

Sr. Deputado José Decq Mota, o senhor teve resposta à pergunta que fez no último plenário e que era se o PSD considerava justo ou não a participação do Governo da República, pelo menos em 15%, em relação a esta matéria?

Se bem me recordo, e constará certamente do diário das sessões, a resposta dada pela voz do Sr. Deputado Duarte Freitas foi qualquer coisa como isto: “se quer que lhe diga, sinceramente eu nem sequer sei”. Foi qualquer coisa deste género.

Portanto, os senhores nem sequer sabem se é justo ou não o esforço do Governo da República no âmbito da reconstrução.

Os senhores só se pronunciaram e aplaudiram esta questão dos 20 milhões depois da decisão do Governo da República. Os Srs. não tiveram coragem de no último Plenário tomar uma posição clara e inequívoca sobre essa matéria, apoiando o Governo Regional ou então dizendo, e estariam no inteiro direito de o dizer, que não concordavam que viessem os 20 milhões.

Portanto, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o senhor vem falar-me nas posições do PSD-Açores! Se há algo que ressalta da postura do PSD-Açores, desde da tomada de posse do Governo da República, é uma ausência total, completa e absoluta de iniciativa.

O PSD-Açores limita-se a: primeiro se colocam um problema, não fala e só depois da decisão do Governo da República é que vem falar, mas para aplaudir invariavelmente.

Sr. Deputado há mais uma diferença entre o PSD-Açores e o PS, é que no caso do PS-Açores nós não nos ficamos por aí, nós queremos mais para os Açores, nós achamos que os Açores têm direito a mais e vamos lutar por isso, quer na Assembleia da República, quer no PS-Açores. No caso do PSD-Açores, Sr. Deputado, o senhor basta-se com a questão da recente alteração e acha que isso é que é discriminação positiva das regiões autónomas? Este é que é o cumprimento do compromisso do PSD?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Promessa!

O Orador: Sr. Deputado, por amor de Deus, o senhor deve estar a brincar connosco. Então a questão da discriminação positiva resolve-se com aquela proposta?

É esta a pouca ambição que os Srs. têm na defesa dos interesses dos Açores.

Portanto, em relação a todas essas matérias, há aqui que, por outro lado, ressaltar – e termino já, Sr. Presidente – uma questão de puro e simples minutismo do PSD-Açores em relação ao PSD da República, mas mal, porque é uma cópia de má qualidade.

Os senhores esquecem-se, e é preciso lembrar isso aos açorianos, que ainda há dois anos atrás propuseram um aumento de despesas e uma redução de receitas. Qual é o vosso descaramento de agora chegar aqui e querer colocar aos ombros do PS, aos ombros do Governo Regional o ónus de toda esta questão? Os senhores parecem uns meninos traquinas que comem as goloseimas na dispensa, partem o frasco e depois põem-se de mãos atrás das costas como se não fosse nada com eles. Sinceramente!

É preciso ter coerência, é preciso ter respeito pelos açorianos e os senhores se há dois anos atrás estavam a ter uma postura de aumentar despesa e reduzir receitas, não podem agora ter o discurso que estão a ter nesta Casa ou então não têm vergonha.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: *Muito obrigado, Sr. Deputado.*

Eu agradecia que os Srs. Deputados se circunscrevessem ao tempo para esclarecimentos, facilitando assim os trabalhos da Mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:*

Vergonha não tem o Partido Socialista com esse tipo de argumentação, pela herança que deixa, por aquilo que tem sido o seu comportamento relativamente ao Governo da República e relativamente àquele que tem sido o trabalho desenvolvido pelo Partido Social Democrata, quer na Região, quer na Assembleia da República, na defesa dos interesses dos Açores. Isso devia ser reconhecido e devia haver um esforço de concertação por parte do Governo Regional, com todos os partidos, para, em conjunto, exercer uma força de apoio às posições açorianas. Nunca foi essa a posição do Partido Socialista, nunca foi essa a posição do Governo Regional.

Portanto, em matéria de falta de vergonha acho que ficamos acertados.

Deputado José San-Bento (PS): *Foi o que fizeram com as quotas leiteiras.*

O Orador: *O PS com este tipo de argumentação e com a herança que deixa, não tem vergonha.*

O Governo, pela voz do seu Sr. Presidente, em momentos de maior serenidade, de forma acertada e com o espírito de cooperação diz uma coisa; em momentos de menor serenidade, vestindo a pele de Presidente do Partido Socialista, forma uma guerrilha institucional.

O senhor entre todos, na qualidade de porta voz do Partido Socialista, é aquele que menos pode falar em serenidade e em coerência. Até o seu tom é demonstrativo de guerrilheiro, de nervoso e de incoerência.

O senhor disse neste plenário, a propósito das verbas para a reconstrução uma coisa e o Sr. Secretário Regional disse outra. Um exigia já, o outro não precisava ser já.

Em matéria de compromissos e de cumprimento de promessas devo dizer que o Partido Socialista nunca, em circunstância alguma, pode dar lições ao Partido Social Democrata e mesmo ao Governo da República.

Promessas fez o Engenheiro António Guterres e muitas, mas poucas conseguiu cumprir. Foi preciso o Governo do Partido Socialista perder as eleições para que o Partido Socialista dos Açores e o Presidente do Governo Regional viessem demonstrar que afinal todas as promessas do “maná” que viriam de Guterres não chegaram.

Deputado Hernâni (PS): *Quais é que não foram cumpridas?*

Deputado Francisco Sousa (PS): *Diga uma que esteja no Programa do Governo que não foi cumprida.*

O Orador: *O dinheiro da reconstrução não veio; a convergência do tarifário eléctrico não veio; ...*

Deputado Francisco Sousa (PS): *Veio.*

O Orador: *... os 6, 5 milhões não vieram; o Presidente da SATA disse que esta estava aflita, porque também as verbas não tinham vindo.*

Hoje, sem ter anunciado estas promessas, o Partido Social Democrata resolveu o problema dos 6,5 milhões de contos, coisa que o PS não foi capaz de resolver.

Deputado Francisco Barros (PS): *Isso foi resolvido pela Assembleia da República e não pelo Governo. Isso é demagogia!*

O Orador: *O Ministro da Economia deste Governo já disse que vai cumprir e assumir todas as verbas em atraso relativas ao protocolo da convergência do tarifário da energia eléctrica.*

Sr. Deputado, está resolvido o problema da cooperação entre a Região e o INH para poder protocolar, em matéria de habitação, à semelhança do que fazem hoje as autarquias.

Está resolvido o relacionamento entre as autarquias dos Açores com o INH e com os programas de realojamento.

Hoje, Sr. Deputado, o balanço é bem melhor do que aquele que foram as promessas do Partido Socialista e do Engenheiro António Guterres.

Presidente: *Sr. Deputado, agradecia que concluísse.*

O Orador: *Em matéria de incoerência, de incumprimento e falta de vergonha, tudo está desse lado, porque as promessas foram feitas pelos senhores e quem cumpre é o PSD sem anunciar a promessa de que vai fazer isto ou aquilo.*

O PSD faz o que o PS anunciava que ia fazer, que ia receber e que vinha para o ano. Agora, os deputados do PS na Assembleia da República exigem, já em 2002, a verba da reconstrução.

Deputado Andreia Cardoso (PS): *É preciso ter muita lata!*

Presidente: *Sr. Deputado Bolieiro, o senhor está a prosseguir normalmente como se nada fosse. Eu já o adverti. Por favor conclua.*

O Orador: *Já termino, Sr. Presidente.*

Para concluir, quero dizer apenas que em matéria de compromissos já estão formalmente assumidas e cumpridas, pelo Governo da República, a assunção da dívida e a capacidade protocolar com INH.

Já está assumido e garantido pelo Governo da República a emissão de um canal açoriano, através da RTP-Açores e o Ministro da Economia já assumiu o compromisso de resolver o problema do atraso das verbas para a convergência do tarifário da energia eléctrica.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): *Está na lei.*

O Orador: *Em poucos meses, este é o relato do que o Governo da República do PSD foi capaz de fazer. Este é também o relato do incumprimento das promessas do Governo do Partido Socialista.*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.*

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:*

Pela parte final do discurso do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, nós percebemos que deve-se agradecer ao Governo da República o facto de cumprir a lei e os protocolos validamente assinados. Não deixa de ter o seu significado, porque isto está de tal modo que realmente há dúvida que se cumpra a lei e o estado de direito em muitas matérias.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

(Vozes inaudíveis entre as bancadas do PS e do PSD)

Presidente: *Srs. Deputados, agradecia que deixassem o Sr. Secretário prosseguir com a sua intervenção. Agradecia que auxiliassem a Mesa a dirigir os trabalhos.*

Pode prosseguir, Sr. Secretário.

O Orador: *Muito obrigado, Sr. Presidente.*

Não está em causa, face aos compromissos assumidos no âmbito da União Europeia, a necessidade de se cumprir os objectivos ao nível do défice público.

Aliás, se não fosse também o cumprimento de etapas anteriores, nomeadamente nos critérios para a entrada no euro, cumpridos pelo Governo da República do Partido Socialista, este problema não se punha e, portanto, estamos também comprometidos e interessados nesse cumprimento.

Agora, a forma como se corta e onde se corta é que implica, obviamente, a tomada de opções políticas que têm o seu significado e, por exemplo, fazer coisas como publicar uma resolução em que se anula todos os concursos públicos abertos desde que a respectiva lista de classificação final ainda tenha sido homologada, é ilegal.

Querer obrigar trabalhadores do quadro da função pública a terem licença sem vencimento de forma obrigatória, é ilegal.

Portanto, é preciso, e aí é que está a dificuldade, reduzir com opções correctas e respeitando o quadro do nosso estado de direito, que não é fácil, resta saber onde é que vamos parar.

A respeito da dívida e do défice, ele ainda podia ter sido pior, mas há realmente algumas incoerências e eu recordava, por exemplo, que o Sr. Deputado João Bosco Mota Amaral apresentou há três anos, na Assembleia da República, uma Proposta de Resolução para que o Governo da República assumisse todas as dívidas das autarquias locais. Se isso tivesse sido feito, obviamente que o défice seria muito maior.

Não há dúvida que é uma opção ligeiramente diferente do que pretender impôr às autarquias locais um endividamento líquido de zero. Há aqui uma diferença grande e foi no âmbito do PSD na Assembleia da República.

A respeito da convergência do tarifário o que se passa é o seguinte: se o anterior Governo da República tivesse feito aquilo que existiu ou que não existiu durante vinte e tal anos, era fácil, porque não havia convergência, não havia compromissos, não havia dificuldades ou eventuais atrasos.

Quando se trilha um caminho de resolver competências para se obter justiça, pelas razões que já foram aqui explicadas pelo Sr. Secretário Regional da Economia, os problemas podem surgir, agora é preciso é ter a coragem de resolvê-los cumprindo a lei, os protocolos e o estado de direito democrático.

Presidente: *Muito obrigado, Sr. Secretário.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o senhor faltou à verdade em dois aspectos que importa corrigir:

Em primeiro lugar, que o PS-Açores não assuma a postura de querer um consenso com todos os partidos sobre estas questões, face ao Governo da República.

O Sr. Deputado devia ter lido o comunicado inicial em que termina exactamente desta forma: “É uma pergunta e um pedido aos outros partidos para se juntarem ao Governo Regional e ao Presidente do Governo na defesa desta matéria”.

Faltou à verdade nesta questão e importa que a verdade seja reposta.

Em segundo lugar, faltou à verdade relativamente ao tom que foi utilizado por mim na qualidade de porta voz do PS relativamente à questão dos 20 milhões.

Eu desafio-o a si ou a qualquer outro deputado a indicar uma circunstância em que eu tenha dito aqui ou noutra sítio qualquer que os 20 milhões deviam vir já. Aquilo que eu sempre disse foi que era importante uma decisão e uma tomada de posição política sobre esta matéria e isso é que devia ser tomado já. Faltou à verdade e é importante também aqui que a verdade seja reposta.

Por outro lado, quero salientar o seguinte: nós já chegámos ao cúmulo, conforme dizia e muito bem o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, de saudar o cumprimento da lei. Isto dá bem nota, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, do estado em que isto já está.

Por outro lado ainda e tendo presente que o tema deste debate inicialmente foi o orçamento rectificativo, eu terminava apenas dizendo o seguinte:

Srs. Deputados, o PSD-Açores acha tão bom, tão bom, tão bom o orçamento rectificativo, acha que é a medida necessária e que deve ser cumprido, só é pena que sejam os próprios autarcas do PSD os primeiros a torpedearem as intenções do orçamento rectificativo, quando estão agora e à pressa a convocar assembleias municipais para autorizarem endividamento antes que a lei entre em vigor. Os Srs. deviam ter vergonha.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Já está resolvido.*

O Orador: *São os vossos autarcas os primeiros a torpedearem as intenções da Dra. Manuela Ferreira Leite.*

O tal orçamento rectificativo que os senhores acham muito bom, que acham que é uma questão que deve ser cumprida e que todos, num esforço patriótico, se devem unir à volta do Governo para salvar as finanças do país, os senhores são os primeiros a violarem as intenções da Dra. Manuela Ferreira Leite.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Já está resolvido.*

O Orador: *Quer exemplos: a Câmara Municipal de Ponta Delgada já solicitou a marcação duma Assembleia Municipal para aprovar um empréstimo de meio milhão de contos; a Câmara Municipal das Lajes do Pico já tem marcada uma Assembleia Municipal para aprovar um pedido de endividamento. Isto está a ser feito à pressa antes que a lei entre em vigor*

Deputado Paulo Messias (PS): *Muito bem!*

O Orador: *Portanto, os senhores mais uma vez ou estão divididos e não sabem aquilo que querem ou existe, nesta matéria, a história de ter um discurso que não corresponde à prática.*

Os senhores querem fazer passar uma ideia que não é verdade. Os senhores não estão unidos à volta dos méritos do orçamento rectificativo da Dra. Manuela. É tão simples quanto isso e a prova é que são os vossos autarcas os primeiros a violarem as intenções da lei.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.*

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Insiste e persiste o Partido Socialista em não compreender que a existência do orçamento rectificativo tem a ver com a herança que deixaram.

Deputado Hernâni Jorge (PS): *Qual herança?*

O Orador: *O Partido Socialista não é capaz de assumir ainda hoje a responsabilidade duma má governação dos seus governos socialistas.*

Insiste o Partido Socialista como se nada fosse com ele.

Isso é falta de vergonha. Isso é falta de coerência, no que diz respeito àquilo que foi a incapacidade do Governo do Partido Socialista.

O senhor sempre que fala de regozijo pelo cumprimento da lei, está reconhecendo que o Partido Socialista e o seu Governo na República não foram capazes de cumprir nem as suas promessas nem a sua lei.

Quem está cumprindo essas promessas e essa lei é o Governo da República do Partido Social Democrata, num contexto de finanças públicas nacionais bem controverso e bem apertado, mas tem tido a coragem de assumir a discriminação positiva dos Açores,...

Deputada Andreia Cardoso (PS): *Aumentando o IVA!*

O Orador: *... contra a posição de muitos economistas, de várias áreas, do Partido Socialista e do Partido Social Democrata.*

Está expresso por várias opiniões, a nível nacional, esse descontentamento do rigor quanto à exigência dos apertos que o orçamento rectificativo dá.

Mesmo assim, a coragem do Governo da República do PSD, do Primeiro-Ministro e dos deputados do PSD na Assembleia da República vai no sentido de, apesar de neste contexto discriminar positivamente a Região Autónoma dos Açores, cumprir aquilo que foram, nalguns casos, as irresponsáveis promessas do Partido Socialista.

Apesar de tudo, quem está cumprindo a lei, quem está cumprindo essas promessas, é o Governo do PSD.

Sr. Deputado, a vergonha é essa, mas essa vergonha mora no vosso lado.

Relativamente à postura e à incoerência do Partido Socialista e da exigência do trajecto, não tenha dúvidas Sr. Deputado de que foi essa a vossa postura em dois

comunicados reactivos nesta Casa a outras intervenções do PSD, que teve como porta voz o Deputado Duarte Freitas.

Posição bem diferente teve o Sr. Secretário Francisco Coelho quando disse neste Parlamento: “o que nós queremos é o compromisso solidário do Governo da República para com a reconstrução”.

Nós não respondemos, porque o nosso timing é nosso e não anunciamos aquilo que é irresponsavelmente impossível de cumprir.

Deputada Andreia Cardoso (PS): *Foi o que vocês fizeram durante toda a campanha eleitoral.*

O Orador: *Nós, cautelosamente, aguardamos para saber das possibilidades que terá o Governo da República, no seu orçamento, para solidarizar-se com a reconstrução das ilhas do Faial e do Pico.*

Hoje isso está garantido por várias formas e foi assumido pelo Governo da República.

Esta é a nossa diferença.

Nós não fazemos propaganda. Nós apresentamos factos e assumimos os compromissos da campanha eleitoral de tratar de forma positiva e discriminada a Região Autónoma dos Açores.

O Governo Regional e o Partido Socialista tiveram comportamentos diferentes.

Presidente: *Sr. Deputado, agradeia que concluísse.*

O Orador: *A provar que há descoordenação no Governo e no Partido Socialista está a proposta que os deputados do Partido Socialista fizeram na Assembleia da República, em que queriam já no orçamento de 2002 a transferência de 4 milhões de contos.*

O Sr. Deputado Medeiros Ferreira anda há anos na Assembleia da República e sobre esta matéria, até então, nada disse. Agora é que se lembrou de exigir, para já, aquilo que nem foi a exigência do Governo Regional.

Tenho dito.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Foram 110 milhões de contos!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: *Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.*

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:*

Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o senhor na primeira intervenção faltou à verdade, agora mentiu.

Desafio-o mais uma vez e a qualquer deputado aqui dentro a apresentar uma intervenção minha em que eu tenha dito: “é para já que deve vir os 20 milhões de euros”. Desafio-o a fazer isso. Eu não disse isso. O que eu disse foi que era necessário uma posição política imediata dos partidos políticos sobre essa matéria. Compreendia perfeitamente que não fosse já a vinda do dinheiro, mas que era importante ter uma decisão.

Deputado Mark Marques (PSD): *Era imediata. Engenharia linguística, Sr. Deputado.*

Deputada Andreia Cardoso (PS): *Tem à sua frente um especialista.*

O Orador: *Srs. Deputados, há aqui uma coisa que é preciso registar e que não pode passar em branco e que é o seguinte: a bancada do PSD neste debate teve uma entrada de leão e parece que tem uma saída, salvo seja, de cordeiro, porque os senhores iniciaram o debate a dizer: “o PS está dividido, o Governo diz uma coisa, o PS diz outra e ninguém percebe nada”.*

Deputado Mark Marques (PSD): *E é verdade.*

O Orador: *Calmamente durante o debate chegou-se à conclusão de que assim não é e que, efectivamente, da parte do Governo e da parte do PS, exige-se a assunção, dentro dos limites próprios de cada um e daquelas que são as suas responsabilidades.*

Mas, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, o senhor tentou aqui, devagar, devagarinho, escapar à questão das divisões internas do PSD-Açores sobre o orçamento rectificativo.

Relativamente à questão das autarquias locais do PSD estarem a torpedear o orçamento rectificativo do Governo do Dr. Durão Barroso, nada se disse.

O facto dos senhores acharem que o orçamento é “ouro sobre azul”, mas serem os vossos autarcas os primeiros a torpedearem o orçamento rectificativo, ninguém disse nada e o que fizeram, como disse o Sr. Deputado Francisco Sousa, foi “fugir com o rabo à seringa”!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso está resolvido.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

O Dr. Victor Cruz diz uma coisa em Lisboa e, se calhar, até diz muito bem, mas a Dra. Berta Cabral faz outra coisa nos Açores. A Dra. Berta Cabral não está preocupada se o Dr. Victor Cruz se preocupa com o Dr. Durão Barroso e com a Dra. Manuela Ferreira Leite. A Dra. Berta Cabral faz pela vida e trata de pedir uma autorização de endividamento antes da entrada em vigor do orçamento.

Portanto, sobre esta matéria, os senhores tão meritórios queriam parecer na vossa posição, são os vossos autarcas que vos tiram o “tapete debaixo dos pés” e, em concreto, a Dra. Berta Cabral tirou o “tapete debaixo dos pés” ao Dr. Victor Cruz.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, temos que fazer um intervalo. Os Srs. deputados continuam a inscrever-se.

Tem a palavra, para interpelar a Mesa, o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não tenho a contabilidade segura, mas não me recordo da última vez que se fizesse um intervalo em que fosse um deputado do PSD a falar. Não me recordo, Sr. Presidente, e agora o senhor vai fazer um intervalo num

momento em que o debate está quente. Eu pessoalmente e o Grupo Parlamentar do PSD não concordamos com esta postura.

Presidente: Sr. Deputado, é uma suspensão dos trabalhos por 10 minutos. Eu tenho dois deputados do PSD inscritos para falar. Já passaram três minutos da hora habitual.

Eu não sei se o Sr. Deputado está, porventura, a insinuar que a Mesa está a ter aqui algum comportamento menos adequado. Se está a insinuar isso, devo-lhe dizer que não admito, Sr. Deputado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu não estou a insinuar nada, Sr. Presidente! Nós vamos começar a contabilizar isso.

Presidente: Sr. Deputado, não faça ameaças por favor. Quem contabiliza os tempos é o membro da Mesa.

Portanto, vamos ter alguma cautela, porque a Mesa dirige os trabalhos com toda a isenção.

Os nossos trabalhos estão suspensos.

(Eram 11 horas e 40 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 12,00 horas)

Eu quero apenas recordar que os tempos de antes da ordem dia, na Conferência, foram encurtados até às 13,00 horas. Temos que tomar cuidado com isto, porque temos ainda inscritos para proferirem intervenções, os Srs. Deputados José Rego, Raúl Rego, José Decq Mota e com esta redução de tempo podem ver prejudicadas as suas intervenções.

Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Percebendo a preocupação patente relativamente ao tempo e atendendo também que este debate vai longo, da nossa parte vamos tentar fazer com que esta seja a nossa última intervenção, encerrando o debate sobre esta matéria com a serenidade que se exige.

Eu gostaria de, apenas respondendo ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, dizer o seguinte:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro tocou num ponto que é, exactamente, muito caro ao PSD, que é a defesa intransigente perante aqueles que os elegeram. Ao contrário do que acontece e ainda recentemente comprovado com outras forças políticas.

A Dra. Berta Cabral, os outros presidentes de câmaras dos Açores, os presidentes de câmaras a nível nacional – e devo recordar que isto não é uma questão regional, mas sim nacional, como todos sabem – defenderam os interesses dos seus munícipes, defenderam os interesses daqueles que os elegeram e, portanto, estão no seu legítimo direito, defendendo os seus interesses, de discordar, de concordar, de apontar, de criticar aquilo que vem de outros órgãos de poder e foi isso, pura e simplesmente, o que fizeram. Temos que aceitar isso como lógico.

Eu percebo que para os senhores isto não é muito lógico, porque o que é lógico para os senhores é ninguém discordar de ninguém e toda a gente dizer o mesmo.

(Risos do Deputado Vasco Cordeiro)

A lógica para os senhores é isto. Nós temos um outro princípio que já vem de há muito tempo, do saudoso e histórico líder do Partido Social Democrata, Francisco Sá Carneiro que dizia: “primeiro Portugal, depois o PSD”. Neste caso concreto os nossos autarcas disseram: “primeiro os interesses dos nossos munícipes, depois o PSD”. Seria preferível terem ficado calados como os senhores ficaram, nomeadamente quanto à questão do 4 milhões de contos ao longo de 5 anos. É verdade que isso teria sido mais simples, mas esse não é o nosso princípio.

Os nossos responsáveis políticos defendem os interesses daqueles que os elegeram e dentro da razoabilidade dos interesses em questão foram atendidas as questões. Isso

é uma questão que está perfeitamente ultrapassada, talvez, porque os autarcas defenderam os seus interesses.

Se tivessem o estilo dos socialistas de fazer política, se calhar, os autarcas ficavam mesmo sem nada, porque se calavam. Reivindicarem os seus interesses, é natural que o tenham feito. Se estivéssemos calados, iriam dizer que estávamos calados, falámos e conseguimos sensibilizar, dentro da razoabilidade, para aquilo que é importante, os senhores reclamam. Não é assim. Nós defendemos os nossos princípios, os interesses de quem nos elegeu. Eu percebo que, para os senhores, nalguns casos, isso não foi muito habitual, como no caso dos 4 milhões, mas nós continuamos a defender os nossos interesses.

Não há conflitos dentro do PSD, graças a Deus. Não há interesses em saber quem é que vai suceder ao Presidente do Partido e ao Presidente do Governo como há do vosso lado.

Este olhar por cima do ombro está do vosso lado relativamente a uma possível sucessão de Carlos César em 2004. Essa questão está do vosso lado. Do nosso lado há a serenidade, há a união em volta de um líder, líder esse que, neste momento, já provou e, aliás, foram os açorianos que confiaram nele e por isso lhe deram a maioria nos Açores, ainda maior do que a nível nacional – é isso que vos incomoda também – e ele está cumprindo com aquilo que os cidadãos esperavam dele e neste momento já conseguiu várias questões, algumas que tinham ficado penduradas, outras novas, mas no interesse dos Açores, nomeadamente:

6. a questão dos 6,5 milhões de contos no saneamento financeiro da Região;

- a questão do INH e da possibilidade de ser protocolado com a Região em vez de ser só com as autarquias;

- a questão do Aeroporto de Santa Maria que ainda ontem e anteontem o Presidente do Partido Social Democrata dos Açores falou sobre essa questão, apontando como é que se poderia resolver o problema, aliás, como a Madeira já tinha resolvido, para que o aeroporto de Santa Maria não ficasse fechado da meia noite às 6 horas da manhã.

Ontem, pela voz do Governo, ouvimos que já tinha percebido que o Governo Regional é que tinha que resolver o problema e que está disposto para o resolver,

indo de encontro àquilo que foi o desafio e foi o trabalho do Presidente do PSD no Continente.

Em relação à clarificação ao nível dos programas de realojamento das autarquias também houve essa clarificação e teve muito do empenhamento do Presidente do PSD e até também para tentar sensibilizar no sentido de arranjar uma solução razoável para o endividamento das autarquias e também em relação à reconstrução.

O Dr. Victor Cruz, como sabem, está a trabalhar, e em tão pouco tempo já tem bastas provas dadas, para que se encontre mais do que uma solução, mais do que uma porta para resolver este problema, agora, já, a médio prazo.

Os Srs. sabem o que é que disse ontem ou anteontem o Sr. Secretário José Contente quando entregou mais 10 ou 15 casas? Ele disse que tinha que ser já. Uns dizem que tem que ser já, outro diz que nunca disse. Portanto, os senhores têm que se entender sobre esta matéria e há uma coisa que não pode ser negociado claramente, porque ao longo dos últimos orçamentos nunca o propuseram.

Tudo isto se passa num cenário de crise e é neste cenário de crise que nós estamos a elaborar soluções para resolver o problema dramático em que os senhores deixaram as finanças públicas.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse. O seu tempo já terminou.

O Orador: Apesar disso, o Dr. Victor Cruz, com a sua presença, com a capacidade que tem junto do órgãos nacionais, está conseguindo messas, está resolvendo problemas que os senhores, quando andavam a esbanjar dinheiro, não conseguiram resolver.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor falou bonito, mas pena é que não tenha respondido às questões que lhe coloquei.

Falou no Deputado Victor Cruz que fez isto e fez aquilo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Dói um bocadinho.

O Orador: Eu não estou a colocar a questão a esse nível.

Outro aspecto interessante é o seguinte: o Sr. Deputado Duarte Freitas disse que compreendia perfeitamente a defesa dos interesses daqueles que o elegeram. Eu cada vez percebo menos.

Então os deputados do PS na Assembleia da República tentam defender aqueles que os elegeram e os senhores acusam-nos de guerrilheiros, de tudo e mais alguma coisa; os vossos autarcas torpedeiam o orçamento rectificativo da Dra. Manuela e o senhor diz que não, não, porque têm o direito de defender aqueles que os elegeram. Então em que é que ficamos? Mais uma contradição do PSD-Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Contradição é do Deputado Medeiros Ferreira.

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, deixe-me que lhe diga que o que está aqui em causa não é, para nós PS-Açores, nessa matéria, a legitimidade política ou legal dos senhores autarcas fazerem isso. O nosso problema não é esse.

O que se coloca aqui é uma incoerência de discurso do PSD-Açores. O que se coloca aqui é a questão de falar verdade aos açorianos e os senhores não estão a falar verdade aos açorianos, mas sim a enganar como já enganaram, porque das duas uma, ou a situação do país não é tão má como os senhores a pintam – e compreende-se que as câmaras queiram recorrer ao endividamento e nessa medida isso é compreensível – ou então a situação é realmente má e nessa altura é vossa obrigação dizer aos vossos autarcas: calma lá, porque é preciso toda a gente contribuir.

Os senhores. estão em contradição e não se entendem.

Portanto, a questão é que os primeiros a desarmadilhar, a destruírem o vosso discurso de preocupação com as finanças públicas são os vossos autarcas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso já está resolvido.

O Orador: Não está e faço uma citação:

“Por outro lado, e em face do conhecimento da intenção do Governo da República que obtivemos por via da ANAFRE à NMP em propor a legislação que condiciona ao valor zero o aumento do endividamento das autarquias locais no corrente ano, (Projecto de Lei que se anexa a esta informação) entendo assim ser da máxima urgência, antes de tal medida legislativa entrar em vigor, esta autarquia proceder às

imprescindíveis medidas para pôr em marcha o plano de actividades a que se propôs e não prejudicar assim, pela via da eventual inviabilização de algumas dessas acções, o desenvolvimento sustentado do nosso concelho”. Fim de citação.

Acabei de ler o ponto 7 da proposta para a contracção de empréstimo bancário no valor de 500 mil euros, subscrita no dia 14 de Maio do corrente ano, pelo Sr. Cláudio José Gomes Lopes, Presidente da Câmara Municipal das Lajes do Pico.

Sr. Deputado Duarte Freitas, Srs. Deputados do PSD:

O PS-Açores e o Governo Regional estão tranquilos e serenos nesta matéria.

Do ponto de vista da actuação do Governo, aos mais variados níveis, estamos calmos e serenos no que poderemos considerar uma enseada de tranquilidade no meio deste turbilhão que os senhores querem armar no que diz respeito às finanças públicas.

Agora, o facto é este e há que reconhecê-lo. Os senhores não se entendem sobre isso ou pelo menos os senhores não se entendem com os vossos autarcas. Os senhores estão a enganar as pessoas, como enganaram os portugueses quando disseram que queriam baixar os impostos e a seguir subiram.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Vão baixar.

Deputado Francisco Sousa (PS): Só não sabemos é quando.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quando endireitarmos o que os senhores deixaram.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, e querendo deixar também algumas notas simples, sem grandes alaridos, mas que também façam voltar algum bom senso à bancada do PS sobre a intervenção inicial do Sr. Deputado Cabral Vieira, permitam-me que comece esta intervenção saudando o vosso brilhante resultado ainda ontem na Holanda.

Sem grandes alaridos aqui, sobre a temática que aqui nos traz, quero dizer que é nosso entendimento que, de facto, as medidas que trazem este orçamento rectificativo são impopulares, ninguém duvida. Aí é que está o sentido de

responsabilidade de saber perceber o que é que é impopular e saber fazer demagogia com aquilo que é impopular.

Aliás, ainda não foi aqui dito, mas é bom referir, que a maior parte delas, conforme foi bem afirmado, são medidas de carácter provisório e que têm a ver com o estado em que os senhores deixaram o país...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Qual estado?

O Orador: ... e que não querem falar.

O estado eu vou dizer qual é e é o seguinte:

O Partido Socialista perdeu as eleições, porque defraudou as expectativas dos seus eleitores,...

Deputado José San-Bento (PS): Olha os submarinos!

O Orador: ... sobretudo durante a fase final do Governo de Guterres.

Nessa altura diz Vicente Jorge Silva: “o Partido mostrou uma atitude laxista e acomodada, querendo agradar a gregos e a troianos e pondo em causa todos os seus princípios, em função de meros objectivos políticos de conjuntura”.

No outro canto da mesa, Jorge Coelho aceitou grande parte dos argumentos.

Aliás, é essa a posição do Partido Socialista a nível nacional e, portanto, não sejam mais “papistas do que o Papa”.

Quanto a submarinos que ouvi para aí, e já ouvi o Sr. Secretário falar sobre isso, é matéria de consenso, e não puxem aquilo que o vosso partido tem todo o gosto em apoiar, e tem sido uma área onde se tem dado um exemplo ao país do que é a contenção, do que é o rigor, do que é a austeridade, do que é a eficácia.

Aliás, ainda outro dia o país assistiu, com agrado, à viagem do Ministro Paulo Portas à Bósnia que numa viagem poupou aquilo que os senhores gastavam todos os dias como se não se tratasse de coisas vossas.

Portanto, o único submarino que está em causa é essa análise, é essa situação do país, que os senhores não querem reconhecer, mas que os vossos camaradas a nível nacional até vêm para a praça pública dizer.

Ainda em resposta a esta intervenção, o que o vosso camarada Jorge Coelho pede é que haja novos protagonistas no PS. Essa é que é a questão e, portanto, o que eu

também vos aconselhava era aproveitar o Sr. Deputado Cabral Vieira, que tem ideias que mais ninguém no país tem, e darem já esta nota de que pode ser um bom protagonista para o PS.

Presidente: Não havendo mais inscrições para pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado José Rego para uma intervenção.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

O programa da Temporada Musical 2002 iniciou-se no passado mês de Março, com um espectáculo no Auditório Luís de Camões. A Temporada Musical de 2002 abrange todos os concelhos da Região, realizando-se no mínimo 2 espectáculos por concelho, havendo uma maior concentração de espectáculos nos concelhos com maior densidade populacional, em especial nas cinco cidades do arquipélago.

Este programa está orçado em 110 mil euros (pouco mais que 20 mil contos), um investimento relativamente baixo face ao número de espectáculos a realizar, cerca de seis dezenas, à qualidade dos seus executantes, ao número de participantes e ao valor cultural intrínseco da iniciativa. A sua Coordenação por questões de eficácia e gestão foi cometida este ano à Casa da Cultura de Ponta Delgada. A programação, tal como no ano anterior, continua a cargo de Carlos Frazão, que é igualmente o responsável pela Direcção Artística deste Festival.

A Temporada Musical 2002 conta com a colaboração das autarquias, dos organismos dependentes da Direcção Regional da Cultura e ainda com diversos apoios de empresas públicas e privadas. Assim, este evento cultural é o resultado da aglutinação das vontades, não só de organismos oficiais mas também de agentes privados.

Sete meses de concertos, recitais e música de câmara percorrerão as nossas 9 ilhas, até 30 de Setembro, constituindo assim, a Temporada Musical 2002 um evento cultural na área música popular, da música erudita e da música que se faz nos Açores nos domínios do Jazz e da popular urbana. O programa assenta essencialmente na participação de músicos locais, professores dos nossos Conservatórios e num

conjunto de músicos açorianos que partilharão com públicos diferentes os seus trabalhos promovendo-se assim, um intercâmbio destes criadores.

A Temporada Musical 2002 contará ainda, com a participação especial de dois grandes nomes da Música, o pianista Sequeira Costa que realizará três concertos, um na Ribeira Grande, um na Horta e outro na ilha Graciosa e o Guitarrista Alírio Diaz que também realizará três concertos, um em P. Delgada, outro Angra do Heroísmo e o terceiro na Horta, emprestando assim, ao programa uma enorme qualidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Srs. Membros do Governo:

A Temporada Musical integra-se na acção inscrita no Plano Anual 2002 – Espectáculos de Iniciativa Governamental – Música, Teatro, Bailado e Ópera, aprovado por esta Assembleia, cujo conteúdo previa a promoção de espectáculos em todas as ilhas, nas diversas áreas culturais.

Com esta iniciativa o VIII Governo Regional prossegue as linhas de orientação estratégica, definidas no seu programa de Governo, no domínio da Cultura, promovendo uma acção de forma integrada que visa desenvolver culturalmente a população e os seus variados agentes culturais, potenciando um desenvolvimento integrado da sociedade açoriana.

Com esta iniciativa valoriza-se e apoia-se diferentes tipos de expressão artística, quer na perspectiva do público, propiciando condições de fruição, quer na perspectiva dos criadores artísticos, favorecendo as condições e os meios de difusão do seu trabalho artístico.

Com esta iniciativa cumpre-se ainda também o objectivo definido no Plano de 2002 de promover acontecimentos culturais de grande qualidade, privilegiando parcerias com diferentes agentes sociais, económicos e culturais.

Os espectáculos de iniciativa governamental, de que a Temporada Musical é um exemplo, ou Festival de Música Atlântico a apoiar por esta rubrica são importantes hoje na nossa sociedade pelas suas características, pelos valores que envolvem, quer artísticos quer financeiros, porque, sem esta resposta a nossa sociedade ficaria privada de aceder a estes bens.

Se são importantes as estradas, as escolas, os centros de saúde ou outras infra-estruturas públicas, para o desenvolvimento integrado da nossa Região, não se pode descurar, a fruição cultural e o apoio aos nossos criadores artísticos de que a Temporada Musical é exemplo, levando do Corvo a Santa Maria a possibilidade de se usufruir de espectáculos de qualidade nos domínios da música erudita, do Jazz ou da música popular urbana.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveitando as questões que foram aqui abordadas, no âmbito da Direcção Regional da Cultura, pelo Sr. Deputado José do Rego e aproveitando também a presença do Sr. Secretário Regional da Educação, eu gostaria, no âmbito da política cultural daquela Direcção Regional, de colocar uma breve questão.

No final do ano passado, no âmbito da legislação que está em vigor, foram lançadas as candidaturas para apoios no âmbito da Direcção Regional da Cultura. Este ano já foram lançadas as candidaturas da primeira época, já encerraram e há muitas instituições e muitos agrupamentos culturais que solicitaram apoio no âmbito dessas candidaturas e que ainda não tiveram resposta relativamente às candidaturas feitas no ano passado.

Gostaria que explicasse, se o Sr. Secretário estiver disponível, o que é que se passa relativamente a estes atrasos na resposta às candidaturas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às candidaturas do ano passado e às candidaturas de cada uma das épocas, há sempre um período que decorre de apreciação dessas candidaturas e de preparação das respostas e das portarias quando há atribuição de subsídios.

Eu não conheço qualquer atraso em relação às do ano passado. Com certeza que estarão a sair, mas eu não tenho informação concreta. Se o Sr. Deputado quiser eu posso obter essa informação e depois dar-lha-ei.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à pergunta feita pelo Sr. Deputado Costa Pereira das candidaturas do mês de Outubro, dado que fiz uma intervenção na área da música, foram apoiadas 6 candidaturas em termos da música no valor de 14 mil euros.

Em relação às nossas filarmónicas foram apoiadas 87 candidaturas no mês de Outubro, no valor de 108.558.44 euros. Isto no que concerne às candidaturas no âmbito da música.

É claro que no âmbito da música este Governo tem apoiado as escolas de formação, que nós sabemos que são importantes junto das nossas filarmónicas.

Neste momento, estão a ser apoiadas 73 escolas também no valor de 109.000 euros.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José do Rego:

Já que está tão bem informado, eu colocava-lhe mais uma questão que gostaria que respondesse se tiver esses elementos.

Eu gostava de saber no âmbito das candidaturas relativamente a organismos de instituições culturais e especificamente no apoio a planos de actividades, quais foram os apoios que foram concedidos e quais as instituições, porque eu não as conheço?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado percebeu a minha intervenção e eu disse que no âmbito da música tinha a informação.

Em relação aos organismos ou às associações culturais, noutras áreas que não a música, pelas candidaturas aprovadas o ano passado, só houve seis candidaturas no âmbito da música.

Como sabe as associações culturais podem candidatar-se desde as artes plásticas, à música, ao teatro, etc. e eu não tenho essa informação presente, mas pode requerer ao Governo a todo o momento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo:

Eu levantei esta questão, mas percebo que o Sr. Deputado naturalmente não tem as informações todas. O Sr. Secretário já ficou de fazer o favor de dar essa informação, mas já que estamos a falar deste assunto, gostaria de registar que não foi de ânimo leve que levantei esta questão, porque eu conheço vários organismos e instituições culturais da Região que, no âmbito das candidaturas, solicitaram apoios aos seus planos de actividades. Esses planos de actividades já deviam estar em execução, já foi lançado um período de candidaturas posterior, já foi encerrado e muitos desses organismos não se candidataram a este último período, porque estão ainda à espera de resposta do primeiro e é evidente que ninguém deu explicações, ninguém deu informações, nem sequer uma carta da Direcção Regional da Cultura a dizer: os senhores foram contemplados ou não foram contemplados.

É evidente que isto não é uma situação normal, isto não é uma situação correcta e por isso deixo aqui este registo e o desafio ao Sr. Secretário para dar a informação sobre as razões deste acontecimento.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Rego. Agradecia que fosse substituído na mesa pelo Sr. Deputado Aires Reis.

(Neste momento o Sr. Deputado Raúl Rego foi substituído na Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores pelo Sr. Deputado Aires Reis)

Deputado Raúl Rego (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta intervenção era para ter sido feita na sessão de Abril, mas pelo debate aceso que foi efectuado sobre a reconstrução, infelizmente, não o permitiu. Em todo o caso, mantém a sua actualidade.

Subo hoje a esta tribuna para falar de algumas facetas da “política rodoviária” que vem sendo praticada pelo Governo Regional na ilha Terceira.

Na Terceira, que apresenta evidentes carências neste domínio, os investimentos programados e em curso, ficam muito aquém dos necessários. Por outro lado, as obras programadas nos diversos Planos de investimento nunca foram executadas nos prazos inicialmente previstos, existindo mesmo situações de sucessivos atrasos.

O caso, recorrente, das estradas do projecto Lages/S.ta Bárbara é um conturbado exemplo das dificuldades, insuficiências e até mesmo maldades, que o Governo socialista tem evidenciado.

Em meados de 1997, o Governo Regional em visita à Ilha Terceira afirmou, através de comunicado, que as obras das estradas do projecto “Lages / S.ta Bárbara” estariam concluídas em Outubro de 1998. Passou-se 1998, 1999, 2000, 2001 e já vamos em Maio de 2002 e essa promessa nunca foi cumprida.

No dia 1 de Março de 2000, o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, que infelizmente não se encontra aqui, anunciou à comunicação social que as estradas da Serreta, Doze Ribeiras e St^a Bárbara iriam ser alvo de uma intervenção

provisória, enquanto se elaborava o projecto destinado à pavimentação definitiva, trabalho que demoraria cerca de três meses. Afinal, a obra prometida acabar em Agosto/98, ainda não tinha projecto definitivo em Março de 2000.

Estávamos a 6 meses das eleições regionais. Eram fáceis de adivinhar as intenções do Governo - tapar uns buracos até às eleições e, depois, logo se veria. E foi isso mesmo que aconteceu.

Deu-se uma pobre rega asfáltica, uma espécie de “caiaço escuro” na estrada e a obra, a sério, nunca avançou. E, os tais três meses já são dois anos. Com os dois de trás, já são quatro anos de incumprimento.

Estávamos a dois dias das eleições de 17 de Março passado, a Freguesia da Serreta foi invadida por um exército de máquinas pesadas. Era uma sexta-feira. Sim, porque uma sexta-feira é muito melhor que uma segunda-feira para começar o que quer que seja.

Ficaram ali mesmo no centro da Freguesia.

Em frente à Igreja, do Centro Paroquial, do Coreto, perto da Junta de Freguesia, da Sociedade e Casa do Povo. Mesmo ali ao lado da mesa de voto. Sim, porque se há zona ideal para instalar o estaleiro de uma obra é ali bem no centro de tudo. Uma boa ideia para a Praça Velha de Angra ou Matriz de Ponta Delgada. Dá mais jeito para fazer umas reparações nas máquinas, mudar o óleo, etc.. Enfim, uma evolução qualitativa das novas metodologias da engenharia-rodoviária do Sr. secretário Contente que, infelizmente, tanto fala em qualidade e depois não corresponde com a sua prática.

Vieram as ingratas eleições do dia 17 e depois delas, mais três semanas. As máquinas ficaram por ali, em descanso, acompanhadas por um trabalhador que, tranquilamente, ia olhando por elas queimando uns cigarros.

Passados uns dias vieram buscar uma máquina, depois outra e depois mais outra...

E o povo da Serreta e daquelas bandas e os deputados do PSD da Terceira, ao invés dos seus colegas do PS, e os órgãos de comunicação social e a opinião pública, tiveram que tirar a conclusão óbvia aquelas máquinas, naquele dia, naquele local, foram prematuramente colocadas, por causa das eleições.

A chamada Canada da Ajuda – estrada de 1800m, que liga o centro da Freguesia de Sta. Bárbara ao litoral, onde habitam cerca de 250 pessoas está com o piso em estado lastimoso, de tal forma que, em Maio do ano passado, a população se insurgiu contra a “rotinada presença remedeira” das máquinas e homens que ali se deslocaram ao serviço do Governo.

Em requerimento de 4 de Fevereiro passado, questionámos o Governo a este propósito. A resposta veio logo a 26 de Fevereiro. Eis as perguntas e as respostas:

1ª pergunta

Para quando o arranque da pavimentação/correção da “Canada da Ajuda”?

Resposta: A canada da Nossa Senhora da Ajuda integra a empreitada S.Bárbara/Serreta, cujo contrato de empreitada se encontra em fase de elaboração, prevendo-se o arranque da obra para o início do primeiro semestre do ano corrente.

2ª pergunta:

A obra inclui a pavimentação dos últimos 200 metros que liga ao parque de lazer/merendas em construção? Não obteve qualquer resposta.

3ª pergunta:

Foi promovida alguma diligência tendente a dialogar, informar e esclarecer a população abrangida, nomeadamente através da sua legítima representante - a Junta de Freguesia?

Resposta: O Secretário Regional da Habitação e Equipamentos procedeu, em tempo oportuno à apresentação pública deste projecto na ilha Terceira, a qual foi objecto de divulgação pelos órgãos de comunicação social.

Senhor Secretário Regional da tutela, isto são respostas que se dêem? Ainda por cima uma falsa resposta já que, o último pronuncio público que proferiu, foi em data anterior aos eventos que originaram o nosso requerimento.

Três deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na plenitude do exercício da sua actividade formalizaram um requerimento com três perguntas objectivas, a um Secretário do Governo dos Açores, mas este, embora cumprindo a obrigação formal de responder, não responde a nada nem esclarece nada. Uma resposta que evidencia uma clara dissonância entre o comportamento do Governo e a sua obrigação institucional.

Mas, ainda a propósito da Canada da Ajuda, parece que, finalmente, aquela obra arrancou...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Já arrancou?! Isso é que é uma chatice!

O Orador: É verdade, arrancou e a gente já vai ver em que condições caricatas.

... com prioridade sobre o resto da obra Santa Bárbara/Serreta, tal como os deputados do PSD Terceira haviam defendido publicamente.

Depois da “manifestação popular” de Maio/2001 jamais homens, e máquinas ao serviço do Governo, voltaram ao local, sob o argumento de que não o podiam fazer enquanto o Presidente da Junta não assegurasse a integridade e segurança de homens e equipamentos. Mas, este argumento proferido pelo representante do Governo na Terceira, tão incrível quanto infundado, acabaria por ser contraditado pelo Sr. Secretário Regional que declarou que iria submeter a opção das prioridades à conveniência do empreiteiro. Mas, dois dias depois, em visita à Canada da Ajuda o Sr. Secretário da tutela rendeu-se à realidade. Deu finalmente a mão à palmatória e descobriu o óbvio – a obra vai mesmo começar por ali. Tanto atraso, tanta incompreensão, tanto preconceito e tanta dificuldade para decidir sobre uma necessidade óbvia, urgente e prioritária.

Antes de terminar permitam-me mais um desabafo.

Sr. Secretário da tutela, sempre que, no exercício das minhas funções de Secretário da Mesa, ouço V.Exa. falar na superior qualidade das obras que o seu Departamento realiza, sinto a frustração do silêncio a que, em matéria de debate, estou formalmente obrigado.

Acontece-me nessas alturas, bem como quando circulo de automóvel nalgumas estradas da Terceira, nomeadamente ali para as bandas de S. Carlos e Porto Martins.

Estávamos em Março de 2000, a seis meses das eleições regionais, decidiu o Governo pavimentar uma pequena parcela dos compromissos que assumira no Plano Anual – o troço Silveira /S. Carlos. Pois bem, em vez de se remover o piso e estruturar a caixa de fundação, despejou-se a camada de betuminoso por cima do asfalto podre e irregular, reduzindo em cerca de dois terços a cota de soleira. De tal forma que, hoje, aquele troço já apresenta ondulações e pequenas fissuras, prevendo-se que tenha uma esperança de vida reduzida a 50%. E, alguns pátios e casas,

quando a chuva é forte, não escapam á inundaçãõ, coisa que não acontecia anteriormente.

No Porto Martins, no verão passado, o Governo Regional pavimentou a estrada principal que atravessa a Freguesia. Uma obra-prima de engenharia rodoviária. O piso foi feito com alcatrão quente, à moda antiga. Ainda por cima, com brita grada. Para tapete, sobre um piso que ficou irregular, despejaram-se toneladas de gravilha e pó de pedra. Claro está, as consequências foram inevitáveis. Sempre que passava uma viatura, a poeira era tanta que inundava tudo à volta. As pessoas respiravam com dificuldade e as que tinham problemas respiratórios tiveram que mudar, temporariamente, de casa. Outras, embora não tendo problemas respiratórios, passaram a tê-los. Nos quintais, as hortaliças morriam por asfixia e a vegetação da zona ficou bastante afectada. As casas, caiadas de branco, ficaram cinzentas e, confessava-me um morador indignado que, nem podia dormir descansado com a sua Maria pois, até debaixo dos lençóis, a terra chegava.

Foram precisos cerca de três meses de insistente contestação da população, dos partidos e deputados da oposição, para o Governo dar o braço a torcer e mandar retirar aquela maldita gravilha farinhenta deixando a nu aquele pavimento novo de péssima qualidade. Um pavimento que nunca foi corrigido. Esta prodigiosa engenharia rodoviária, deixou aquele povo descontente.

Pois é Senhor Secretário como diz o povo “o peixe morre sempre pela boca”,...

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O “cherne”!

O Orador: ... ou então “quem cospe para o ar...” .

Têm sido estas algumas das manigâncias político-rodoviárias praticadas pelo Governo Socialista, lá para as bandas da Terceira.

Muita estrada para fazer que não está prometida.

Muita estrada prometida, que não está feita.

Alguma estrada feita, que não tem qualidade.

Muita obra eleitoral, pouca obra rural.

Quanto às soluções provisórias em vésperas de eleições, com caiações asfálticas e estaleiros fictícios, são lamentáveis e indignas para a nossa governação, para a nossa

democracia e para a nossa autonomia. A demais, custam muito dinheiro. Dinheiro esse que, de certeza, evitaria alguns dos sucessivos atrasos das obras programadas. Estas coisas indignam a Terceira e o seu povo.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD e do Deputado Alvarino Pinheiro do PP)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros. Dispõe de 3 minutos.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro facto, – e fica aqui o meu profundo lamento – que pena o Sr. Deputado Raúl Rego ser membro da Mesa, porque assim não nos brinda tantas vezes com momentos de fino humor, com gravilha farinhenta, asfixia de hortaliças e problemas de vias respiratórias e afins, como acabou de nos trazer neste momento!

Mas, para além deste lamento e deste desabafo, vamos ao que interessa, que são as estradas.

Eu até fiquei espantado do Sr. Deputado Raúl Rego não ter terminado a sua intervenção exigindo de imediato a construção da auto-estrada Feteira/Ilhéu das Cabras. Estranhei não ter trazido isso para aqui, porque na realidade, com tanta estrada por fazer, falta acrescentar esta.

Como há tanta estrada por fazer, eu vou lembrar-lhe obras realizadas ou em curso na Ilha Terceira do Plano de 2002/2004: Porto Judeu/Feteira, Canada da Mesquita, Altares/Pico Gordo, Lajes/Santa Bárbara, Portões de S. Pedro, Santa Bárbara/Serreta, início da reabilitação da via rápida, Silveira/S. Carlos/Cruz das Cinco, início da iluminação da via rápida, início da limpeza e sinalização da via rápida e abertura das propostas do concurso Cruz das Cinco/S. Mateus/Silveira. É pouco? É possível que seja pouco, Sr. Deputado, mas é muito mais do que aquilo que estava feito.

Vamos agora a Santa Bárbara/Serreta/Canada da Ajuda.

Quem ouça o Sr. Deputado falar candidamente, parece dizer: não fosse a piedosa intervenção dos deputados do PSD e aqueles pobres moradores andariam por arruamentos sem quaisquer condições.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Isso é falta de consideração.

O Orador: A Canada da Ajuda nem parecia uma Canada, parecia mais uma ribeira. Aqui estou perfeitamente de acordo.

Agora, a intervenção dos deputados do PSD, essa sim foi uma intervenção comicieira e pré-eleitoralista, porque o próprio presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara contactou os diferentes grupos parlamentares, nomeadamente o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e foi por nossa intervenção, conjuntamente com o Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, que a obra está a ser realizada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ó messa.

O Orador: Ó messa, não. Aquilo que é a insinuação do Sr. Deputado está aqui, “Diário Insular” de 10 de Abril de 2002.

Ainda a estrada Serreta/Santa Bárbara, Deputado Bento Barcelos; mentiras, Deputado Raúl Rego; Governo, Deputado Clélio Meneses. Isto é o chamado “três em um” com um trio desafinado.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Um trabalho político, sério e honesto!

Deputado Clélio Meneses (PSD): O que o senhor não fez.

O Orador: Vamos agora às questões das máquinas.

O que é que evidencia esta postura, política, responsável e honesta, Sr. Deputado Bento Barcelos? Evidencia a postura e a perspectiva maquienuista, perfeitamente desajustada aos tempos que correm, que o PSD continua a ter sobre aquilo que são empreitadas de obras públicas e isto porquê? Porque no entendimento e nos escritos dos deputados do PSD, o Governo Regional manda as empresas instalar o estaleiro para fins eleitoralistas, para depois retirar o estaleiro sem o início da obra, ou seja, os Srs. Deputados do PSD colocam em causa a idoneidade, a seriedade e a competência

das empresas que realizam obras públicas, no caso concreto na Ilha Terceira e podendo extrapolar para toda a Região,...

Deputado Bento Barcelos (PSD): Isso não está em causa.

O Orador: ... porque aquilo que os senhores acabaram de dizer e reafirmar aqui é exactamente isso, ou seja, que existem empresas de obras públicas que dependem das ordens e das exigências do Governo Regional.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Vamos ao romance Lajes/Santa Bárbara.

Presidente: Eu agradecia que não fosse ao romance, porque já passaram 4 minutos.

O Orador: Assim sendo, inscrevo-me já a seguir.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Raúl Rego.

Deputado Raúl Rego (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Barros:

O senhor realmente tem um conhecimento da realidade da nossa ilha muito superficial.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Vê-se que não percebe nada da Ilha Terceira.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): “Um boi em terra alheia, nem vaca é”!

O Orador: O exemplo que começou por referir, tentando ridicularizar a denúncia que fiz quanto à desastrosa obra que o Governo Regional executou no Porto Martins, foi infeliz, porque, de facto, as hortaliças morreram e as pessoas tiveram problemas respiratórios.

As pessoas que ficaram com os quintais estragados, que não comeram debaixo das suas latadas, que viram terra nas suas casas em tudo quanto era canto, certamente não compreenderão a sua forçada ironia.

Quanto à auto-estrada Feteira/Ilhéu das Cabras, não sei a que propósito é que vem falar dela. O senhor mora na Feteira, não sei se pretende alguma viagem no sentido

do Ilhéu das Cabras. Acho que é um absurdo e não tem qualquer sentido essa referência que aqui faz. Mais uma ironia não conseguida, meu caro colega e Deputado Francisco Barros.

O senhor diz que foi com a vossa intervenção. Eu quero dizer que o Sr. Secretário quando foi à Terceira não convidou os deputados da Ilha Terceira para acompanhá-lo na sua visita à Ilha e às obras feitas, por fazer ou em curso. Convidou apenas os deputados do seu partido, que se apresentaram publicamente ao seu lado, solidários com a sua política, coisa a que os terceirenses não deixaram de se aperceber e foi isso que se passou.

Foi bom que nós tivéssemos feito as denúncias que fizemos, porque o Sr. Secretário Regional quando viu a Canada da Ajuda ficou, de facto, escandalizado e teve que se render, teve que contradizer o seu colaborador na Terceira e mandar arrancar a obra de imediato, porque aquilo era a vergonha das vergonhas. A indignação profunda das 250 pessoas que ali moram era absolutamente sustentada e fundada, porque eles no dia-a-dia sentiam ali aquela realidade terrível, a pior estrada da ilha Terceira ao longo dos últimos 2 ou 3 anos e teimosamente não foi resolvida uma coisa que até era relativamente simples de resolver.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor sabe quando é que ela foi alcatroada? Em 1970.

O Orador: As máquinas tiveram ali para fazer campanha eleitoral. O único argumento que o Sr. Deputado apresenta para contrariar a acusação que faço convictamente de que as máquinas tiveram ali para fazer campanha eleitoral, é que nós estamos a ofender o empreiteiro.

Meu caro, não sei quais foram as relações que tiveram com o empreiteiro, agora as pessoas que lá moram e que viram colocar as máquinas na Sexta-Feira, acreditaram que era desta que a obra ia avançar, mas os dias foram passando e nada se fez e as máquinas começaram a sair distraidamente, digamos assim, uma a uma, até desaparecerem praticamente todas. As pessoas tiraram claramente uma conclusão que ninguém a vai retirar e a comunicação social também se apercebeu disso.

Aliás, Sr. Deputado, nós vivemos numa ilha pequena, as empresas têm trabalhadores, as pessoas da Junta de Freguesia moram lá, têm amigos e depois dizem-se coisas incríveis sobre a vinda daquelas máquina para ali. Na freguesia, ainda hoje, é voz corrente que aquilo foi uma pressão do presidente da Junta. Será verdade, será mentira? Não sei, nem vou levantar aqui essa questão, mas consta e fala-se insistentemente nisso.

Se isso foi verdade, o Governo não devia ter cedido a essa exigência do senhor presidente da Junta, recém eleito.

Presidente: Sr. Deputado Raúl Rego, recordo-lhe a sua qualidade de Secretário da Mesa que tem a seu cargo a contagem dos tempos.

O Orador: Sr. Presidente, tanto brando que tenho sido na contagem dos tempos. Em todo o caso termino.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Constato com esta segunda intervenção do Sr. Deputado Raúl Rego que ele reafirma e mais do que reafirmar insinua numa forma no mínimo preocupante aquilo que eu acabei de referir, ou seja, no entendimento do PSD, o Governo Regional manipula as empresas que fazem obras de reparação da rede viária para fins eleitoralistas.

Fica o registo. Esperemos e aguardemos provas concretas desse mesmo registo.

Deputado Raúl Rego (PSD): Definitivamente, não tem argumentos.

O Orador: O Sr. Deputado Raúl Rego mostra-se indignado pelo Secretário Regional da Habitação e Equipamentos ter reunido com os deputados do Partido Socialista, eleitos pela Ilha Terceira.

Sr. Deputado, os Deputados do Partido Socialista eleitos pela Ilha Terceira, ao contrário do que o senhor diz que nada fizeram, pelo que se percebe fizeram alguma coisa e uma das coisas que fizeram foi, sabendo que o Secretário Regional da

Habitação e Equipamentos ia à Ilha Terceira, solicitar uma reunião com ele. Foi aquilo que nós fizemos para discutir a situação das estradas e para nos inteirmos do ponto da situação das mesmas.

Suponho que V. Exas. têm todo o direito e legitimidade de fazer o mesmo, agora não queiram vir connosco de braço dado para reuniões que somos nós que solicitamos.

Novamente Lajes/Santa Bárbara.

Relatório da evolução de reabilitação da estrada Lajes/Santa Bárbara, 1995/1996, número de quilómetros efectuados, 9; custo, números redondos, contrato inicial 585 mil contos; trabalhos a mais e expropriações 15 mil contos; custo final desta parte da obra, 600 mil contos. Não havia dinheiro no orçamento para mais.

1997/2.000, número de quilómetros efectuados 27, média de 6,65 km/ano. 9km a dividir por dois – suponho que o Sr. Deputado sabe fazer a média - dá 4,5 km/ano. Custo inicial da obra 672 mil contos, contratos adicionais e expropriações num total final de 1.500 mil contos, números redondos, mas se quiser, para ser mais preciso, 1.453.987.348\$68. Esta é a situação da estrada Lajes/Santa Bárbara.

Relativamente à parte final Serreta/Santa Bárbara, não é verdade de que a obra só começou pela Canada da Ajuda, conforme o Sr. Deputado disse. O que foi acordado com o empreiteiro, de acordo com a disponibilidades do seu parque de máquinas, foi que iniciavam, em simultâneo, duas frentes de trabalho, uma pela Canada da Ajuda, outra por onde a obra tinha terminado na Freguesia da Serreta.

O Sr. Deputado que se indigna tanto do estado lastimoso com que estava a Canada da Ajuda, e é verdade que todos constatamos isso,...

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: ... agora esquece-se dum pequeno pormenor, – e esta informação não foi dada por ninguém do Partido Socialista, foi dada pelo próprio senhor presidente da junta de Freguesia de Santa Bárbara – sabe qual foi a última vez que a Canada da Ajuda teve intervenção? Foi em 1976, dito pelo presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, pessoa insuspeita que até foi eleita meritoriamente nas listas do Partido Social Democrata.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: Foi em 1976 a última intervenção que a Canada da Ajuda teve. Pelos vistos só agora é que acordaram para a forma como a Canada da Ajuda se encontrava.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Em 76 já estávamos cá!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para lembrar algo que não foi invocado nestas intervenções que acabaram de ser referidas.

Em primeiro lugar o PSD parece esquecer-se do que significa levar máquinas para uma obra em vésperas de eleições legislativas e queria aqui deixar apenas registado o acto que foi levado a cabo em 1996.

Deputado Raúl Rego (PSD): Então reconhece. Está a reconhecer que levaram e que nós também levámos.

O Orador: Quem conhece a rotunda junto ao Bairro Joaquim Alves deve lembrar-se que exactamente na noite da véspera do dia de reflexão, antes do acto eleitoral, apareceram lá perfilados quase todos os carros pesados que havia na ilha nessa altura, para se dar início de imediato ao 4º torço da via rápida. Isso é que é uma postura meramente eleitoralista. Foi, de facto, a mais flagrante que os governos do PSD praticaram no seu tempo.

Quanto a esta que o senhor invoca há uma coisa que é diferente: primeiro, a obra iniciou-se na Serreta – não sei se os senhores passaram lá recentemente e viram – e o largo onde está toda a calçada, que na altura os preocupava tanto, está pronto para o dia do bôdo. Toda aquela área circundante ao largo da Serreta, em frente à Igreja está arranjada, a obra das valetas está a ser iniciada, há que rebaixar aquela estrada e enquanto estes preparativos e estas obras se fazem na Serreta, as máquinas foram

para a Canada da Ajuda para dar início à obra do lado de Santa Bárbara para cá. Foi isto que, de facto, aconteceu. O resultado prático é que logo a seguir, no mesmo andamento, as obras tiveram o seu início, as máquinas não se ausentaram da estrada que é para arranjar, os trabalhadores não fugiram, o empreiteiro não foi para outra obra e, de facto, estão lá a construir a estrada.

Gostaria ainda de referir a situação do Porto Martins aqui invocada. Parece que o resultado, da forma como essa estrada foi asfaltada, é que preocupou apenas alguns políticos, porque o povo do Porto Martins, ao não penalizar quem executou a obra...

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Deputado.

O Orador: ...demonstrou que, de facto, aceitou como solução precária, porque o é, provisória aquela que foi encontrada pelo Sr. Secretário das Obras Públicas.

Em relação à postura dos deputados do PSD, que não é criticável sob o ponto de vista de verem o que falta na ilha, lembrar o que se deve fazer, etc., mas encerra um pormenor que também gostaria de aqui deixar expresso: é que sempre que se está para iniciar uma obra na Ilha Terceira, os deputados do PSD estão lá na véspera a criticarem o atraso dessa obra.

Parece que o que enerva os Srs. Deputados do PSD não é o facto da obra não se fazer, até parece que prefeririam que isso acontecesse, mas o que os leva a percorrer alguns sítios, com bastante nervosismo, é o facto de verificarem que a obra vai, de facto, iniciar-se.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, ainda estão inscritos os Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e Clélio Meneses, mas uma vez que estamos em cima da hora, eu pedia aos líderes parlamentares para chegarem aqui à Mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos e regressamos às 15,00 horas.

(Eram 13 horas e 10 minutos)

Presidente: Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Ainda na sequência da intervenção do Sr. Deputado Raúl Rego estão inscritos o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Popular gostaria de referir que não temos qualquer dúvida de que este Governo tem sido um mau Governo relativamente ao sector dependente da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

No que respeita ao sector rodoviário julgo que ninguém duvida e desconhece que a acção do actual Governo, na senda do anterior, sistematicamente pecou por não dar cumprimento àquilo que anualmente estabelecia, como meta, nesta Assembleia Legislativa Regional.

Portanto, se há conclusão a tirar relativamente à acção do Governo Regional dos Açores no sector rodoviário, em relação à ilha Terceira, a única que se pode tirar é que este Governo tem tido uma postura insuficiente e tem desacreditado sistematicamente os documentos que anualmente são aprovados nesta Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Daí compreendermos que os deputados do Partido

Socialista tenham a necessidade de reunir a miúdo com o Sr. Secretário Regional, José Contente.

Infelizmente que, para os açorianos em geral, essas reuniões pelos vistos não têm conduzido a uma alteração de política do Governo Regional relativamente, pelo menos, aos projectos daquela ilha.

De resto, a intervenção aqui feita pelo Sr. Deputado Raúl Rego se pecou, e permitame aqui a citação, foi certamente porque não teve tempo de aumentar a lista de projectos que constituem compromissos do Governo Regional dos Açores em relação à Ilha Terceira e que estão no rol dos incumprimentos. Ele citou alguns, mas como ele muito bem sabe, todos nós bem sabemos e os verdadeiros deputados pela Ilha Terceira também sabem que há muitos outros – é óbvio que há paraquedistas e mercenários que podem ser menos sensíveis às questões do nosso povo – e as pessoas em geral têm plena consciência de que há uma clara insuficiência do Governo relativamente à acção naquela ilha.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Queria finalmente, para terminar os três minutos, ter uma palavra de grande apreço para com as populações da Canada da Ajuda, em Santa Bárbara.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, sem subestimar as diligências feitas – e eu próprio também fiz um requerimento sobre esta matéria e julgo que todos os senhores deputados, de forma mais ou menos directa, fizeram intervenção nesse domínio, tal o escândalo da situação em causa – o grande mérito de terem conduzido à cedência do Governo relativamente àquela estrada, partiu das suas populações.

Quando o povo residente naquela estrada teve a coragem, a determinação de se opor à acção que as obras públicas lá queriam efectuar, fazendo um autêntico levantamento popular e não permitindo a consumação duma medida incorrecta que, infelizmente, depois veio a ser consumada duma forma semelhante à do Porto Martins em que a população desta freguesia não teve a força e determinação de se opôr tal como tiveram os barbarenses, conseguiram ao fim de um ano ou dois vergar

o Governo, vergar as obras públicas e ter, finalmente, o direito e o acesso a uma pavimentação capaz na sua estrada.

Portanto, eu acho que, no fim deste processo, estão de parabéns os habitantes daquela estrada.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O meu colega Raúl Rego já teve oportunidade de trazer aqui, de forma clara, um problema que afecta os terceirenses. O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro também manifestou essa preocupação.

No entanto, assistimos aqui a um como que desvio rodoviário por parte do Grupo Parlamentar do PS que exige alguns esclarecimentos.

Penso que não estará aqui em causa quem fala mais alto, quem tem maiores avanços ou fugas discursivas e no caso concreto tentou-se aqui algumas fugas discursivas. Trata-se pura e simplesmente da assunção responsável das competências e das atribuições de cada um.

Ao Governo Regional cabe, obviamente, executar aquilo que está previamente definido, ou seja, cumprir o que foi definido anteriormente.

Ao Parlamento, aos deputados cabe, neste caso concreto, fiscalizar e apreciar a acção do Governo.

Da parte do Grupo Parlamentar do PSD há claramente uma apreciação negativa e é nessa medida da assunção dessas responsabilidades e dessas atribuições que intervimos aqui e trouxemos a debate este assunto.

De facto, não nos parece que seja merecedor duma apreciação positiva que o Governo Regional tenha anunciado e prometido que aquela estrada estaria concluída em 1998. Isto é um comunicado oficial do Governo a afirmar que aquela estrada estaria concluída em 98. Estamos em 2002 e o mais grave ainda é que se passaram 4 anos e conforme é assumido pelo próprio Governo Regional ainda faltam trabalhos

topográficos e expropriações relativamente a uma estrada que o Governo comprometeu-se que estaria concluída em 98. Isto é: durante 4 anos não cumpriram o que prometeram nem sequer fizeram os trabalhos topográficos necessários nem as expropriações.

Da nossa parte isto merece uma apreciação negativa e é por isso que estamos aqui...

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... a denunciar estas situações, como é o caso que foi aqui referido que dois dias antes das eleições são colocadas as máquinas nos termos claramente inusitados e públicos, que penso que nem sequer merecem ser repetidos.

Também neste âmbito, o sistema rodoviário ao nível da ilha Terceira, e penso que isto se integra numa prática reprovável por parte dos terceirenses que tem a ver com outros casos, como foi referido aqui pelo Deputado Alvarino Pinheiro o caso das percentagens ínfimas de investimento em novos troços de estrada na Ilha Terceira. Sucessivamente temos levantado esta questão.

As promessas e os anúncios também têm-se sucedido, infelizmente pouco concretizados. A este respeito permitam-me que cite o Sr. Secretário Regional da Educação que em 16 de Novembro de 2001, relativamente ao último troço da via rápida dizia assim: “ Um troço que não faz falta nenhuma aos terceirenses”.

É esta a perspectiva que o Governo dos Açores e o Partido Socialista têm para com o sistema rodoviário da Ilha Terceira e no caso concreto para novos troços de estrada e para com o último troço da via rápida.

Relativamente à ausência dos SCUTS, o Sr. Presidente do Governo anunciou aqui no âmbito desse debate que havia um estudo relativamente à ilha Terceira, mas até agora não se viu nada.

Paralelamente a isso há outros casos com pavimentações medíocres de estradas, como é o caso da estrada de Santa Margarida.

A estrada Lajes/Praia da Vitória, foi sucessivamente anunciada. Ainda antes das eleições foram feitos distribuir grandes cartazes anunciando a obra, com prazo de

execução, com valores da empreitada e até hoje nada se fez e nem se sabe se a obra está ou não adjudicada.

Esta foi uma postura típica do Governo Regional dos Açores, neste caso claramente concretizada e evidenciada.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Para finalizar quero dizer que o que está aqui, é sobretudo uma questão de postura e uma questão de atitudes políticas.

Da parte do Governo Regional há uma postura no sentido de que desviando as atenções as pessoas pensam que está feito aquilo que não está.

Da parte do PS há uma preocupação de, mascarando a situação, defender o Governo.

Da parte dos deputados do PSD, também como foi evidenciado pelo PP, há uma preocupação de denunciar as situações, clarificando, dizendo a verdade e afirmando o que é que é necessário para a Ilha Terceira.

Da parte do povo, este vai assistindo a tudo isto e como os senhores já se devem ter apercebido, ganha eleições quem o povo quer e não quem quer e o povo, por mais grato ou ingrato que seja, mais justo ou injusto que seja, decide sempre e os senhores têm tido bem a noção disso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias para esclarecimentos.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As obras nas estradas da Ilha Terceira vão decorrendo conforme é possível.

É, de facto, uma situação um bocado lamentável, depois da obra estar adjudicada, depois das máquinas terem sido colocadas na estrada Serreta/Santa Bárbara, ficarem preocupados porque a obra ia começar.

De facto, a situação foi essa. A obra começou e ficaram preocupados porque a obra ia começar e sentiram-se um bocado defraudados na sua expectativa da obra não começar.

Eu pedi a palavra para falar sobre o Porto Martins. Mais uma vez o Porto Martins.

Foi feita uma intervenção provisória na estrada de Porto Martins e nessa altura os partidos da oposição fizeram abaixo-assinados, as pessoas assinaram papéis que não sabiam bem o que é que estavam a assinar, por que é que estavam a assinar e mais tarde vieram a dar por isso e pediram para o seu nome ser retirado.

Fizeram manifestações, andaram nas estradas, puseram carros a passar para fazer levantar o pó e a televisão a filmar, preocupadíssimos, mas o que estava em causa não era a estrada de Porto Martins nem era o povo de Porto Martins, mas sim que dali a dias havia eleições para a primeira junta de freguesia de Porto Martins e os partidos queriam ganhar essas eleições.

A provar que era isto que estava em causa, foi feita uma intervenção na Ribeira Seca de Cima e nenhum partido político apareceu lá a dizer que estava mal.

A intervenção começou nos Salgueiros e só quando entrou no Porto Martins é que toda a gente se preocupou. Até lá aquele povo não interessava e só depois é que ficaram preocupados e porquê? Porque havia eleições dali a dias para a primeira junta de freguesia de Porto Martins.

Como diz o Deputado Clélio Meneses, “o povo é quem manda”, “o povo é quem sabe” e soube, porque quem ganhou as eleições seguintes do Porto Martins foi o Partido Socialista.

Voices das bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem toda a razão Sr. Deputado Clélio Meneses, o importante é a postura e a atitude política. Tem razão igualmente quando diz “não ganha eleições quem quer, ganha eleições quem o povo quer”.

Relativamente a isto estamos entendidos e ainda bem que pensa assim, porque ao pensar assim, suponho que contradiz aquilo que há pouco o seu colega de bancada Raúl Rego referiu quando dizia que o povo ainda se deixa “enganar” por ver um conjunto de máquinas à beira de uma estrada ou por ver a instalação de um estaleiro que no dia seguinte é retirado sem obra feita. Isso é passar um atestado de menoridade aos eleitores que, felizmente, pelos vistos o PSD já parece estar a recuar passos nesse sentido.

Novamente o troço Serreta/Santa Bárbara. O Diário Insular do dia 29 de Novembro de 2001 dizia: “Os projectos que serviram de base à empreitada foram sendo realizados pela equipa do projecto na frente das máquinas, não tendo sido precedidos de adequados estudos geotécnicos, nem tendo constituído adequados instrumentos de pré-mediação dos trabalhos a executar”. Ou seja, a obra foi feita sem projecto, sem expropriações, sem autos de medição, sem aquilo que quer que fosse que permitisse fazer uma estrada naquele comprimento.

Como o senhor bem sabe, uma empreitada não pode ter mais do que 50% de trabalhos a mais.

Eu há pouco disse-lhe, se quiser repito-lhe, os valores da empreitada da estrada Lajes/Santa Bárbara.

O que é lamentável, no meio disto tudo, é que os senhores preocupam-se tanto em dizer, na sua atitude política, que a apreciação é negativa. Estão no vosso inteiro direito, mas eu ainda não ouvi uma única palavra sobre um conjunto de obras que foram feitas na rede viária da ilha. Não ouvi uma única palavra sobre isso. Não vi uma única iniciativa da vossa parte, à excepção do chamado 5º troço da via rápida, aquando da discussão aqui do Plano e Orçamento para o corrente ano, mas fizeram isso retirando dinheiro à preservação do património da Ilha Terceira que era, na realidade, uma coisa espantosa.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Nem uma coisa nem outra.

O Orador: O Sr. Deputado está muito mal informado, porque a obra da antiga Escola Industrial já está a decorrer. Se não sabia vá lá verificar, a não ser que por vezes a cegueira possa ofuscar determinadas situações.

Uma última questão em termos de informação.

O Sr. Deputado Clélio Meneses fala na questão do último troço, 5º troço ou via A, como quiser designar, da via rápida, mas não o ouvi ainda comentar a tomada de posição da actual Junta de Freguesia do Cabo da Praia...

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: ... que levanta questões de natureza ambiental quanto à localização desse 5º troço, propondo como uma eventual alternativa o alargamento da actual estrada.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pinheiro para esclarecimentos.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não queria descer muito ao nível de freguesia, mas seja como for todas as coisas devem ter a sua idoneidade própria.

Eu queria fazer aqui duas ou três observações à intervenção do Sr. Deputado Paulo Messias.

Primeiro, não sei, e é bom esclarecer, o significado da vitória do Partido Socialista na freguesia de Porto Martins.

O Partido Socialista neste momento tem o presidente da Junta do Porto Martins.

Deputado Paulo Messias (PS): Ganhou a junta de freguesia. Teve mais votos.

O Orador: Neste momento, para esclarecimento da ilustre Câmara, o Partido Socialista detém o lugar de presidente da junta de freguesia de Porto Martins, o Partido Popular detém os dois lugares de vogais da junta de Porto Martins e,

portanto, a junta de freguesia é maioritariamente constituída por elementos do Partido Popular e o Partido Social Democrata tem a presidência da assembleia de freguesia do Porto Martins.

Portanto, as quatro figuras mais representativas do povo de Porto Martins são o presidente da assembleia de freguesia do PSD, o “ministro das finanças” de Porto Martins é do PP, o “ministro da administração interna” é do PP e o senhor presidente da junta é do PS.

(Risos da Câmara)

Deputado Paulo Messias (PS): E o “primeiro-ministro” é do PS.

O Orador: E o “primeiro-ministro” é do PS.

Presidente: Não tem ministro da defesa.

O Orador: As melícias do Porto Martins é que assegurarão a defesa daquela freguesia e vão assegurá-la nomeadamente contra as investidas dos socialistas.

Eu queria esclarecer, para não ficar aqui uma nota negativa relativamente às pessoas daquela pequena e modesta localidade da Ilha Terceira, que as pessoas reagiram e bem e eu próprio fui uma das vozes que nesta Casa também fez intervenção nesse sentido, porque a intervenção do Governo, em matéria da via principal do Porto Martins, pensamos que foi negativa para a maioria das pessoas. Se houve alguém que ficou satisfeito com aquilo também tem esse direito.

Se as pessoas não reagiram enquanto o Governo andou a distribuir pó de pedra para a zona dos Salgueiros, foi porque não há habitações naquela zona e o prejuízo foi apenas para a lavoura.

Quando chegou à zona habitada obviamente que as pessoas reagiram e bem.

(Voz inaudível do Sr. Deputado Paulo Messias)

O Orador: Isso é um problema dos da Ribeira Seca de Cima.

Deputado Paulo Messias (PS): Não, é o problema do povo da Terceira.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Messias, deixe o Sr. Deputado intervir.

O Orador: Ele ainda não percebeu essa regras.

Eu explico, Sr. Presidente, porque merece explicação.

Presidente: Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, explique rapidamente por favor.

O Orador: Eu peço desculpa, mas acho que um bom critério leva a que possa haver alguma benevolência relativamente ao meu tempo.

Presidente: Com certeza, Sr. Deputado.

O Orador: A Ribeira Seca de Cima é uma localidade da freguesia da Ribeirinha e não tem nada a ver com a freguesia de Porto Martins. Isto é um pequeno esclarecimento.

Gostaria ainda de referir o seguinte:

Tem sido repetido aqui pelos Srs. Deputados do Partido Socialista, que são pessoas responsáveis, que se trata duma intervenção provisória.

Eu gostava que ficasse claro nesta Câmara e peço que o fique agora:

Tratando-se duma intervenção provisória feita o ano passado e que este ano já foi objecto de remendos, repito, a estrada regional já foi remendada este ano, eu pergunto quando é que está prevista a intervenção definitiva?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira sobre, presumo, a estrada que está em causa.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que não pareça que o tempo é excessivo, porque quando se tratam de assuntos da Terceira, penso que peca sempre por escaço. Isto apenas revela que estamos todos, todas as forças políticas, interessados em que as coisas na Terceira corram pelo melhor. Isso é um facto que temos que assumir e não nos custa nada fazê-lo.

Neste contexto há algo que nós temos que referir.

O ideal é que todas as obras sejam concluídas e executadas dentro do limite do tempo que são introduzidas no Plano, ou seja, uma estrada é para fazer num ano e nesse ano teria mesmo que ser feita. Isso era a condição ideal para todos.

As únicas forças políticas que podem avocar isso aqui na Região, porque estão virgens nessa matéria, são o PP e o PCP e pelos visto, infelizmente, nunca chegaremos talvez a saber de que é que são capazes em matéria de execução.

Resta o PSD e o PS, as forças que agora e durante talvez muito tempo irão alternar o poder na nossa Região e é nesses termos que a discussão tem que se colocar.

O PSD quando faz as suas críticas e toma as suas posições nervosas, exigindo que se faça já aquilo que não foi capaz de fazer quando teve a chance de ser governo, e é preciso não esquecer que o foi por mais de 20 anos, é necessário dizer, para que fique novamente registado, para não ir a muitas outras coisas que não interessam para aqui, que a estrada de Santa Bárbara entrou nos planos do PSD, quando o PSD era governo, em 1989 e em 1996 apenas havia 8 km concluídos daquela estrada.

Portanto, quem assim procede como força política, de facto, não tem legitimidade para estar constantemente a massacrar o eleitorado da Ilha Terceira, que, felizmente, vai dando o sinal de compreender exactamente esse nervosismo, actuando essencialmente em vésperas das obras se iniciarem. Foi isso que aqui foi dito. É isso que aqui repetimos e é isso que gostaríamos que, de facto, ficasse desta discussão em relação às estradas da Ilha Terceira.

Felizmente há várias frentes onde as obras, em termos rodoviários, tiveram o seu início. Há outras que se seguirão e tarde é o que nunca chega.

A Ilha Terceira em pouco tempo, antes do fim deste mandato, vai ter uma rede de estradas concluída que irá causar ainda muito mais nervosismo a muita mais gente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha intervenção é para responder sobre a intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Primeira questão:

Eu disse que os deputados da oposição não se tinham manifestado aquando da reparação da estrada da Ribeira Seca de Cima.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que é deputado do Porto Martins e não da ilha Terceira disse: “isso não é connosco, isso é do Concelho de Angra, isso é da Ribeirinha”. Não é da Ribeirinha, é de S. Sebastião.

Segunda questão:

Quem teve mais votos nas urnas no Porto Martins foi o Partido Socialista.

Deputado António Gomes (PS): E o primeiro-ministro é PS!

O Orador: E o primeiro-ministro é do PS!

Nas eleições para a Assembleia da República quem teve mais votos na urna foi o Partido Socialista, seguido do PSD a uma grande diferença e do PP a uma diferença ainda muito maior.

Tenho dito.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Coisa que é rara em toda a Europa!

Presidente: Srs. Deputados, parece que, com toda a propriedade e direito, está terminado este período dedicado à Ilha Terceira.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há alguns dias atrás, a opinião pública regional em geral e em especial a opinião pública mais informada das Ilhas São Jorge, Pico e Faial, foi surpreendida com o ressuscitar de uma velha teoria ligada à exploração portuária e à distribuição de mercadorias.

De facto o Presidente da Câmara de Comércio de Angra veio defender, na senda de outros que o têm tentado, que o porto da Praia da Vitória deveria ser a “placa giratória” de entrada e saída de mercadorias da Região para as Ilhas situadas a Oeste da Terceira.

Sr. Presidente, eu pedia que o burburinho que está na Sala fosse feito desaparecer, porque impossível ler-se assim. Pedia aos Srs. Deputados que têm assuntos para tratar que saiam da sala, porque é impossível intervir assim.

Presidente: Naturalmente que o plenário terá isso em atenção.

(Pausa)

Pode prosseguir.

O Orador: Esse conceito de “placa giratória” obrigaria à introdução de outras duas práticas que seriam a baldeação de cargas e a desconsolidação de contentores naquele porto e criaria uma outra necessidade que era de ser garantida pela cabotagem toda a distribuição e toda a concentração de mercadorias para as Ilhas e de mercadorias das Ilhas naquele porto da Ilha Terceira.

Essa orientação seria, certamente, muito vantajosa para os armadores de cabotagem, porque criava uma necessidade que se transformava directamente em facturação e certamente em facturação vultuosa; seria uma solução de criação artificial de movimento no porto da Praia mas que, por si só, nada acrescentaria a economia daquela ilha; **seria, contudo uma solução completamente impensável à luz das realidades que temos.**

Para beneficiar e tornar imensamente rentável o negócio da cabotagem em pequenos navios, introduzia-se mais tempo na circulação das mercadorias, menos segurança e mais custos. Para defender um ou dois actuais armadores de cabotagem e mais um ou dois potenciais armadores, o empresário que preside à Câmara do Comércio de Angra não hesitou em dar voz a uma proposta que faz o tempo andar para trás e prejudica centenas de empresários em várias ilhas. Para defender essa solução de demarcação entre aquilo que é considerado a centralidade e aquilo que é considerado a periferia o referido dirigente empresarial não hesita em avançar com uma proposta que prejudica milhares de cidadãos de seis ilhas.

Estas ilhas ditas “de baixo” têm ligações directas regulares com o Continente desde a fundação da Empresa Insulana de Navegação no final do século XIX.

Estas ilhas, ditas “de baixo” têm hoje portos preparados para receberem, como recebem, navios médios porta-contentores.

Estas ilhas, embora com menos população, têm movimento de mercadorias que têm motivado o interesse de três operadores.

Pretender fazer o tempo andar para trás; pretender esquecer os empreendimentos portuários feitos; pretender passar para 2º plano os apoios públicos atribuídos à renovação das frotas comerciais; pretender fazer tudo isto, apenas para criar um negócio de baixa qualidade para dois ou três é qualquer coisa de absurdo que não pode ser consentido.

A baldeação como solução única para essa série de ilhas e a desconsolidação de contentores como solução inevitável e sistemática é um absurdo tão grande como absurdo seria o de fechar aeroportos em várias ilhas para ser mais barato.

Acontece porém que essa dita “solução” remeteria muitas ilhas para um padrão menor e globalmente mais caro de transporte de mercadorias.

O Grupo Parlamentar do PCP não podia deixar de marcar explicitamente a sua posição de recusa desta tentativa de pôr a dispersão das nossas ilhas ao serviço fácil de quem quer ganhar dinheiro sem custo.

Estou certo que muitos outros senhores deputados nos acompanham nesta posição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Diz o nosso povo que “quem não aparece esquece” e diz também que “quem não é falado não é lembrado”.

Vem esta citação dos aforismos a propósito de uma necessidade muito urgente desta ilha do Faial, que é ao mesmo tempo uma necessidade urgente da agro-pecuária da Região – estou a referir-me, como é óbvio, à nova fábrica da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial.

Sabe-se que o processo está em curso; sabe-se que o projecto estará aprovado; sabe-se, além de tudo o mais, que os compromissos estão assumidos, mas é necessário saber o que falta para as obras se iniciarem.

Este investimento reprodutivo estratégico está com um atraso de muitos anos. É, a nosso ver, obrigação de quantos podem intervir no processo, realizar todos os esforços para que se passe à fase de concretização.

O desenvolvimento de uma estratégia adequada para a nossa economia, passa, nesta ilha do Faial, por este importantíssimo investimento, sem mais demoras.

Por essa razão central peço ao Governo que sejam dadas todas as informações úteis para se saber o que se está a passar com este caso.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O processo de reconstrução, com todas as suas dificuldades de gestão, está a transformar-se numa situação de crescente complexidade e vai ganhar cada vez mais a perspectiva de um processo globalmente mal resolvido.

O Relatório da Comissão Eventual apresentado aqui há apenas dois dias é exemplo disso mesmo, quando nos revela uma acentuada exiguidade de informação e quando nos mostra que o Governo persiste em não acatar ou dilatar a aceitação das recomendações feitas por esta Assembleia.

Das informações constantes no Relatório nada consta sobre a discriminação e classificação das despesas com a Reconstrução; nada consta sobre aspectos essenciais dos contratos com empreiteiros; nada consta sobre a actual previsão da

evolução dos trabalhos; mas o certo é que tudo isto foi perguntado, mas não respondido.

Apesar de tudo quanto até ao momento não correu bem, sou dos que pensam que este processo ainda poderia ter correcções importantes e sou dos que pensam que com a Resolução de Junho de 2001 e com as posturas assumidas, em Comissão, por todos os partidos, esta Assembleia tem dado um contributo positivo para que se abram esses caminhos correctores.

Entretanto não é esse o entendimento do Governo.

A forma como o Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos se apresentou na Comissão no dia 30/04/2002 foi a demonstração de uma obstinação que é prejudicial desde logo para os sinistrados, para o erário público e naturalmente, para a avaliação global que será feita sobre a acção governativa na reconstrução.

Não queria deixar de transmitir esta apreciação ao Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ontem à noite, nesta cidade, foi realizada uma muito digna sessão cultural integrada nas comemorações dos 150 anos do Liceu da Horta.

A Presidente da Comissão Executiva provisória da actual E B 3/S Dr. Manuel de Arriaga, herdeira do antigo liceu, lembrou uma vez mais a grande importância e necessidade que há em dar-se início à execução do projecto, já concluído, para a construção da nova escola secundária.

Como todos bem sabemos a execução desse projecto, previsto no PMP aqui aprovado, para ter início em 2003, é essencial para viabilizar a funcionalidade de duas escolas hoje pessimamente instaladas: a E B 2/3 da Horta e a E B 3/S Dr. Manuel de Arriaga.

A declaração a esse propósito feita pelo Senhor Secretário Regional da Educação na referida sessão de ontem teve aquela ambiguidade perigosíssima que marca sempre as declarações do Senhor Secretário: fez fé que o projecto é para executar e é bem necessário, mas esqueceu-se de referir o que está no PMP a este respeito.

Hoje queria apenas lembrar que este é um tipo de projecto e de obra que é inadiável e que as decisões politicamente negociadas e tomadas nesta Assembleia a este propósito são para cumprir sob pena de todo o processo político democrático ficar desacreditado, como desacreditados ficariam os que faltassem ao negociado e aprovado.

Isto sob o aspecto do compromisso político.

Mas há outro compromisso, educacional, um compromisso que é um dever para com os alunos faialenses. Na visão do Senhor Secretário, os alunos são os clientes do sistema de Ensino, acrescentando depois que o cliente tem sempre razão. Embora rejeitemos esta visão mercantilista do Ensino, mais que não seja para obedecer à óptica do Senhor Secretário há que cumprir os compromissos políticos e educacionais assumidos. Para que os alunos/clientes do Faial possam igualmente ter a razão que já assiste a muitos dos seus colegas de outras ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino já, não sem antes cumprimentar Vossa Excelência Senhor Presidente e a Mesa pelo apoio e incentivo que decidiram, oportunamente, dar a todo o trabalho que está a ser feito para que seja valorizada a memória do Doutor Manuel de Arriaga e para que seja mais profundamente estudado o seu pensamento, obra e acção política.

A Associação dos Antigos Alunos da Escola Básica e Secundária Dr. Manuel de Arriaga, numa acção que demonstra que tais associações podem ter um destacado papel na nossa vida cultural e social, está a desenvolver um importante trabalho à volta da figura do primeiro Presidente eleito da República Portuguesa.

Tal trabalho que já tem o envolvimento do Presidente da República, que tem o apoio explícito desta Assembleia, já mereceu também a atenção e apoio do Presidente do Governo Regional.

A memória do Doutor Manuel de Arriaga merece o nosso respeito, merece a criação de uma Casa Museu na Casa dos Arriagas, na Travessa de São Francisco nesta

cidade, merece o apoio e o estudo científico do seu espólio, merece a transladação dos seus restos mortais para o Panteão Nacional.

O aprofundamento dos esforços em causa nestes sentidos é uma necessidade que urge encarar e acarinhar.

Disse.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As reflexões aqui trazidas pelo Sr. Deputado José Decq Mota são reflexões importantes e são oportunas acerca de vários assuntos que vêm preocupando os faialenses.

A primeira questão que referiu relativamente às propostas oriundas do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, sobre a baldeação de cargas a partir do Porto da Praia da Vitória, foi daqueles assuntos que gerou unanimidade política na Ilha do Faial, na condenação das intenções e das propostas apresentadas e até a Câmara Municipal da Horta, por proposta do vereadores do PSD, tomou uma posição clara de protesto e de denúncia dessas intenções e dessas decisões.

Quanto à questão da nova Escola Secundária, questão que as declarações proferidas ontem à noite vieram novamente despoletar, é já um folhetim, para todos os faialenses, de enganos e adiamentos.

As afirmações ontem proferidas pelo Sr. Secretário Regional, anunciando mais um adiamento no início da construção da nova escola constituem, na nossa perspectiva, uma ofensa aos faialenses e um desrespeito claro com os compromissos assumidos nesta Casa, através da aprovação, por unanimidade, de verbas no Plano a Médio Prazo para que o início da obra se verificasse em 2003.

A verdade é que adiamentos, cancelamentos e enganos relativamente à nova Escola Secundária da Horta, são tudo matéria comuns neste Governo.

Desde 1997 o Sr. Secretário Regional da tutela diz à comunicação social faialense que as obras se iniciam no ano seguinte e vamos seguindo neste folhetim de enganos

e adiamentos de tal forma que aquilo que os faialenses hoje podem concluir é que há claramente uma má vontade deliberada em não se avançar com uma infraestrutura que é fundamental, já não só para a actual Escola Secundária, mas até para as duas escolas, porque a libertação de uma permite o melhor funcionamento da outra.

Quanto à questão da reconstrução as preocupações aqui trazidas pelo Sr. Deputado José Decq Mota são e foram também as nossas preocupações e também as conclusões que foi possível retirar das declarações prestadas à Comissão de Acompanhamento da Reconstrução pelo Sr. Secretário Regional.

De facto, todos estes episódios que temos estado aqui a falar, desde a nova escola até à reconstrução, são tudo episódios que provam claramente que com este Governo Regional os faialenses não podem, de facto, contar, porque o PSD apresentou um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a reconstrução e ele foi chumbada com os votos do Partido Socialista e com a esperança de que com a recomendação que o substituiu fosse posta em execução. A verdade é que um ano depois, nada foi posto em execução dessa recomendação e o Sr. Secretário até se nega a dizer quando é que isso vai acontecer.

Presidente: Lamento informá-lo, Sr. Deputado, que já terminou o seu tempo.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

Agora com a questão da nova Escola Secundária, em que se contraria aquilo que está estabelecido no PMP, é novamente uma prova de que, naquilo que são os investimentos fundamentais e defendidos por todas as forças políticas na Ilha do Faial, não tem data marcada para se iniciar por este Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito obrigado pela oportunidade que me dá para responder às perguntas feitas pelo Sr. Deputado José Decq Mota, relativamente à Fábrica de Lacticínios da Ilha do Faial.

Como sabe há diversas fases e a unidade de gestão é a última fase de aprovação do projecto, ou seja, o projecto está integralmente aprovado pela unidade de gestão.

Entretanto a Direcção da Cooperativa tem duas propostas para decidir sobre o equipamento, uma da FETROPAC e outra da ASSOPI relativamente ao equipamento a montar na fábrica. Dentro de 15 dias essa decisão vai ser tomada sobre o equipamento a escolher.

Todo esse processo está a ser acompanhado, pela sua experiência, pela Direcção do IAMA que já colaborou na edificação de outras fábricas e, portanto, tem experiência nesse domínio.

As propostas apresentadas, em escudos, ronda em de cerca 1.250 mil contos.

Só é possível apresentar propostas para a construção civil, depois de decidir qual o equipamento a montar. O equipamento é de determina qual o “layout” da construção civil.

Portanto, calcula-se que dentro de 15 dias a decisão estará tomadas sobre qual o equipamento a adquirir e uma vez decidido o equipamento, iniciar-se-á o processo da construção civil que é relativamente simples, na medida em que se trata quase de um armazém onde se arruma todo o equipamento.

O processo de decisão mais difícil é o do equipamento. Já foram ao Continente ver o equipamento das duas propostas apresentadas e dentro de 15 dias essa decisão estará tomada. Seguir-se-á depois o processo da construção civil.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Decq Mota, do PCP, trouxe aqui uma intervenção que é deveras importante, essencialmente naquilo que se refere à questão que ultimamente tem sido falada e que se prende com a baldeação de contentores através do Porto da Praia da Vitória.

É uma intervenção séria, aliás, dentro da bitola que ele costuma ter nesta Casa e eu não posso deixar passar em claro esta oportunidade para me referir também a esse tema e gostaria de deixar aqui a opinião do núcleo empresarial da minha ilha que se manifesta exactamente contrário àquela tese que é defendida pelo Presidente da Câmara de Comércio de Angra.

A baldeação e a desconsolidação de cargas no Porto da Praia da Vitória vai de certeza trazer custos acrescidos no que se refere à minha ilha e penso que a muitas outras do Grupo Central, custos esses que serão, com certeza, pagos pelo consumidor.

Ora, dentro das nossas ilhas existem as ilhas menos protegidas e a Graciosa é, sem dúvida, uma delas, daí que eu queira deixar aqui bem expressa aquela tese que é contrária à do Presidente da Câmara de Comércio de Angra e que já foi expressa através de comunicado e até enviada ao Sr. Secretário da Economia, no sentido de que a Graciosa continue a possuir, pelo menos, uma viagem quinzenal de ligação com o continente português, porque é importante e trará, com certeza, benefícios para o povo da minha terra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário não está na sala, mas fica o meu agradecimento pelas informações prestadas por ele.

A propósito da intervenção do Sr. Deputado João Cunha, eu queria dizer o seguinte:

Eu tinha e tenho a convicção profunda de que esta posição que aqui trouxe, em nome da minha bancada, é partilhada por muitos senhores deputados de todas as bancadas, porque nós estamos a falar de um problema civilizacional e geracional com mais de um século. No fim do Século XIX, depois de muitas irregularidades, conseguiu fazer-se as ligações directas regulares com o exterior a partir da maior parte das ilhas e não se pode pretender no Século XXI, quando as cargas são hoje contentorizadas, quando hoje existem os portos, quando hoje existem os navios e foram adquiridos para utilizar os portos e tendo em conta os portos que existem, etc., dar uma volta em tudo isto apenas para criar mais uma necessidade que é, desde logo, uma miragem de facturação certa e segura, mas à custa de retrocessos na circulação, na segurança dessa circulação, na rapidez e no custo.

Portanto, não é aceitável e não me admira absolutamente nada que o núcleo empresarial da Graciosa tenha essa posição.

Agradeço ao Sr. Deputado João Cunha o facto de ter trazido a esta Câmara essa informação, porque é bom que se vá avaliando o que se pensa em todas estas ilhas. Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde há uns bons anos para cá, não há nenhum estudo ou plano para o desenvolvimento turístico dos Açores que não se refira à ilha do Faial como um pólo receptor e distribuidor de turismo.

Para tal, contribui certamente a privilegiada posição geográfica desta ilha, designadamente a sua proximidade às ilhas do Pico e de S. Jorge, bem como as possibilidades que, por via marítima, há de lá se chegar, mas creio que o contributo mais importante vem precisamente do nosso Aeroporto.

Inaugurado a 24 de Agosto de 1971, o Aeroporto da Horta, recentemente classificado de Internacional, tem uma pista de 1700 metros, que tem estado a ser beneficiada com a aplicação de uma recarga asfáltica, e que, por via de uma exigência resultante da aprovação da Emenda nº 3 ao Anexo XIV da ICAO terá que sofrer uma ampliação de 300 metros (150 metros de segurança em cada cabeceira).

Tanto quanto é do meu conhecimento, o estudo da solução técnica para essa ampliação, naturalmente em direcção à cidade, já está em andamento.

Estou, por isso, confiante que esta aspiração da comunidade faialense tem todas as condições para ser concretizada a curto prazo.

Por outro lado, está em estudo a nova sinalização para o Morro de Castelo Branco, a qual pretende compatibilizar a protecção ambiental legalmente prevista para aquela área com a segurança que é imperioso existir na utilização das aeronaves.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se a tudo isto adicionarmos a magnífica obra de ampliação do Terminal de Passageiros, vulgarmente designado por Aerogare, o previsto aumento dos parques de estacionamento, a ampliação do terminal de cargas para o dobro, a instalação de uma câmara de frio nesse terminal e a construção do quartel de bombeiros, penso que temos boas razões para afirmarmos que o nosso Aeroporto está

progressivamente a ficar melhor preparado para dar uma resposta eficiente aos novos desafios que se espera - e deseja! - lhe venham a ser colocados proximamente.

Convém, por isso, explicitar que em 2001, dos 7 Aeroportos da responsabilidade da ANA, SA, o nosso Aeroporto foi aquele que, em termos percentuais, conheceu um maior aumento de movimentos (3%, seguido do de Lisboa com 2,8% e do João Paulo II com 2,6%) e que, também em termos percentuais, no que respeita a passageiros, ficou em 2º lugar, com um aumento da ordem dos 7,2%.

Penso que foi com base nestes dados (bastante animadores) que a TAP Air Portugal programou para este Verão aquele que me parece ser o melhor horário que a Horta alguma vez já teve.

Por outro lado, e tanto quanto é do meu conhecimento, está apazado para muito breve trecho o início das obras de construção de um novo hotel no largo Dr. Manuel de Arriaga, hotel este que, por pertencer ao grupo económico a que pertence, vai certamente provocar, já a curto prazo, alterações significativas na exploração da actividade turística desta ilha e das outras duas ilhas do Triângulo, as quais serão certamente muito benéficas para estas três ilhas.

Mas, como "não há bela sem senão", eis que "aqui atrasado", como diz o bom povo nortenho, aparece, a avaliar pelo que os OCS divulgaram, um grupo liderado pela Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, e que incluiria os municípios de quatro ilhas do grupo central, com a inexplicável exclusão do único do Faial, grupo esse que se iria constituir em associação com a finalidade de, entre outros objectivos, promover, se bem entendi, o desenvolvimento turístico daquelas quatro ilhas.

E, se bem descodifiquei a mensagem, essa pretensão chegaria mesmo ao ponto de se constituírem em sub-região de turismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em chegando a este ponto, é altura de gritar: "Alto e pára o baile!".

E porquê?

Porque aos onze dias do mês de Dezembro de 1990 foi constituída na cidade da Horta a Associação de Municípios do Triângulo, composta naturalmente pelos Municípios da Horta, Madalena, Lajes do Pico, S. Roque, Velas e Calheta, a qual no

seu Artigo 3º (Objecto), entre outros aspectos, refere explicitamente que " A Associação tem por fim...:

1) Promover estudos e acções conjuntas nos domínios do turismo,..."

Assim sendo, que razões levam os municípios do Pico e de S. Jorge a integrar aquele grupo pró-associação?

É que o mais estranho é que a Associação de Municípios do Triângulo, que aparentemente atravessou a transição para o novo milénio numa fase de hibernação profunda, tinha sido reanimada, por meio da realização de eleições, poucas semanas antes da divulgação da constituição deste grupo.

Esta é uma posição muito dúbia para o meu gosto e que, além disso, constitui uma manifesta e injustificada injustiça para com a Câmara Municipal da Horta que, em 1990, tudo fez para que o município da Calheta fosse seu membro desde a fundação e para que a elaboração dos PDM's fosse feita por uma única entidade, como forma de compatibilizar, desde muito cedo, toda uma série de áreas inerentes ao desenvolvimento e ao progresso destas ilhas do Triângulo.

Acresce que, no início da década de 90, esta Associação também tentou que o Triângulo fosse considerado uma sub-região de turismo e não teve sucesso nessa sua pretensão.

Iremos, hoje, assistir à criação de uma sub-região de turismo formada pelas ilhas Terceira, Graciosa, de S. Jorge e do Pico?

Com que lógica?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome da frontalidade, devo dizer que muito estranho este comportamento dos municípios das ilhas do Pico e de S. Jorge e, como representante de uma parte dos eleitores faialenses, não posso nem devo calar o meu protesto.

Mas, como "uma desgraça nunca vem só", eis que mais recentemente, e novamente oriunda da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, nos chega nova ameaça, desta feita na área dos transportes marítimos.

Não tenho ainda conhecimento de qual a posição dos municípios do Pico e de S. Jorge sobre esta matéria, mas confesso que tenho alguma curiosidade sobre isso.

É que esta ideia já recauchutada da baldeação merece o meu total repúdio e o de toda a comunidade portuária faialense, uma vez que esta profunda alteração na política de transportes marítimos não traz nem um único benefício para esta ilha nem para as duas outras ilhas do Triângulo.

Nem em termos de rapidez nem de custos.

E muito menos sentido faz depois das obras feitas, e a fazer, nos portos da Horta, S. Roque e Velas e dos equipamentos que eles hoje já possuem e dos que brevemente chegarão.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Lizuarte Machado, mas antes queria dizer que na Conferência de líderes, que se verificou aqui da parte da manhã, ficou acordado que este período teria a duração de uma hora. Como o plenário começou às 15,20 horas, terminará às 16,20 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão aqui trazida por uma intervenção anterior do Deputado José Decq Mota e agora do Deputado Renato Leal, suscitam-me também a mim algumas preocupações. Não compreendo os propósitos da criação duma associação dinamizadora do turismo no Grupo Central, deixando de fora o Faial. Aliás, a única sub-região do turismo que faria sentido existir seria a do Triângulo, cuja Associação de Municípios teria e tem a obrigação de defender.

Seria, portanto, curioso saber qual a posição das Câmaras Municipais do Pico e de S. Jorge relativamente à proposta para a área dos transportes do Presidente da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, uma vez que este senhor é ilustre parceiro nessa suposta associação dinamizadora do turismo.

Uma vez que já é conhecida a posição de vários deputados, da associação empresarial da Graciosa, da Câmara de Comércio da Horta e de outras entidades e

sabendo-se que essa proposta do Presidente da Câmara de Comércio de Angra é uma proposta esconsa, promotora de desequilíbrios regionais, redutora da optimização de custos e recursos e que, em última análise, visa não uma política de transporte, mas uma política para o seu transporte ou deles, grupo, era curioso saber como é que os municípios do Pico, que tão digno parceiro têm, se posicionam nesta matéria.

Devo dizer que isto não tem nada a ver com a realização de baldeações na Praia da Vitória, contra as quais nada tenho. Eu próprio já lá fiz milhares de baldeações e não tenho nada contra isso, nas circunstâncias em que, obviamente, o mercado assim o necessite e assim o exija.

Está-se aqui é contra a subversão do sistema em benefício de um grupo ou grupos, que não tenho capacidade financeira, nem capacidade de gestão para entrarem no mercado, arrearem na tabela de fretes e conquistarem quota, procuram, em benefício próprio, subverter o sistema com claro prejuízo e sem nenhuma preocupação relativamente às outras ilhas.

É essa a única questão e é essa a minha preocupação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira para esclarecimentos.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando o Secretariado de Ilha do Partido Socialista disse a algumas semanas que não havia ninguém no Faial com perfil adequado para ocupar o lugar de Director Regional de Turismo, certamente que se enqueceram do Sr. Dr. Renato Leal.

As reflexões que o Sr. Deputado Renato Leal trouxe aqui na área do turismo, nomeadamente na vertente do turismo no Triângulo, são preocupações sérias, são preocupações oportunas e são preocupações que partilhamos, que achamos pertinentes e que inclusivamente entendemos que exigem debate profundo, esclarecimento e decisões no âmbito mais correcto para que elas sejam tomadas que é, neste caso, a Associação de Municípios do Triângulo.

Por isso quero felicitá-lo pelas preocupações que aqui trouxe e que partilho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas duas últimas intervenções trouxeram aqui à colação assuntos que são bastante interessantes também para a minha ilha e quero referir-me aqui à primeira parte da intervenção do Sr. Deputado Renato Leal.

Eu não vejo, sinceramente, e porque o tempo urge, por que é que o Sr. Deputado Renato Leal não há-de defender os interesses do Triângulo. Eu concordo plenamente que sim, mas também devo dizer que não vejo o porquê de atacar a associação que recentemente foi criada e devo aqui clarificar por que é que tomo esta posição.

Tomo esta posição, porque o turismo é, sem dúvida, uma matéria importantíssima para todas as nossas ilhas. É-o também para a ilha Graciosa e esta ilha tem sido das ilhas mais esquecidas nesta matéria.

A associação recentemente criada inclui o município de Santa Cruz da Graciosa e este município está a tentar acautelar, e muito bem, os seus interesses em matéria de turismo. Daí que, Sr. Deputado Renato Leal, eu faço-lhe um desafio para que em vez da defesa do Triângulo, faça, sim, a defesa do pentágono que é, na verdade, o Grupo Central do nosso Arquipélago.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, Sr. Presidente, apenas para dizer o seguinte:

Eu de algum modo fico naturalmente satisfeito e honrado por, por um lado, ter suscitado alguns temas que mereceram apoio de outros deputados, ter suscitado em especial um tema que é esta questão desta placa giratória que, conforme previ e prevejo e sei, tem apoios explícito de deputados de várias ilhas e de várias bancadas. Fico com a curiosidade de noutra ocasião saber outras opiniões, porque não é possível saber-se tudo de uma só vez, mas fico com essa curiosidade.

O que o Sr. Deputado Renato Leal levantou também na sua intervenção é extremamente importante em relação à promoção do turismo e gostava de dizer, aproveitando esta última observação, que para todos nós, obviamente, o desenvolvimento turístico tem que ser encarado como de todas as ilhas, para o

desenvolvimento harmónico e equilibrado de toda a Região, mas há questões que a natureza criou que podem ser também aproveitadas no plano económico e uma delas é, no caso dos Açores, a proximidade que têm entre si as ilhas do Pico, de S. Jorge e do Faial.

É um problema natural, é um problema que surgiu e daí é que surge toda esta ideia do Triângulo, da Associação de Municípios e tudo o mais. Portanto, é a complementaridade que essas ilhas podem e devem ter entre si.

Isto não inclui nenhuma posição contra a ilha Graciosa, nem contra a ilha Terceira, ambas do Grupo Central, nem contra o Grupo Oriental, nem o Grupo Ocidental. É um problema objectivo e é nessa objectividade que nós efectivamente também temos que saber trabalhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal. Recordo-lhe que nos aproximamos das 16,20 horas.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado por esta oportunidade que vai ser, efectivamente, muito rápida.

Eu registo com muito agrado as palavras generosas que me foram dirigidas e fico esperançado de que ainda possa vir a dar um contributo mais válido à Região Autónoma dos Açores, numa área para a qual há muitos anos venho dando o meu melhor.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado João Cunha, se eu bem percebi, o Sr. Deputado não gostou que eu me atirasse já com alguma energia contra esta recém-criada ou a vir ser criada associação.

O que eu lhe quero dizer é que a Associação de Municípios do Triângulo foi formada a 11 de Dezembro de 1990. Eu não tenho hoje condições para dizer tudo aquilo que ainda me lembro de cor, mas que prometo trazer proximamente, porque este tema não deve ficar por aqui.

A Associação de Municípios do Triângulo é importante e espero que depois da revitalização que creio, firmemente, lhe vai ser dada após o último acto eleitoral, virá a desempenhar nesta área específica do arquipélago, mas espero que não se ande

com um pé num lado e um pé no outro, dando uma palmadinha nas costas e na primeira oportunidade a facada.

Eu não sou representante da Câmara Municipal da Horta, porque legalmente de lá saí no dia 14 de Novembro de 2000 e não tenho procuração e nem quem lá está precisa que eu seja o procurador da Câmara, mas como representante legítimo dos interesses de parte da população desta ilha, tenho que dizer que me magoa eu ter tido o empenhamento pessoal que tive durante muitos anos para que muitas coisas boas, efectivamente, viessem a acontecer e ver agora que o município que eu servi da melhor forma que pude e soube é tratado desta maneira.

Não me preocupa o pentágono. Digo-lhe só que em 1990, graças à minha persistência e demais alguns, conseguimos trazer para junto de nós a Câmara da Calheta que nessa altura era o único município de administração PSD que tinha alguma relutância em se associar com os outros.

Nessa altura falava-se de um triângulo que geometricamente existe, mas que estrategicamente, que me perdoem, nunca vislumbrei que viesse a ter alguma influência quer a Calheta, Graciosa ou Angra. Esse triângulo existe no mapa, mas depois na prática, em termos de ligações, sejam elas marítimas ou aéreas, não existe.

Portanto, estou completamente disponível para, quando me derem novamente oportunidade, tratar este tema com a seriedade e o entusiasmo que gosto de ter nele.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Srs. Deputados, chegámos assim ao fim do nosso período de antes da ordem do dia.

Passamos agora ao período da Ordem do Dia retomando a discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regulamenta na Região Autónoma dos Açores os aspectos relativos à realização, em escolas da rede pública, do estágio pedagógico das licenciaturas em ensino e dos ramos educacional e de especialização em educação”**.

Para uma segunda intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao retomarmos a discussão deste diploma convém recentrar alguns dos aspectos que o envolvem.

O primeiro desses aspectos é o facto de toda a comunidade educativa estar contra este modelo de estágio que o Governo Regional quer impor à Universidade dos Açores.

Um modelo de estágio que não resulta de uma qualquer avaliação feita pela Universidade, ou eventualmente pelo Governo Regional ou ainda por uma entidade terceira e que tivesse identificado insuficiências de tal modo profundas e graves no actual modelo de estágio que recomendasse a sua alteração por um modelo novo.

De facto, é um modelo que reduz a qualidade da formação específica de futuros professores, que cria maiores perturbações no processo de ensino/aprendizagem, que não aplica qualquer critério na selecção dos orientadores de escola, que prejudica a qualidade do trabalho dos orientadores de escola obrigando-os ao dobro do tempo lectivo que até agora vinham a realizar, que reforça estranhamente os poderes do conselho executivo em detrimento do órgão que por excelência, na escola, deve e tem a competência e a obrigação de zelar pelos aspectos pedagógicos, que é o Conselho Pedagógico, no qual tem assento, para além dos representantes de todos os departamentos, agrupamentos e sub-agrupamentos de disciplina, outros elementos da comunidade educativa, nomeadamente das associações de estudantes, tratando-se de uma escola secundária e dos pais e encarregados de educação que também devem ser chamados neste domínio a pronunciar-se.

É um diploma que prejudica a qualidade da formação dos estagiários e que os prejudica também em relação a outros colegas do país em termos de contagem de tempo de serviço.

Lembro que este modelo de estágio que ainda hoje vigora, e bem, na Universidade dos Açores, é o eleito por mais de três quartos dos alunos que no nosso país realizam estágios nas licenciaturas de ensino e de ramo educacional.

É um diploma que não garante a todos os estagiários uma bolsa para fazer face às despesas que naturalmente terão com a realização deste modelo de estágio se ele for

por diante, para além de, como já disse terça-feira, no primeiro dia em que entrámos no debate deste diploma, configurar um modelo que foi instituído por um decreto de 21 de Maio de 1911.

Este diploma é de duvidosa constitucionalidade, porque ele não se cinge à regulamentação dos aspectos do funcionamento do estágio da Universidade dos Açores, dos alunos ali oriundos ou de outras universidades, mas vai muito mais longe, faz uma incursão naquilo que são competências do Governo da República sobre ensino superior, porque ele é que determina o modelo de estágio que a Universidade dos Açores ou outras, aqui possam fazer.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD apela ao Sr. Ministro da República para que dedique à apreciação deste diploma toda a sua atenção, para que tenha em conta, nomeadamente o que se passou com outros diplomas, designadamente o dos concursos de professores, esse vindo do Governo Regional e que já mereceu da parte do Sr. Provedor de Justiça a recomendação do Tribunal Constitucional da sua inconstitucionalidade.

Ontem foi dito aqui que a Universidade dos Açores não está contra este modelo de estágio por não o ter referido no seu parecer escrito.

Salvo melhor opinião, essa é uma interpretação abusiva, porque vai contra o elemento histórico deste processo.

No final do primeiro semestre de 2000, se a memória não me falha, a Secretaria Regional de Educação e Cultura, enviou à Universidade dos Açores um projecto de diploma muito parecido com este. Sendo surpreendida a Universidade por essa iniciativa do Governo, da qual nunca tinha sido informada, não tendo a Universidade em algum momento requerido a alteração do seu modelo de estágio, recusou-se a dar parecer à Secretaria de Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Isso é mentira! Há coisas que excedem a realidade.

O Orador: Sr. Secretário, o senhor tem que medir o nível das suas afirmações.

Eu posso trazer a acta de uma secção do livro de actas do Departamento de Ciências de Educação da Universidade dos Açores, onde isso foi dito.

Fica o desafio ao qual não respondeu, nem o senhor, nem a bancada do Partido que o apoia, se a Universidade dos Açores alguma vez pediu, sugeriu, insinuou, requereu a mudança do seu modelo de estágio, que é um bom modelo, que é igual ao que se faz em _ das licenciaturas em ensino e ramo educacional do país e que está testado até em muitas teses, das quais tenho aqui uma de Fabíola Jarel, que diz exactamente isso.

Precisa de fazer melhoramentos? Com certeza, como em tudo na vida, mas nunca a Universidade dos Açores pediu, sugeriu, insinuou ou requereu a mudança deste modelo de estágio.

Já que estamos a fazer a correcção de algumas coisas aqui ditas, falta fazer mais uma: não é verdade que a Universidade dos Açores pratique hoje, relativamente às licenciaturas do 1º ciclo e da educação pré-escolar, um modelo igual ao que agora o Governo Regional vem propor.

Sabendo que não foi por má vontade que o Sr. Secretário fez essa afirmação, que os Srs. Deputados Francisco Sousa e José do Rego também a fizeram, sou obrigado a concluir que se trata de absoluto desconhecimento do que se passa na Universidade dos Açores.

Com efeito, os únicos estágios de licenciaturas em ensino da Universidade dos Açores, fazem-se num modelo que ainda hoje vigora e só nesse.

No entanto, há formação feita na Universidade dos Açores para outros futuros professores, designadamente no primeiro ciclo e no ensino pré-escolar, mas esse modelo de formação para esses dois níveis de ensino nada têm a ver com o modelo que os senhores agora aqui propõem.

Efectivamente trata-se de um modelo que assenta em práticas pedagógicas de 6 semestres, sem orientadores nas escolas – não há orientadores nas escolas, só dispõem dos professores dessa disciplina – com um plano de estudos diferente, com uma organização diferente, com uma metodologia diferente e que nada tem a ver com aquilo que o Governo Regional nos traz.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Com certeza.

Se há boa fé para colaborar e para contratualizar com a Universidade dos Açores, então como entender que nenhuma das propostas do parecer sobre este diploma que foi imposto foi aceite pela bancada do Partido Socialista?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Joaquim Machado:

Eu talvez tenha sido um bocadinho excessivo no que disse há pouco, mas de qualquer forma foi sentido, porque não foram assim que aconteceram os factos.

De facto, quando muito cedo,...

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Quando?

O Orador: ... já lá vão talvez uns dois anos, iniciaram-se contactos com a Universidade dos Açores, com a qual tem sido sempre possível manter um diálogo aberto, correcto e franco, que se prolonga até ao dia de hoje, foi possível encontrar as soluções necessárias para resolver os problemas que se punham em relação aos estágios.

É evidente que a Universidade dos Açores não pediu, não teve a iniciativa, nem tinha que ter, porque trata-se aqui de regulamentar, como se faz no sistema educativo da Região Autónoma dos Açores, com os fundos da Região Autónoma dos Açores, os estágios que existem cá.

É abusivo da sua parte vir aqui dizer que teria que ser a Universidade dos Açores a pedi-lo. Não foi, nem teria que ser.

Foi uma decisão tomada legitimamente pelo Governo Regional que agora é trazida à discussão.

Quanto às avaliações que o Sr. Deputado cita, o senhor citou aí uma tese. Poderão haver muitas outras teses.

As avaliações são feitas por quem participa nesse processo, por quem está na escola, por quem está na Secretaria, por quem já foi aluno.

Vir aqui dizer que este é o melhor dos modelos é estranho, muito estranho. Aliás, o Sr. Deputado apenas vem aqui defender coisas que acabam por entroncar sempre na mesma, ou seja, vêm aqui prometer o dobro, mas quando chegam ao poder dão 25%.

Pensei que depois do que está a acontecer a nível nacional com o vosso próprio partido estivessem curados.

As vossas propostas, basicamente, é aumentar as horas de redução, os pagamentos que se fazem a este ou àquele, mais nada. O Sr. Deputado está aqui a tentar contentar todos, mas não é possível.

Quanto a esta matéria, este diploma resultou de uma discussão aturada, de muito pensamento, de muito diálogo e da procura séria de soluções.

É um decreto que já tem mais de dois anos de estudo e de trabalho e que agora chega a esta Casa. Nesse estudo e nesse trabalho foram ouvidas muitas pessoas, meus colegas da Universidade dos Açores, porque eu não me esqueço que sou professor da Universidade dos Açores.

Quanto a conhecer e a não conhecer como funciona a Universidade e os seus órgãos, com certeza que o Sr. Deputado Joaquim Machado não me vem aqui dar lições sobre isso e quanto a saber como é que se dialoga e com quem se dialoga na Universidade dos Açores, também não é o Sr. Deputado que me vem dar lições sobre isso.

Que fique muito claro que eu sou professor da Universidade dos Açores, portanto, conheço bem o que lá que se faz e se passa.

Aquilo que nós estamos aqui a fazer é uma tentativa séria de encontrar um novo modelo de estágio, um modelo que viabilize a entrada de mais alunos na Universidade dos Açores, um modelo que seja benéfico para a qualidade dos estágios feitos e seja benéfico para o sistema educativo.

A afirmação que o Sr. Deputado faz aqui, que com este diploma vamos reduzir a qualidade, é abusiva, infundada e não faz qualquer sentido.

O Sr. Deputado não tem provas disso, não pensou nisto. Apenas vem aqui repetir aquilo que leu em parecer.

Fazer diplomas, estudar matérias, é mais do que fazer revista de imprensa.

As coisas não funcionam ao vir aqui citar a carta deste e a carta daquele, o parecer daqui e o artigo dali.

Sr. Deputado, estamos perante uma proposta séria, uma proposta que vai melhorar a qualidade.

O Sr. Deputado sabe tão bem como eu como é que muitos estágios decorrem.

O Sr. Deputado sabe tão bem como eu que muitos dos nossos estagiários acabam por ficar isolados frente a uma turma.

O Sr. Deputado sabe que não é aceitável que os nossos alunos que apenas passam uma vez pela escola sirvam para o que os futuros docentes vão aprender.

O Sr. Deputado sabe muito bem que nós não estamos a falar de licenciados, estamos a falar de alunos do 5º ano de uma licenciatura.

É neste contexto que nós temos que nos mover. Estamos a falar de alunos da Universidade dos Açores ou de outra Universidade qualquer, que vão fazer um estágio nas escolas.

Além disso, o Sr. Deputado também deveria saber que esta não é uma matéria que seja reserva da competência de quem quer que seja. Nós podemos e devemos legislar sobre ela.

Sr. Deputado, está dito no diploma que isto é feito sem prejuízo daquilo que a Universidade venha a decidir em relação aos seus alunos.

Estas são as condições que o sistema educativo da Região Autónoma dos Açores oferece para quem queira fazer cá estágio. Agora a forma, o regulamento do estágio, a Universidade é que o aprova. A Universidade está a trabalhar nisso.

Também quero dizer ao Sr. Deputado que o Sr. Vice-Reitor e os responsáveis por esta matéria na próxima semana vão estar reunidos comigo e com todos os conselhos executivos da Região para discutir estas matérias.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que remédio!

O Orador: Também sabe que da parte da Universidade dos Açores tem havido a melhor colaboração e a melhor compreensão.

Não é “que remédio!”. Não há aqui imposições. O Sr. Deputado ao dizer isso está a passar um atestado de menoridade a uma casa que também é a minha casa.

Da parte da Universidade não há esses complexos.

Sr. Deputado, vamos discutir o diploma. Vamos deixar de lucubrações, vamos deixar de atirar ideias para o ar para ver se alguma delas colhem. Não colhem.

O diploma é sério, explícito e claro.

O Sr. Deputado pode não gostar das suas regras. Apresente propostas alternativas.

O Sr. Deputado pode não gostar daquilo que vai ser feito, mas não diga que o que vai ser feito vai piorar a qualidade ou não diga que o que vai ser feito não é sério. É sério, é rigoroso como deve ser e é um diploma que visa melhorar a qualidade da formação dos professores e ao mesmo tempo visa libertar recursos para podermos investir melhor no futuro dos nossos alunos. É isso que estamos a fazer.

O orçamento da educação não vai encolher. O que acontecer vai ter que ser redireccionado e é isso que queremos fazer.

Não faz sentido manter a actual situação, queremos alterá-la e vamos alterá-la.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Dispõe de 3 minutos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Com certeza que eu não me preocupo ou proponho vir aqui dar lições no que quer que seja, mas tem que compreender que isso é válido nos dois sentidos. Portanto, do senhor eu também não tenho lições a tomar do que quer que seja, nomeadamente de diálogo, porque sobre essas matérias nem sequer vai a minha opinião, mas a dos sindicatos, que se pronunciaram sobre isso.

Sobre diálogo, julgo que estamos conversados.

Em segundo lugar, acabou por confirmar alguma das coisas que eu tinha dito.

De facto, este é um processo que se iniciou em 2000, a Universidade não pediu a revisão do seu modelo de estágio. Portanto, na base disto não está uma avaliação pedagógica e científica do modelo de estágio...

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Quem é que lhe disse isso?

O Orador: ... mas apenas como referiu, uma questão de natureza financeira.

Aliás, há um sindicato que de modo muito perspicaz e até de modo muito explícito disse no seu parecer. Em quinto lugar, também confirmou que impõe um modelo à Universidade dos Açores, porque se ela não o pediu, impõe um modelo e eu continuo com sérias dúvidas se isso é competência da Região.

Finalmente, nunca disse que o modelo actual, aquele que hoje está a vigorar, é o melhor. Se ouviu, ouviu mal, porque eu disse que ele tem falhas, como de resto tem tudo na vida, e tudo é passível de ser melhorado.

Sobre a qualidade é a própria Universidade que o diz – cito:

“Na verdade uma tal redução – remetendo-se por exemplo ao tempo que o senhor dedica aos orientadores das escolas – a muito custo, se coadunaria com a qualidade que se pretende imprimir ao processo.”

Portanto, é a própria Universidade a referir.

Espero que ao longo do debate, em matéria de especialidade, possamos vir a discutir alguns outros aspectos, porque eu até fiz propostas para melhorar este modelo que os senhores, de certeza, vão aprovar. Quero ver também qual é a sua disponibilidade.

Fica também o desafio, Sr. Secretário, para dizer um só fundamento de natureza científico-pedagógica, que levou a sua Secretaria, o Governo Regional, a propor a alteração do modelo de estágio da Universidade dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,
Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Joaquim Machado refere que a nossa leitura feita ontem nesta Casa era abusiva face ao parecer da Universidade. Eu não o considero, e já o disse ontem nesta Casa, porque uma instituição de ensino superior que não está de acordo com o novo processo de estágios tinha a obrigação, através do seu Presidente da Comissão de Estágios, através do seu reitor e a um pedido da Comissão, de transmitir isto à Comissão. Isto não foi feito e como tal é abusiva a sua leitura ao referir que a Universidade dos Açores está contra este processo de formação para as licenciaturas em ensino.

Em seguida o Sr. Deputado Joaquim Machado disse que os Deputados do PS não acataram as propostas de alteração sugeridas pela Universidade dos Açores para este decreto legislativo em Comissão.

A primeira proposta que a Universidade faz para o artigo 2º, por proposta do PSD,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Escorregou nessa!

O Orador: Eu não escorreguei. Estou a dizer o que é que se passou. Estou a ser claro e verdadeiro.

O Sr. Deputado há pouco não disse a verdade. Disse que os Deputados do Partido Socialista, em Comissão, não tinham aceite nenhuma proposta da Universidade dos Açores, do seu parecer.

Eu vou-lhe dizer quais as propostas que foram aprovadas em Comissão, uma a uma, para vermos quem diz a verdade nesta Casa.

Em relação ao artigo 2º, o PSD apresentou em Comissão e foi aceite por unanimidade, que a comissão especializada prevista no diploma, tivesse assente todos os orientadores de estágio. Os Deputados do Partido Socialista aprovaram a proposta do PSD que espelha um dos pareceres da Universidade. Aprovaram em Comissão e vão aprovar aqui, porque a Comissão sugeriu a esta Casa que se aprovasse. Este é o primeiro caso em que se acata uma das sugestões da Universidade.

Em relação ao artigo 5º, a Universidade propõe que não seja só o conselho executivo da escola a indicar o orientador de estágio, mas que sejam ouvidos os conselhos disciplinares e os grupos disciplinares, ou os departamentos curriculares, os grupos disciplinares e o conselho pedagógico.

Em Comissão e ontem nesta Casa, expliquei, para quem tem funções, que o processo de nomeação dos orientadores de estágio muitas vezes não se compadece das passagens pelo conselho pedagógico.

Dezenas de orientadores do passado e ainda dos nossos dias, não foram nomeados pelos conselhos pedagógicos para orientadores nesta Região.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Só mais um minuto, Sr. Presidente.

Em relação ao artigo 5º, no que concerne às reduções, falaremos na especialidade.

No que concerne ao artigo 7º, para o esclarecimento de qual é a situação do aluno estagiário na escola, nós fizemos uma alteração para que ficasse claro qual era o papel do estagiário.

Foram vários os artigos acatados pelo Partido Socialista ou sugeridos pelas suas propostas de alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional referiu há pouco as posições da Universidade dos Açores em relação a esta matéria.

Gostaria de lhe colocar frontalmente duas ou três questões que têm a ver com o parecer que a Comissão recebeu da Universidade dos Açores. Estou convencido que as opiniões que a Universidade dos Açores dá à Comissão, se as deu ao Governo da Região Autónoma dos Açores, serão iguais ou muito semelhantes.

No parecer da Universidade dos Açores diz-se com toda a clareza que a redução de duas horas semanais da componente lectiva para o orientador é insuficiente. Preocupa-o ou não esta posição da Universidade dos Açores que é taxativa e categórica?

Também a Universidade dos Açores diz que a presença de três formandos numa sala de aula pode ser um transtorno. Dentro do articulado legal há alguma forma para que isto não seja um transtorno, mas pelo contrário, possa ser aceite e bem gerido?

A Universidade dos Açores, em relação aos núcleos bidisciplinares, diz que, na prática, pode ser exequível o acompanhamento dos formandos. Julgo que este aspecto não foi tido em conta na proposta, nem nas propostas de alteração que estão em cima da mesa. É ou não preocupação em relação àquilo que a Universidade dos Açores pensa e aquilo que está em cima das nossas mesas?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Joaquim Machado pediu fundamentos científico-pedagógicos. Sem ser exaustivo vou dar-lhe vários, porque existem muitos e variados, que foram devidamente ponderados, só é pena que o Sr. Deputado não tenha dedicado um bocadinho do seu pensamento a isto e teria visto que:

Primeiro: com este modelo garante-se um melhor acompanhamento dos alunos estagiários. O aluno estagiário estará sempre ou quase sempre acompanhado pelo seu orientador.

A melhoria é muito sensível e este é um factor primordial para a garantia da qualidade do estágio.

Segundo: a garantia da qualidade do trabalho docente que é feito. Uma coisa é fazer serviço supervisionado, outra coisa é fazê-lo sozinho.

Com certeza que o trabalho que o estagiário vai fazer será melhor, porque será acompanhado e supervisionado todos os dias.

Terceiro: garantia da continuidade do docente na escola.

Os docentes que têm as suas turmas vão ficar sempre na escola. Nós não vamos ter escolas com turmas atribuídas a professores que vão passando todos os anos. O Sr. Deputado sabe que as escolas que dão estágios têm docentes a fazer estágios sempre diferentes todos os anos.

As suas turmas vão sempre mudando de professor, porque todos os anos têm estagiários diferentes. Isto, no que diz respeito ao funcionamento da escola, é um factor grave de perturbação.

A garantia de que os estagiários não estão a avaliar alunos, não estão a dar notas aos alunos, não estão nos conselhos pedagógicos a dar notas, é extremamente importante para o funcionamento da escola.

Nós queremos garantir que o ensino seja um sector totalmente profissionalizado. É isso que estamos a fazer.

Para o funcionamento da escola esta matéria é extremamente importante.

Quarto: a garantia de que os nossos alunos vão ter muitas menos faltas.

Os alunos que pertençam a turmas atribuídas a estagiários, particularmente quando fora da Ilha de São Miguel, têm longos períodos de faltas, porque os estagiários têm que se deslocar à Universidade dos Açores, ficando os alunos sem aulas.

Mesmo quando residam em São Miguel, há reuniões, há avaliações, há vários aspectos em que o estagiário tem que participar, não podendo assegurar as aulas.

Os alunos que têm a sua turma atribuída a um estagiário, têm uma grande perda de qualidade. Isso são aspectos de natureza científico-pedagógica que pesaram.

Sr. Deputado, vir aqui dizer que não existem, é abusivo e podia citar-lhe muitos mais.

São aspectos de grande peso que qualquer pai, qualquer encarregado de educação ou qualquer professor conhece e conhece muitos. Aliás, o Sr. Deputado também os conhece.

Quanto às questões que foram colocadas pela Universidade dos Açores e passando a responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, gostaria de dizer que existiram vários pareceres, existiram várias reuniões. Há medida que o documento foi evoluindo, com certeza que as pessoas foram-se alterando e algumas das questões que foram apontadas foram aceites por parte do Governo.

Este diploma, ao longo de mais de dois anos, foi tendo vários aperfeiçoamentos. Inclusivamente, esse diploma começou a ser discutido ainda antes de ter um texto. Foi discutido no plano dos princípios e das questões e só depois é que foi transformado numa proposta de texto iniciando-se uma discussão mais formal.

Esse parecer é do conhecimento do Governo Regional. A Universidade dos Açores deu um contributo extremamente importante em termos de organização deste decreto.

Eu conheço muito bem as posições que aí estão.

Presidente: Sr. Secretário Regional, agradecia que concluísse.

O Orador: Concluindo, em relação à redução dos tempos para os orientadores, tem a ver com uma exigência dos orientadores, ou de quem representa os orientadores e não propriamente com uma questão pedagógica.

De facto, quando nós colocamos o aluno na turma do orientador, com certeza que o acompanhamento é feito dentro do seu tempo lectivo.

Por isso podemos reduzir o tempo que é despendido fora do seu tempo lectivo, porque ele vai fazer o acompanhamento dentro da sua sala de aula.

Quanto à presença de três formandos, Sr. Deputado, gostava de lhe dizer que não há qualquer obrigação da presença dos três formandos. Em nenhum lugar do decreto isso é dito.

O que é dito é que cada um deles vai participar nas aulas a que tiver que participar, face ao regulamento de estágio. Por isso só haverá três formandos se a Universidade dos Açores entender, no seu regulamento de estágio, que os três devem lá estar.

Eu creio que não será assim e que será possível colocar apenas em cada uma das turmas um dos formandos que dará a aula com o orientador, não precisando os outros formandos de assistir às aulas dos seus colegas.

Presidente: Sr. Secretário Regional, o seu tempo já terminou.

O Orador: Portanto, não há necessidade de haver três ou quatro pessoas na mesma turma. Haverá sim duas pessoas, o orientador e o aluno estagiário.

Quanto à questão dos núcleos bidisciplinares não acontecerá nada diferente da aquilo que acontece com um aluno qualquer que está a fazer o seu percurso pela escola. De facto, ele não tem duas aulas ao mesmo tempo.

Se ele pode ter aulas em tempos diferentes, com certeza que o aluno estagiário também poderá ter aulas em tempos diferentes.

Isso não coloca qualquer problema. O aluno quando estiver a ter aula de português será de português e quando estiver a ter de francês, será de francês. Com certeza que não vai ter português e francês em simultâneo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para mais esclarecimentos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O primeiro esclarecimento é ao Sr. Deputado José do Rego, sobre quem fala ou não a verdade.

Comecemos pelo artigo 7º que foi o último que V. Exa. aludiu. O que o artigo 7º teve de alteração foi para corrigir a deficiente técnica legislativa que mais uma vez se constata neste diploma.

Aliás, como tem acontecido em muitos outros, neste diploma concretamente, mais de 40% dos artigos foram alterados, exactamente para clarificar, explicar e perceber melhor e estou a citar de cor algumas das argumentações apresentadas em sede de comissão pelos Deputados do Partido Socialista.

Portanto, no artigo 7º tratou-se apenas de fazer uma correcção da má técnica legislativa que parte substancial deste diploma trazia.

Quanto ao artigo 2º, eu disse num aparte que o Sr. Deputado escorregou e disse-o bem. De facto, a alteração que a Comissão aceitou do artigo 2º, é uma proposta do PSD.

As propostas que o Partido Socialista levou para a Comissão e fez aprovar, nenhuma delas tinha materialmente qualquer assunção das sugestões feitas pela Universidade, porque relativamente ao artigo 5º, o qual o Sr. Deputado referiu, ele não foi alterado em termos das propostas feitas pela Universidade. A alteração que os senhores fizeram no artigo 5º não tem nenhum fundamento no parecer da Universidade.

Aliás, relativamente à operacionalização de ser o conselho pedagógico a propor o orientador de escola, os senhores também chumbaram em sede de Comissão a proposta do PSD para que isso se fizesse sob proposta do departamento, isto é, dos professores da disciplina onde vai haver estágio. Portanto, não tinha qualquer dificuldade organizativa daquelas que o senhor aqui invoca.

Quanto ao Sr. Secretário Regional, de facto, vai confirmando a pouco e pouco aquilo que eu vou dizendo, porque não apresentou uma só razão de natureza científico-pedagógica para a operação do modelo de estágio. Disse generalidades que qualquer pessoa, mesmo estando muito longe do sistema educativo as diria também.

Seria bom fazer uma pesquisa, por exemplo, naquilo que são as publicações do Instituto de Educação Internacional ou da Revista Portuguesa de Pedagogia sobre os modelos de estágio.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Vai-se extinguir!

O Orador: Vai-se extinguir, Sr. Deputado, e o senhor também se vai extinguir um dia, como deputado.

Presidente: Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

Esta proposta que aqui nos traz não concorre para a autonomia dos estagiários, não contribui para o crescimento da maturidade de um futuro profissional de educação.

E os profissionalizados? Será que estes, sem terem feito qualquer formação pedagógica, serão supervisionados todos os dias nessa tal garantia que diz que quer dar?

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Isso já está acabando.

O Orador: Ah! Já está acabando!

Já agora, Sr. Secretário, o último dos seus argumentos, que também não tinha nada de científico, das faltas dos alunos estagiários, nomeadamente para as suas reuniões, elas só se realizam às sextas-feiras na Universidade dos Açores e por isso mesmo é que nos respectivos horários eles nunca têm aulas à sexta-feira.

Presidente: Srs. Deputados, terminado o debate na generalidade, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O diploma foi aprovado na generalidade, com 25 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e registou 2 votos de abstenção de PP.

Presidente: Vamos passar ao debate na especialidade.

Está aberto o debate para o artigo 1º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na discussão na especialidade, este é o artigo que dá corpo à sequência de todos os mais deste diploma.

Contrariamente ao que diz, ele não se limita a regulamentar os aspectos relativos à realização dos estágios integrados nas escolas da rede pública.

Ele estabelece um modelo de estágio a que os alunos da Universidade dos Açores ficam obrigados a realizar na Região. Entendemos que isso é de duvidosa constitucionalidade.

Em relação a este artigo que dá forma a todo o diploma, aproveitava para dizer mais qualquer coisa.

Em relação à última intervenção do Sr. Secretário Regional que eu não tive tempo de comentar, referiu em aparte, quando eu aqui invoquei o que se passa com o modelo da profissionalização em serviço, que isso é coisa do passado. Sr. Secretário, o senhor anda esquecido. Há pouco tempo aprovámos nesta Casa um diploma para esse efeito. Se era uma coisa do passado, não vejo fundamento para que a tivesse trazido aqui.

Aliás, esse diploma criou alguns precedentes, que mais adiante, no debate sobre outros artigos, havemos de referir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este mesmo artigo define determinado modelo de estágio pedagógico.

Conforme a argumentação que tivemos aqui durante todo este debate, nós estamos contra este modelo.

Por isso mesmo, o Partido Comunista Português votará contra este e os restantes artigos deste diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta matéria, como ontem tive o cuidado de sublinhar, estamos de acordo que este possa ser um bom modelo. Estamos em pleno acordo que é à Região que cabe legislar nesta matéria. Neste espírito da nossa autonomia que queremos construir passo a passo, deve ser a Região a legislar sobre isso e até mesmo com aquele que poderia ser ou ainda pode ser o espírito deste diploma.

Está nas mãos da maioria definir se essa oportunidade será bem ou mal usada, está nas mãos do Sr. Secretário Regional saber se este será ou não mais um passo para a sua extinção, embora, ao contrário do que dizia o Sr. Deputado Joaquim Machado, nós não pensamos que V. Exa. se irá extinguir de todo, porque o CDS/PP acredita que a vida é eterna. Portanto, a sua alma permanecerá.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Politicamente!

O Orador: Aí concordamos. Poderá ser mais um passo para a sua extinção política.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria questionar o Sr. Deputado Joaquim Machado, porque na Comissão nunca levantou qualquer problema da constitucionalidade deste diploma. Por acaso aprovou este artigo na Comissão e espero que continue a aprovar como aprovou a maioria dos artigos.

Gostaria que justificasse qual o seu sentido de voto e o porquê de hoje ter mudado de opinião.

Percebo que as pessoas possam alterar e estudar melhor as matérias, mas se a matéria é tão importante para si, em termos de constitucionalidade, na Comissão já o devia ter feito, julgo eu.

Presidente: O Sr. Deputado Joaquim Machado quer esclarecer?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço-o com todo o gosto. Nem sequer vou invocar qualquer elemento histórico que em matéria de educação é muito rico na bancada do Partido Socialista, porque – e vou citar o diploma da profissionalização em serviço – votou contra uma proposta apresentada pelo PSD em sede de Comissão e depois trouxe essa mesma proposta com ligeiríssimas alterações e fê-las aprovar aqui. Nem sequer vou invocar este elemento histórico que é nós podermos fazer evolução entre a apreciação em Comissão e a posição em plenário.

O Sr. Deputado tem que perceber que nos termos em que funcionam as Comissões e na forma fechada como o Partido Socialista tem actuado em relação à proposta vinda da oposição, designadamente quando nós pedimos que fosse ouvido novamente o Sr. Presidente da Comissão Coordenadora de Estágio Pedagógico da Universidade dos Açores e os senhores votaram contra, é evidente que só isso é suficiente para reservarmos o debate de algumas matérias para aqui. Naturalmente que em face de

tudo isto não podia o senhor esperar outra votação do Grupo Parlamentar do PSD que não fosse a de contra neste artigo.

Presidente: Vamos proceder à votação na especialidade do artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 votos contra do PP.

Presidente: Passamos ao artigo 2º. Para este artigo existe uma proposta de alteração que vem da Comissão e é subscrito pelo Partido Socialista.

Está aberta a discussão.

Tem palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, é apenas para dizer que é subscrita pela Comissão e não pelo Partido Socialista.

Presidente: Sr. Deputado, peço imensa desculpa, mas eu tenho o papel na minha frente em como o Partido Socialista subscreve e está assinado pelo Sr. Vice-Presidente do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD, tendo embora feito uma proposta de alteração, apenas uma parte foi aceite e porque continuamos a ter algumas dúvidas sobre este processo, vai abster-se relativamente a este artigo.

Presidente: Vamos votar em primeiro lugar a proposta que vem da Comissão para o nº 2 do artigo 2º e subscrita pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 17 abstenções do PSD e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 2º foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 17 abstenções do PSD e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora aos artigos 3º e 4º, uma vez que não existem propostas de alteração. Estão à discussão estes dois artigos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu gostava de lhe colocar aqui uma questão relativamente a este artigo 3º que é a seguinte:

Qualquer instituição do ensino superior do país pode propor-se a celebrar com a Secretaria Regional o necessário protocolo para que se realizem estágios na Região?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sim senhor, qualquer instituição que esteja interessada em realizar estágios na Região poderá fazê-lo.

Obviamente que a aceitação desse protocolo dependerá da disponibilidade que exista da administração regional e das condições objectivas da sua realização.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira para esclarecimentos.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Face à sua resposta, penso que nos vamos defrontar com o seguinte cenário: por exemplo uma das instituições universitárias nacionais que tem feito protocolos com a Região para a realização de estágios tem sido a Faculdade de Motricidade Humana e mantendo-se esta prática, isto é, a Faculdade de Motricidade Humana continuando

interessada e realizando estágios na Região, de acordo com este modelo, vamo-nos defrontar com esta situação: uma turma de alunos da Faculdade de Motricidade Humana virá constituir vários núcleos de estágio, alguns deles no continente português e os núcleos de estágio no continente português são considerados professores contratados, recebem vencimento como professores contratados e o ano de estágio conta-lhe como tempo de serviço.

Aqueles colegas da mesma turma que vierem fazer estágio para os Açores são considerados alunos, não têm qualquer gratificação e o tempo de serviço não conta.

Pensamos que isto é uma incongruência, é uma desigualdade e é uma clara fonte de inconstitucionalidade deste diploma.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O estagiário que realizar o seu estágio no continente receberá um vencimento, porque será responsável pela leccionação de determinadas turmas e será pago pelo trabalho que fizer.

O estagiário que vier para os Açores não será responsável pela leccionação de nenhuma turma e não será remunerado por isso.

Quanto à decisão de se essa instituição quer ou não quer fazer estágios nestas condições, não é a mim que diz respeito, terá de perguntar a essa ou outra faculdade.

Quem quiser vir fazer estágio poderá vir fazê-lo. As regras são estas. Nós não temos nada contra a que no continente continuem a pagar pelo trabalho feito. Aqui não se paga, porque não é pedido esse trabalho.

Repare que, enquanto o estagiário for professor provisório e lhe for distribuído serviço, naturalmente esse serviço deve ser remunerado, quando não houver serviço distribuído, naturalmente não será remunerado.

Quanto à questão de meio valor que é dado na nota de agregação profissional que resultará do ano de serviço, esse meio valor é um meio valor que quem faz o seu curso numa escola superior de educação também não beneficia e depende da universidade obviamente saber que nota vai dar, se dá mais meio valor ou se dá

menos meio valor. Essa é uma matéria que naturalmente fica ao critério da universidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário ainda há alguns meses fez gala do diploma do regulamento dos concursos que iria beneficiar os alunos da Universidade dos Açores e que tanta celeuma deu de tal forma que foi ter agora ao Tribunal Constitucional para verificação última da sua constitucionalidade.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O que é natural!

O Orador: Ora, o mesmo responsável do governo que há uns meses apregoa que defende os estagiários da Universidade dos Açores e que lhes quer dar protecção, é este mesmo titular que agora se prepara para fazer aprovar um decreto orientador dos estágios em que eles ficam prejudicados relativamente aos colegas a nível nacional não lhes contando um ano de serviço, sendo contado um ano de serviço aos seus colegas que estagiam no continente.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Essa não colhe.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pensamos que em relação ao artigo 3º esta Assembleia está a exceder as suas competências estatutárias, porque estamos a legislar para os cidadãos do país em que vivemos, estamos a legislar para as universidades do país em que vivemos e nós não temos essa competência. Nós não podemos legislar para os cidadãos de Portugal, mas apenas para os cidadãos da Região Autónoma dos Açores.

A universidade depende da Assembleia da República e do Governo da República em termos legislativos e não depende da Assembleia Legislativa Regional.

Em nosso entender estamos nitidamente, neste capítulo, a exceder competências.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

É para intervir na sequência da intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão, para lhe dizer que o que está escrito no artigo 4º é o seguinte: “nas escolas dependentes da Região Autónoma dos Açores”. Portanto, nas escolas que são da nossa dependência. Não podemos nem devemos legislar para as escolas do Continente nem da Madeira. Nunca o fizemos, não o vamos fazer, porque essa não é competência nossa.

O que estamos aqui a legislar é para quem quiser fazer um estágio nas escolas da nossa Região, as condições são estas. Este diploma não tem qualquer abrangência a qualquer escola do Continente nem da Madeira.

Portanto, o que diz aqui no artigo 4º é: “nas escolas dependentes da Administração Regional Autónoma” e aí não inclui nenhuma escola de qualquer outra região do país e por isso não estamos a legislar para essas escolas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Consideramos que quem apresenta esta proposta até teve seriedade política na sua apresentação e no capítulo que estamos a analisar deu-lhe a epígrafe de “estágio pedagógico”. Nós estamos a legislar sobre estágios pedagógicos e na epígrafe do artigo 3º também diz “Realização de estágios integrados”. Nós estamos a legislar sobre estágios pedagógicos para licenciatura e têm o direito de concorrer a eles os cidadãos deste país que tenham o 4º ano em qualquer universidade deste país.

Nós estamos a legislar para estágios pedagógicos de licenciatura e estamos a legislar para cidadãos deste país e não temos competência para o fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

A competência ao nível da educação na Região Autónoma dos Açores, a meu ver, é da competência da Região e aqui ao fazer-se estágios nas escolas públicas da Região, é uma competência da Região e é a Região que impõe como se faz os seus estágios.

Como já foi dito na Comissão, o que vai acontecer é que as instituições de ensino superior aceitam ou não as condições na Região Autónoma dos Açores, nas suas escolas públicas. Eles fazem os seus estágios conforme as condições que são oferecidas pelas escolas públicas da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eles fazem segundo este modelo ou segundo o seu próprio modelo?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou usar da palavra para reafirmar tudo o que já disse sobre as dúvidas da constitucionalidade deste diploma, designadamente no que diz respeito também a este artigo 3º e para subscrever aquela que foi a interpretação do Deputado Paulo Valadão, que também muito bem colocou esta questão, porque, de facto, nós não estamos a regulamentar o funcionamento dos estágios a realizar nas escolas dos Açores, estamos a ir muito mais longe, porque estamos a impor um modelo e essa é matéria que cabe às universidades e ao Ministério da Educação.

Portanto, se este diploma fizesse a formatação da realização do estágio nas escolas dos Açores, segundo o modelo da universidade donde é originário o estagiário, estaria tudo bem, mas nós estamos a definir um modelo e mais do que isso estamos a impor um modelo de estágio e entendemos que essa matéria é de duvidosa constitucionalidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para uma vez mais reafirmar que entendo que não estamos a legislar em matéria de ensino superior, estamos a legislar sobre a forma como nas nossas escolas se pode fazer uma determinada actividade e essa é competência nossa e tenho sérias dúvidas de que até 1997 nós pudéssemos fazer algumas coisas destas, porque só tínhamos competência no ensino e foi a revisão da Constituição e do Estatuto que nos permitiram isso.

Segundo aspecto, é que durante os debates da Comissão os Srs. Deputados do PSD até queriam que nós fôssemos muito mais longe naquilo que era necessário regulamentar neste diploma e, portanto, até fico com algum espanto quando agora se diz que já estamos a ir longe demais.

O segundo esclarecimento que aproveito para fazer é que nós na Comissão quando decidimos não ouvir o senhor responsável pelos estágios integrados na Universidade dos Açores, foi porque tínhamos ouvido a Universidade dos Açores sobre o diploma e pediram-nos que fôssemos ouvir uma pessoa que tinha dado o seu parecer por escrito, em nome da Universidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão que eu gostava de colocar aqui tem a ver com o regime diferente que está aqui a ser analisado que, em nosso entender, não é que traz o mal ao mundo, porque é para isso que serve a autonomia.

Agora, o que pode trazer o mal ao mundo é saber se, de facto, o regime só é diferente só em desvantagens ou é um regime que tem desvantagens e vantagens.

Quero numa forma muito clara perguntar ao Sr. Secretário de que forma é que fica aqui garantido que todos os estudantes açorianos que não estão contemplados no diploma da colocação de professores e que são, como é sabido, aqueles que não tendo tido bolsa ou não tendo entrado pelo contingente açoriano ficam em desvantagem em relação aos seus colegas que, sendo também desta terra e tendo também o gosto de aqui trabalhar definitivamente, ficam em larga desvantagem, o que só por aqui poderia ser corrigido e a minha pergunta é a seguinte:

No caso em que não há protocolos entre a universidade e a Região de que forma é que fica garantido a cada um desses alunos a possibilidade, por sua iniciativa, de requerer a realização do estágio na Região Autónoma dos Açores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco de Sousa que foi pouco previdente ao lembrar aqui um episódio dos trabalhos da nossa Comissão e digo isto, porque fica ele mal e fica mal o Governo Regional.

Fica o Sr. Deputado mal, porque não está a fazer a correcta interpretação daquilo que foi dito em sede de Comissão pelos deputados do PSD, designadamente ao exigir mais. Dissemos exigir mais, sim senhor, para as tarefas a realizar pelo estagiário e a exigir mais, e aqui agora fica mal o Governo, porque o Sr. Secretário, relativamente a um conjunto de tarefas que aqui estão previstas para serem realizadas pelo estagiário, disse que elas eram facultativas e nós – e tomo a liberdade de incluir V. Exa. e também os Deputados do Partido Socialista - tínhamos interpretado e entendíamos que as tarefas eram obrigatórias e o Sr. Secretário até reconheceu, e vou-lhe citar mais ou menos de cor e não fugindo muito ao rigor das palavras do Sr. Secretário, que se calhar era melhor alterar a redacção. Foi discorrendo mais qualquer coisa e mais adiante disse: “... bom, mas o melhor é mesmo ficar como está”. Ou seja, é, não é, talvez, não será, etc..

Portanto, ficam os senhores e o Governo Regional mal ao vir lembrar este episódio, porque o que se passou na Comissão sobre a nossa exigência era, de facto, estas tarefas que aqui estão previstas para serem realizadas pelo estagiário, serem obrigatórias e sabe porquê? Porque essas tarefas, apesar da falta de qualidade deste modelo, apesar de tudo, sendo obrigatórias podem minorar os efeitos que este diploma vai ter em termos de qualidade de formação de futuros professores da nossa Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de dizer, respondendo à questão levantada pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão, que a realização do estágio depende da existência de protocolo com a instituição de ensino superior respectiva, ou seja, nenhum aluno estagiário se poderá propor individualmente, desenquadrado da instituição, a fazer estágio nos Açores.

Se algum estagiário quiser fazer cá o estágio, primeiro terá que, através da sua universidade, obter esse protocolo e apenas no âmbito do protocolo, porque o estágio

faz parte integrante da licenciatura e necessariamente é feita sob a orientação e a égide da instituição respectiva.

Aquilo que acontece e tem acontecido com muitas universidades é que, de facto, a necessidade de encontrar um curso de estágio é muito grande e são muito mais as propostas de realização de estágios nos Açores recusadas do que aquelas que são aceites.

Se nós disséssemos a todos quantos quisessem que podiam vir cá fazer estágio, nós teríamos centenas de estagiários, porque há uma grande necessidade de núcleos de estágio e todos os anos surgem propostas e agora com este enquadramento, obviamente, torna-se muito mais fácil aceitar essas propostas se elas forem possíveis e se forem também do interesse da Região.

Em relação a um outro aspecto que foi aqui levantado pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, gostava-lhe de dizer que também tenho muito boa memória e sei o que foi dito na Comissão e reafirmo, é que de facto estas regras estão aqui, mas também está aí dito no nº 3 do artigo 3º do diploma que, “sem prejuízo do estabelecido no presente diploma, compete à instituição de ensino superior, no respeito pelo legalmente fixado, a definição do modelo de estágio, sua direcção e forma de avaliação”. Portanto, a universidade é que vai dizer quantas aulas, quando e como é que o estagiário pode frequentar.

Portanto, eu sei que é isto e foi isto que eu disse e vamos ter cuidado, Sr. Deputado, porque falámos diante de muitas outras pessoas e é bom que a gente quando fala, depois diga o mesmo. Foi isto que foi dito e é isto que continua a ser dito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Vou usar da palavra apenas para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

Não fui previdente ao trazer aqui ao nosso debate, não fiz mal nenhum nem vou fazer pelo seguinte: o Sr. Deputado Joaquim Machado, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, é que diz que tem dúvidas da constitucionalidade deste diploma e aqui está o artigo 3º onde exactamente se diz que as questões da formação dos alunos são da responsabilidade da instituição de ensino superior.

Quando eu digo que os senhores queriam ir mais longe, é porque, na nossa opinião, iam muito mais longe do que efectivamente nós achamos que devemos ir em termos de responsabilidades para os alunos na sua formação, porque essa, sim, é que é da competência do ministério, das universidades e da ciência e não da nossa competência, porque não temos competência no ensino superior.

É por isso que eu chamei aqui à nossa discussão, porque entendo que se tivéssemos aceite as propostas que o PSD fez na Comissão tínhamos ido muito para além das competências que nós consideramos que são competências da nossa Região.

Presidente: Não tenho mais ninguém inscrito para este debate na especialidade. Assim sendo vamos fazer a votação dos artigos 3º e 4º do diploma.

Sr. Deputado Joaquim Machado, quero lhe dizer que já entrámos em período de votação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, o PSD requeria que a votação fosse feita em separado para cada um dos artigos.

Presidente: Assim sendo, vamos votar o artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 3º, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 3º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 4º, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 4º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos ao artigo 5º, para o qual existem três propostas de alteração, uma apresentada pelo PS, outra pelo PSD e outra pelo PP. Está tudo à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista entendeu que a proposta do Governo em relação ao artigo 5º, que era constituída por oito pontos, fosse subdividida em três artigos de forma que fosse explicitado de uma forma clara o conteúdo do anterior artigo 5º.

Assim, passaremos a ter um artigo 5º onde se trata só da matéria relacionada com a designação do orientador de estágio; um artigo 5º-A, onde se fala das competências do orientador de estágio e um artigo 5º-B que está relacionado essencialmente só com a gratificação e o horário do orientador.

Portanto, em geral passamos a ter três artigos com o conteúdo do antigo artigo 5º.

Entendeu o Partido Socialista apresentar também aqui, no que concerne à designação do orientador de estágio, que o mesmo devia ser designado pelos órgãos executivos da escola e acatar uma das sugestões da universidade que diz que haviam de ser ouvidos os departamentos curriculares ou grupos disciplinares. Esta era uma das propostas que vinha da universidade e que deve ficar consagrada neste artigo.

É ainda importante, na nossa proposta, o nº 1 do artigo 5º, que fique consagrado o seguinte: onde tinha antes “o orientador de estágio a designar pelo órgão executivo”, passe a ser “tendo em conta o perfil da universidade”, ou seja, tendo o perfil da instituição do ensino superior. Esta é uma grande alteração, no sentido de que a universidade define que tipo de orientador quer para o seu estágio e a escola com

este perfil, ouvindo o departamento curricular, o conselho executivo designa o orientador de estágio.

A alteração para o ponto 3 tem a ver com as disciplinas bidisciplinares em que as funções são semelhantes, deve-se dizer em todo o diploma, quando se fala em "co-orientador", passar a usar-se a terminologia única de "orientadores"

No artigo 5º-A, que é o novo artigo proposto, na alínea d) desse artigo acatamos também que a comissão especializada de formação deve ser ouvida.

Deve também manter um acompanhamento constante da actividade do aluno informando o órgão executivo, o conselho pedagógico e a comissão especializada.

Portanto, aqui não havia a comissão especializada. A partir do momento que as escolas assim entenderam no seu regulamento interno, criaram uma comissão especializada em que o orientador de estágio deve informar essa comissão acerca do desenvolvimento do papel dos alunos estagiários nas escolas.

Na alínea e) também existe uma alteração e que é a seguinte: em vez de um relatório, serão os relatórios que a universidade ou as instituições pedirem, porque sabemos que não é só um relatório final que é pedido aos orientadores de estágio, mas são pedidos relatórios parcelares do andamento desses alunos nas escolas.

Em relação à gratificação e horário do orientador de estágio mantém-se a proposta do Governo. Havia outras propostas dos outros partidos, mas nós entendemos que a do Governo é a melhor para os orientadores de estágio.

Poderemos mais tarde debater com os outros partidos a nossa ideia acerca do que é que entendemos sobre as gratificações que aqui são sugeridas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado para prestar esclarecimentos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado José do Rego suscita-me um reparo, porque a proposta que o Partido Socialista fez aprovar em sede de Comissão para este artigo

5º não acolhe, nem pouco mais nem menos, qualquer sugestão da Universidade dos Açores.

Não é verdade que a proposta do Partido Socialista, aprovada na Comissão, corresponda à letra ou ao espírito do que a universidade sugeriu sobre esta matéria e concretamente a proposta que o Partido Socialista fez aprovar em Comissão diz que “o orientador de estágio é designado pelo presidente do órgão executivo” e a universidade propõe que “seja designado sob proposta do Conselho Pedagógico”, exactamente um outro órgão e este, sim, o proposto pela universidade, tem competência, deveres e obrigações na selecção dos orientadores de escola.

Em tudo o mais, a proposta do Partido Socialista também não acolhe, nem na letra nem no espírito, a sugestão da Universidade, designadamente quanto aos critérios de selecção.

Que fique aqui bem vincado que esta Proposta de Decreto Legislativo não traz um só critério justo, sério, selectivo, qualitativo na definição do perfil de orientador de estágio na escola, porque o único critério que o Governo apresenta é tão somente este: ser do quadro da escola e mais nada.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Já é bem bom!

O Orador: Já é bem bom, Sr. Secretário?! Pois, é esse o padrão de qualidade que o Sr. pretende para a educação, porque, entretanto, a proposta da sua Universidade diz que, entre outras coisas, a selecção do professor/orientador de escola devia ter em consideração possuir ou não formação específica para esta área, ou seja, para a supervisão pedagógica, e o Sr. até gastou dinheiro, e bem, ...

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Até que enfim, faz um elogio!

O Orador: Eu faço elogios quando eles são merecidos. Se não tem mais é porque não os merece.

... quando cofinanciou um mestrado em supervisão pedagógica e agora aqueles professores que estão nas nossas escolas com essa formação específica não entram no critério de selecção dos orientadores, nem tão pouco os outros que fizeram uma experiência mais genérica para o desempenho dessas funções. Nem sequer se toma

como prioridade os que já têm uma experiência no desempenho de orientação de estágios, nem sequer os que têm um tempo mínimo de leccionação de 5 anos.

Relativamente à redução da actividade horária do docente, pois também a Universidade dos Açores nem pouco mais ou menos foi atendida na proposta do Partido Socialista, porque o que lá diz, para citar muito rapidamente, é o seguinte: “A redução de duas horas semanais de complemento lectivo do orientador, parece-nos manifestamente insuficiente dadas as múltiplas actividades de formação/orientação a seu cargo. Em nosso entender ao orientador não deveriam ser atribuídas mais do que duas turmas”.

Depois discorre durante uma página e chega ao fim e diz: “É quanto basta, parece-nos, para evidenciar a sua inexecuibilidade”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de começar pela questão dos critérios de selecção dos orientadores.

Sr. Deputado, com certeza que quem está numa escola conhece muito bem quem é melhor ou não para orientar um estágio. Deixemos essa matéria no âmbito da autonomia das escolas.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): O Conselho Pedagógico?!

O Orador: O Conselho Pedagógico ou o órgão que o dirigente da escola assim o entender, porque é assim que as coisas funcionam.

Sr. Deputado, criar aqui condições para depois irmos dizer que não se encontram orientadores ou criar problemas de operacionalização do diploma é que não vale a pena.

Se Deputado, até há bocadinho o modelo era demasiado fechado, era demasiado restrito e estávamos a regulamentar demais, agora estamos a regulamentar de menos. O Sr. Deputado seja conseqüente. O Sr. está é a tentar encontrar formas de colocar obstáculos à execução do diploma.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Pelo contrário!

O Orador: Sr. Deputado, eu não nasci ontem e o Sr. também não, por isso falemos sério.

O Sr. Deputado está a procurar colocar aqui maneiras de que vem criar problemas. O Sr. Deputado quer pôr isto nas mãos do Conselho Pedagógico para votar nomes? Quer pôr isto nas mãos do Conselho Pedagógico para se não gostarem da gratificação, dizer que não há orientações? O que é que o Sr. Deputado quer fazer? Diga lá, seja claro e diga as coisas.

Portanto, nós todos estamos a ver o que é que se passa.

Estamos aqui perante uma proposta séria e uma proposta que deve funcionar.

Mas, mais do que isso, estamos perante uma proposta que visa manter a linha de rumo, que há muito foi traçado, de responsabilização das escolas, de criar espaços de liberdade na escola e que a escola possa decidir quais são os seus critérios, ouvida a Universidade, porque obviamente terá que dizer quais os requisitos que impõe.

É assim que as coisas devem funcionar e não precisamos de regulamentar aquilo que não precisa ser regulamentado, não precisamos de fazer aqui uma intrusão no espaço da autonomia das escolas.

O outro aspecto que foi aqui levantado tem a ver com a redução das horas do orientador.

O Sr. Deputado não deve ter contacto com os seus colegas lá em Lisboa, porque se tivesse entregue só 10% da sua generosidade à Sra. Ministra Ferreira Leite, tanto jeito que dava ao país.

Realmente o Sr. Deputado continua aqui a oferecer, a oferecer, a oferecer e ela a cortar, a cortar, a cortar. Talvez isso equilibrasse uma coisa com a outra. Telefone-lhe, tente falar com ela e diga-lhe que está aqui um homem generoso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já em Comissão tentámos esclarecer o PSD de que para nós há uma certa incongruência no que concerne a critérios e perfil definidos pela Universidade, porque quer a nossa proposta, quer a proposta do PSD diz que o orientador deve ser nomeado em consonância com o perfil do orientador definido pela instituição do ensino superior.

Então vamos ter os critérios da universidade, vamos ter os critérios da Região e quais os critérios que vão funcionar? Eu entendo que uma universidade quando define o perfil para o seu orientador ela é que vai dizer que tipo de orientador é que quer.

Neste momento, eu fico sem saber quais os critérios que vão ser cumpridos, se aqueles que vamos definir no diploma, se será os que a universidade pode definir dentro do seu perfil, dentro da sua autonomia, daquilo que entende que deva ser um orientador de estágio.

Portanto, julgo que a discussão na Comissão já foi suficientemente grande que não era necessário falar mais sobre isso.

No que concerne às reduções ou número de horas, etc., eu ontem comecei por dizer que esse processo de estágio é um processo novo. Eu, tal como o Sr. Deputado e muitos dos professores, encaramos a profissionalização ou o estágio integrado dentro da ideia do estágio que tínhamos até à aprovação deste diploma.

Ontem tentei explicar que a partir da aprovação deste diploma, nenhum orientador de estágio poderá ficar com mais horas disponíveis do que tinha antes. Apesar dele ter uma carga lectiva superior no que concerne ao número de alunos, o tempo disponível a nível de escola poderá ser maior, dado que - e já ontem tentei explicar - um orientador de estágio poderá passar a ter agora um horário de 18 horas ou de 20, conforme seja do secundário ou do básico.

Todavia, no passado ele teria que estar disponível mais de 21 horas em relação aos seus estagiários, de modo a que os seus horários não sejam compatíveis.

Portanto, a disponibilidade do orientador a partir de agora poderá ser maior, dado que ele tem mais tempo disponível.

Sr. Deputado Joaquim Machado, continuo a dizer que a partir do momento em que ele passa a ter só 18 horas, os horários podem ser feitos de forma a que ele até tenha as tardes todas livres e que antes, em termos de horários, no caso da biologia ou de português/inglês, era para mais de 30 horas que as pessoas tinham que estar lá disponíveis ou andar à caça para arranjar uma hora para reunir com os seus estagiários.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Presumo das suas palavras que entende que a designação para o cargo de orientador de estágio é de aceitação obrigatória.

É evidente que nós não podemos concordar com isso nos pressupostos que este diploma estabelece.

Qualquer pessoa com o mínimo de sensibilidade percebe que obrigar alguém que não quer orientar estágio, obrigá-lo a fazer esse serviço, quando vai ter sob a sua tutela alunos estagiários que vão estar pela primeira vez num contacto directo com os alunos, que vão estar envolvidos no processo da aprendizagem e do relacionamento com os alunos, é colocá-los numa fogueira para se queimarem.

Por isso, nós entendemos que era fundamental que fosse previsto no articulado que a questão da vontade do orientador em assumir e aceitar as funções de orientador de estágio tinham que ser contempladas e não as contemplaram e isto vai tornar-se numa arbitrariedade dos Conselhos Executivos, porque o Sr. Secretário diz que o Conselho Pedagógico vai escolher quem não gosta. Se calhar é capaz de acontecer, mas um Conselho Pedagógico tem cerca de 20 membros e mais fácil isso vai acontecer num Conselho Executivo que só tem 3 membros, escolhendo quem não gosta, quem quer penalizar de alguma maneira. Eu não quero fazer um juízo antecipado.

Também sabemos que as coisas no passado não eram assim, também sabemos que as coisas não têm funcionado, mas também sabemos que as coisas têm funcionado a partir duma base que é perguntar num grupo disciplinar qual é o professor que está disponível.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Leia o nº 2 do artigo 5º. É claro quanto à matéria que estamos aqui a discutir

O Orador: Essas coisas não estão escritas em lado nenhum.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): No nº 2 do artigo 5º encontra lá os critérios.

O Orador: Não há critério nenhum aí.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): O nº 2 do artigo 5º versa a matéria que estamos aqui a discutir.

O Orador: O nº 8 que fala da redução de duas horas da componente lectiva para o professor orientador de estágio e eu gostava, caro colega José do Rego, que me indicasse um professor que esteja de acordo com isto, que tenha e saiba o que é orientar estágio. Um professor que saiba o que é orientar estágio, que desempenhe cabalmente e duma forma eficaz as funções de orientação de estágio que vai assumir todas as responsabilidades da orientação do estágio, para ter duas horas de redução na componente lectiva, para poder desempenhar com qualidade o cargo, eu não acredito que encontre.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Pergunte a algum se quer um aumento de vencimento.

O Orador: Já perguntei.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Essa é uma pergunta que não tem uma resposta.

O Orador: O Sr. Secretário está enganado. O Sr. julga que os professores são mercenários, mas não são e vou-lhe dizer que já perguntei a muitos colegas que orientaram estágio e muitos deles disseram: “prefiro ganhar o que ganho e ter a possibilidade de orientar melhor os meus alunos estagiários com a disponibilidade que tenho”.

Para fazer tudo o que se lhes exige e dar duas horas de redução que vão ser ocupadas nas reuniões do Conselho Pedagógico, nas reuniões de orientação, nas reuniões com a universidade, na infinidade de coisas que eles têm que fazer e atrever-se a dizer, como o Sr. Deputado José do Rego disse, que eles ainda vão ficar melhor, vão ficar mais disponíveis, é preciso ter coragem para dizer uma coisa destas. É desconhecer completamente o que é o trabalho da orientação de estágio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Costa Pereira sabe perfeitamente que não desconheço nem estou desligado da realidade do ensino. Eu já ocupei dentro da escola todas as funções, com excepção da orientação de estágio. Talvez agora me candidate, mas no meu grupo não é possível fazer-se estágio integrado. Não assumi isso, porque não há estágio integrado na minha área.

Todavia, Sr. Deputado, uma coisa é certa: nas responsabilidades que tenho tido na escola a nível da elaboração de horários reconheço que para a feitura dum horário de um orientador de estágio com este processo, vai ser facilitada a vida dos orientadores nas escolas. O Sr. sabe perfeitamente que agora é muito mais fácil fazer um horário dum orientador com 18 horas em que não têm que estar a ver as outras 21 horas que são dos estagiários e quando digo 21 horas, falo dos grupos que são só 7 horas, quando há grupos que são 10 e 11 como é o caso da biologia e, portanto, os horários serão mais puros e com as condições que as escolas têm tido, a maioria começa a fechar mais cedo.

Portanto, a dificuldade que havia para um orientador de estágio estar com os seus estagiários, com este processo essa dificuldade acaba e vai ter mais tempo para esse fim. No passado era necessário as pessoas arranjamem bocados do dia onde não havia incompatibilidade com os seus estagiários e desta forma vai ser mais fácil.

Em relação ainda aos possíveis candidatos ou não, as pessoas vão ter tempo de estudar o diploma. Se a gratificação não os satisfizer, nós veremos mais tarde.

Nós sabemos a quantidade de professores que pede autorização à Direcção Regional para acumular outras funções docentes fora da própria escola e vamos ver se não vão aparecer orientadores atrás da dita gratificação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira. Recordo que estamos a debater na especialidade o artigo 5º.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Rego:

É evidente que o Sr. Deputado misturou aí duas coisas, porque quem esteve nas escolas como nós estivemos sabemos que é muito difícil no sistema actual, pelo

menos em algumas escolas, conseguir-se a harmonização dos horários para conseguir que os orientadores possam estar nas aulas todas, mas não é disso que estamos a falar, nós estamos a falar é da redução de 2 horas no horário do professor/orientador de estágio e não consigo perceber como é que é capaz de aceitar que um orientador que, por exemplo, tem 22 horas lectivas semanais, tem 2 horas de redução para orientar estágio e o Sr. Deputado tem a coragem de dizer que ele vai ter mais tempo disponível para os seus estagiários.

Ele passa 20 horas nas aulas e tem duas horas de redução para acompanhar e orientar o aluno estagiário, fazer as reuniões entre o orientador e os estagiários, fazer a supervisão e a planificação das actividades lectivas, estar nas reuniões com a universidade, estar presente nas reuniões do Conselho Pedagógico e participar nos conselhos de turma.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Ele passa todas as horas nas aulas com o estagiário.

O Orador: Sr. Secretário, as duas horas que lhe dão ele consome-as numa reunião do Conselho Pedagógico.

Sr. Deputado José Rego, como é que consegue dizer que ele tem mais tempo disponível.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Isso já era serviço dele, Sr. Deputado.

O Orador: Ele está 20 horas por semana em aulas.

Deputado Renato Leal (*PS*): Mas agora recebe propina.

O Orador: Ninguém está a falar da propina. A propina é um problema que diz respeito apenas a alguns.

Nós estamos a falar daqueles que entendem o estágio noutra dimensão e não nessa.

Deputado Mark Marques (*PSD*): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP apresenta também uma proposta de alteração que tem a ver com essa redução, que tem a ver com uma redução que achamos razoável de 3 horas para o aluno estagiário, que nos parece o mínimo para que possa ser feito um trabalho com qualidade, que tem a ver com todas as razões que já ontem tive ocasião de aqui explicar e que, de facto, tem bastante a ver com o que há pouco aqui foi dito e que é esta terrível confusão que se faz de dizer que tudo ficará bem, porque o aluno terá o mestre todo o dia e a partir daí tudo será feito.

Não me parece que a elaboração do projecto formativo possa ser feito na sala de aulas, não me parece que as acções de formação decorram na sala de aulas, não me parece que a orientação e outras vertentes de formação decorram na sala de aulas, não me parece que as informações ao Conselho Pedagógico decorram na sala de aulas, não me parece que o melhor acompanhamento, que era uma das razões ainda hoje explicada pelo Sr. Secretário, passe do princípio de que os alunos basicamente só lá estarão para ver e que este seja o grande princípio que vai trazer qualidade a isto.

Portanto, parte-se do princípio que bastam duas horas para resolver tudo o resto, parte-se é do princípio que tudo fica resolvido, porque determinada pessoa está a assistir passivamente a aulas de terceiros.

Parece-me, então sim, que o contínuo também pode lá estar todo o dia e nem por isso ficará mestre no fim.

Também me parece que o que era preciso era dar e incentivar ao sentido de responsabilidade, ao sentido de iniciar actividade de facto. Isso significaria disponibilidade dos professores/orientadores para o resto das matérias que não se prendem só com a sala de aulas e isso significaria não menos importante esse fazer e não só apenas ver cada um dos estagiários.

Aliás, essa nova missão que também anunciou o Sr. Secretário de que os orientadores também serão eles a avaliar todos os alunos, o que não parece um mau princípio, mas que, para além da avaliação contínua, também é mais uma razão que não pode ser feita tão só na sala de aulas.

Depois de tudo isto, parece-me que será um pouco isto, como diz o Sr. Deputado José do Rego: pois eu nunca fui orientador, mas agora dizem que há para aí mais uns

cobres e se calhar este ano é que vou fazer estágio. Acredito que sim, pois mais ninguém vai querer.

Parece que agora, se calhar, não faltarão interessados. Restará, com todo o respeito, saber se os interessados terão a mínima qualidade, se isso não é apenas uma medida economicista, que nada tem a ver com a qualidade que se pretende no ensino e que nada tem a ver com as remunerações que são aí feitas e que qualquer, como já foi bem aqui dito, professor que se preze tem a dispensa, não por nenhum acto caritativo, mas porque o que quer é fazer o seu trabalho como deve ser e, portanto, para isso precisa de tempo para o fazer.

Presidente: Srs. Deputados, está feito o debate, na especialidade, sobre o artigo 5º. Assim sendo vamos passar à votação e votaremos em primeiro lugar a proposta de alteração que vem da Comissão e subscrita pelo Partido Socialista. A aprovação desta proposta prejudica, como é óbvio, as outras.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração da Comissão, subscrita pelo Partido Socialista, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 5º, vinda da Comissão, foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 votos contra do PP.

Presidente: Com a aprovação desta proposta de alteração, ficam prejudicadas as outras duas propostas, a do PSD e a do PP. Há ainda dois aditamentos relativamente a esta matéria que a seu tempo serão votados.

Passamos agora ao artigo 6º. Está à discussão.

(Pausa)

Parecendo não haver intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 6º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos aos artigo 7º, para o qual existem três propostas de alteração, uma do PS, outra do PSD e outra do PP. Está aberto o debate sobre este artigo e estas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista entendeu esclarecer melhor dois pontos do artigo 7º da proposta do Governo.

No que concerne ao ponto 2 a proposta vinda do Governo falava que na sua relação com a comunidade educativa o aluno estagiário está obrigado ao cumprimento dos deveres já específicos previstos no Estatuto da Carreira Docente.

Entendeu o PS em Comissão que, não sendo o aluno estagiário professor, não deveria estar obrigado, mas sim deveria orientar a sua conduta pelo cumprimento dos deveres específicos do estatuto da carreira docente.

No que concerne ao ponto 3 também foi uma forma de explicitar melhor o conteúdo deste nº 3 que em que vez de “que corresponda a sanção” deve ser “que corresponda ao estatuto disciplinar dos funcionários públicos a suspensão ou superior...”.

Portanto, são duas alterações, uma de explicitação e a outra altera mesmo o conteúdo que estava previsto na proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é mais um artigo que, em nosso entender, é de legalidade muito duvidosa.

Assim, diz-se que quando o aluno estagiário incorrer em violação de um dever, ser-lhe-á aplicado na prática o estatuto disciplinar dos funcionários públicos.

Ora, isto quer dizer que por decreto legislativo regional está-se a alterar, em nosso entender, o âmbito do estatuto disciplinar dos funcionários e agentes da administração central, regional e local.

Efectivamente no modelo anterior podia-se aplicar este estatuto disciplinar ou o estatuto do pessoal docente a estes agentes da administração, porque tinham determinados direitos e deveres e tinham determinado vencimento e por terem já determinada categoria profissional era-lhes aplicado os respectivos estatutos disciplinares. Neste caso, em nosso entender, esta aplicação, pura e simples, é de legalidade muito duvidosa.

Portanto, mais uma razão para nós votarmos contra este articulado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para pedir um esclarecimento.

Tendo o Partido Socialista rejeitado a proposta do PSD que fixava 40% do salário mínimo nacional esta bolsa a atribuir aos alunos estagiários, perguntava ao Sr. Secretário e Partido Socialista qual o montante dessa bolsa e em que condições ela será atribuída?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Nós não estamos a alterar nem o estatuto da carreira docente, nem o estatuto disciplinar dos funcionários públicos, porque esse é claro e está dito a quem é que é aplicado. O que nós estamos a dizer muito claramente, e por isso alterámos a redacção que vinha na proposta do Governo, é que “deverá orientar a sua conduta”. É esta a redacção que nós propomos, que é bastante diferente de dizer que “será aplicado”. É por isso que nós fizemos a alteração.

Não lhe é aplicado directamente o estatuto disciplinar da função pública. O que nós dizemos é que deverá ter uma conduta nesse sentido.

Segundo aspecto: por que é que é diferente em relação ao modelo actual? No modelo actual, como o Sr. Deputado bem sabe, estes professores estagiários fazem um contrato com a administração, contrato esse que lhe dá determinados direitos e determinados deveres e posso-lhe dar um exemplo: se quiserem suspender a actividade docente são penalizados em concurso.

Portanto, não é esta a situação, porque estes alunos estagiários não farão qualquer contrato com a administração e, portanto, não lhes pode ser aplicado directamente o estatuto disciplinar da função pública nem o estatuto da carreira docente. Por isso, defendemos que seja como norma de conduta na sua actividade dentro da escola.

Também entendemos que um desses alunos estagiários se tiver um comportamento - e não vou classificar sequer, porque não vou dizer nenhum adjectivo - que não seja considerado pelos seu orientador, pelo Conselho Executivo da Escola dignificante para o ensino, deve ser tido em linha de conta pelo orientador e até pela própria universidade ou a instituição de ensino superior a que ele pertence.

Portanto, é nesse sentido que nós entendemos que não se deve falar na aplicação directa do estatuto disciplinar da função pública nem na aplicação directa do estatuto da carreira docente, mas sim que ele terá de ter uma conduta nesse sentido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo directamente à questão que me foi colocada pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, relativamente à bolsa, essa bolsa de estudo será fixada pelo Governo Regional em função dos núcleos de estágio da forma como os estagiários ficarem distribuídos e das necessidades que efectivamente se venham a verificar.

Nesta altura é prematuro dizer quanto será, quando será e até se existirá ou não bolsa. A bolsa será criada em função das necessidades que se vierem a revelar.

Esta é uma matéria que será analisada e discutida na próxima semana com os órgãos executivos, com a universidade, com outras entidades e veremos em função da lucubração dos núcleos de estágio.

Nesta altura a redacção que nós propomos é uma redacção que diz simplesmente que o Governo Regional poderá fazer uma bolsa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (*PS*): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco de Sousa:

O nº 2 deste artigo termina assim: “quando um aluno estagiário incorrer, por acto ou omissão, na violação de um dever a que corresponda, no estatuto disciplinar dos funcionários públicos, a sanção de suspensão ou superior ...”.

Portanto, nós estamos a aplicar a estes cidadãos o estatuto disciplinar dos funcionários públicos, em nosso entender, a partir da suspensão. Nós entendemos que esta aplicação não é plausível com o próprio estatuto dos docentes da administração central, regional e local.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, muito obrigado pela sua explicação que não adiantou nada relativamente ao que estava aqui previsto, porque continuamos todos, e presumo que a bancada do Partido Socialista não saiba mais do que aquilo que o Sr. agora acabou de dizer, sem saber nada relativamente às condições, aos critérios e ao montante dessa bolsa de estudo que poderá ser atribuída.

Mas, esta foi uma das matérias que nós discutimos em Comissão e essa foi a única matéria que levou o PSD a votar contra o relatório da Comissão, exactamente porque o relatório diz que o Sr. foi à Comissão e disse exactamente, e confirmo, o que o Sr. acabou de dizer, só que os Srs. Deputados do Partido Socialista que o Sr. havia dito, num relâmpago de boa vontade, que iriam ser atribuídas bolsas de estudo para compensar os alunos quando viessem a ter despesas acrescidas de deslocação e outras relacionadas com o estágio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente na reunião com a Comissão eu disse que, entre outras coisas, essa bolsa poderia servir para isso. Foi isso que eu disse e os Srs. Deputados do Partido Socialista ouviram e ouviram muito bem, bem como os Srs. Deputados dos outros partidos que lá estavam também ouviram. Eu não disse apenas a uns e não disse aos outros.

Aquilo que eu disse, quando me perguntaram para que é que servia a bolsa, foi que **poderia** servir para isso, tal qual como estou aqui agora a dizer que essa bolsa **poderá** servir para isso. Analisaremos e veremos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

É para reafirmar aquilo que o Sr. Secretário acabou de afirmar. Aquilo que o Sr. Secretário disse na Comissão foi que era para esse fim e por isso consta do relatório. Se o PSD entende que não foi assim que foi dito, nós nem sequer vamos discutir isso hoje e aqui.

Portanto, fica ao querer do PSD e fica ao querer do PS, ou seja, os Srs. entendem que não foi dito, nós entendemos que foi dito.

Agora, se por esse facto os Srs. votaram contra o relatório, deixe-me que lhe diga com toda a franqueza: acho que é um critério demasiado elevado para tão pouco.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Parece-nos que até os estagiários, para servir hamburgers num café, dão aos aprendizes um mínimo de condições, de regalias, de incentivos, alguma autonomia financeira, algum sentido de responsabilidade.

Aqui nem sequer se trata de mão-de-obra barata. Não têm contrato, não têm deveres nem direitos directos como docentes. Aqui está a incongruência com o que foi dito há pouco. Aqui está a certeza de que tudo o que está para trás nada tem a ver com este ponto, porque se afinal pessoas que vai também ajudar a leccionar, não são simples estudantes, porque se afinal são pessoas que também vai colaborar, são pessoas que também vai ajudar o mestre a dar as aulas. Se assim fosse, se isso fosse verdade, aqui estava alguma coisa.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses):Sabe que há muitos sítios para fazer estágios?!

O Orador: Afinal a única intenção foi economizar em tudo quanto se pôde.

Portanto, quanto a qualidade fica aqui a prova provada de que atrás não houve e aqui também não há.

Afinal este diploma traz aqui a certeza de que não se pretende qualquer qualidade para o ensino. O que se pretende é outra coisa bem diferente que é poupar na educação à custa daqueles que serão os homens que amanhã continuarão a formar.

Portanto, se isso é dar mais qualidade ao ensino, pois o futuro o dirá e, aliás, muito mais gente o há-de dizer.

De qualquer forma aqui fica a nossa proposta. Entendemos que não seria de mais, antes continuaria a ser de menos, porque isso é andar para trás, mas de qualquer forma seria uma bolsa mínima de 50% do salário mínimo e que depois, então sim, o Sr. Secretário tivesse, por critérios fixados em portaria, a possibilidade de corrigir aqueles que tivessem mais ou menos despesas.

Afinal parece que nada disso importa, o que importa é a tal outra questão que não deveria estar aqui presente.

Presidente: Parecendo não haver mais pedidos de esclarecimentos, vamos votar a proposta de alteração para o artigo 7º, apresentada pela Comissão e subscrita pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 1 voto contra do PP.

Presidente: As outras propostas ficam prejudicadas. Vamos votar agora o artigo 7º, incluindo já esta proposta acabada de votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária O artigo 7º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 1 voto contra do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

A partir de agora um aluno estagiário fica impedido de ter qualquer actividade privada para além do facto de ser aluno universitário e de fazer estágio o que a nosso ver é uma incongruência inadmissível.

Mas ainda fica em claro o seguinte aspecto: a quem é que esse aluno, se quiser exercer a actividade privada, vai pedir autorização?

Provavelmente que o Sr. Secretário Regional há-de regulamentar, mas de acordo com aquilo que nós legislamos, o estatuto dos funcionários no seu artigo 24º, alínea c), diz que para exercer a actividade privada é necessário autorização do superior hierárquico. Nesta caso concreto resta saber quem é que será o superior hierárquico, se será o reitor da universidade, se será o orientador do estágio.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou este artigo consciente de que este esquema cria alunos estagiários que não terão qualquer remuneração nem qualquer contrato individual de trabalho e não receberão qualquer vencimento nem terão qualquer dever, enquanto trabalhadores, perante a administração, porque não fazem qualquer contrato com a administração e não têm que pedir naturalmente a nenhuma administração regional o que fazem nas suas horas em relação à universidade, porque eles não têm nenhuma relação laboral com a Região Autónoma dos Açores.

Por tudo isto votámos naturalmente esse artigo com as alterações que vinham da Comissão.

Presidente: Passamos agora ao artigo 8º, para o qual existe uma proposta de alteração da Comissão e subscrita pelo Partido Socialista. Está à discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar a proposta da Comissão e subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 15 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora o corpo do artigo 8º.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 8º, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 8º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do PP.

Presidente: Em relação aos artigos 9º, 10º e 11º não existem propostas de alteração. Assim sendo eu punha à discussão estes artigos em conjunto. Estão abertas inscrições para o debate.

(Pausa)

Não há intervenções, e pela informação que chegou à Mesa vamos votar estes artigos em separado.

Assim sendo, vamos votar o artigo 9º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 9º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 10º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 9º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 1 abstenção do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação do artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 11º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PP, 16 abstenções do PSD e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora ao artigo 12º, para o qual existem duas propostas de alteração, uma subscrita pelo PS e outra pelo PSD. Está aberto o debate sobre este artigo e estas propostas de alteração.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar e votaremos em primeiro lugar a proposta subscrita pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta vinda da Comissão e subscrita pelo PS, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 12º, da Comissão, foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 1 voto contra do PP e 16 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos agora à votação dos aditamentos.

Ponho à discussão o artigo 5º - A, apresentado pelo PS.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar este artigo 5º - A, aditado pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento para o artigo 5º - A, foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 1 voto contra do PP.

Presidente: Passamos agora ao aditamento do artigo 5º - B, aditado pelo Partido Socialista. Está aberto o debate.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de aditamento, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento para o artigo 5º - B, foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 1 voto contra do PP.

Presidente: Passamos agora à votação final global do diploma, com as alterações introduzidas.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O diploma, em votação final global, foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 16 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 1 voto contra do PP.

Presidente: O diploma baixa à Comissão respectiva para redacção final.

Srs. Deputados, vamos fazer aqui um intervalo de 30 minutos.

(Eram 18 horas e 30 minutos).

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 10 minutos)

Para uma comunicação à Assembleia nos termos do artigo 101º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao iniciar esta minha intervenção gostaria de lembrar que o estabelecimento do acesso equitativo aos cuidados de saúde, preventivos e curativos, ocorreu em 1947/48, no Reino Unido, tendo passado a ser considerado um direito social adquirido, pelas sociedades modernas, com a criação e institucionalização do Serviço Nacional de Saúde. Até então a Saúde era uma questão individual e os custos com a sua manutenção, eram suportados pela pessoa e/ou família.

Neste quadro, o acto que criou o Serviço Nacional de Saúde no Reino Unido provocou nos anos que se lhe seguiram **uma onda de consequências imprevisíveis**, que se alastrou por toda a Europa Ocidental e, hoje em dia, um pouco por todo o mundo.

A mobilidade de uma população pode a prazo alterar-se substancialmente perante uma nova descoberta científica que possibilite novas práticas clínicas. Tais práticas podem trazer à discussão novas questões no domínio da ética, da deontologia e da informação. Os custos provocados por tais descobertas terão, necessariamente, um impacto significativo nas despesas da Saúde e irão condicionar, por fim, a própria evolução científica e tecnológica.

Há razões lógicas e universalmente aceites para que se considerem os Sistemas de Saúde como modelos naturalmente transitórios e adaptados a cada momento histórico: os valores sociais modificam-se, as estruturas sócio-demográficas evoluem, a ciência e a tecnologia aperfeiçoam-se, a matriz epidemiológica altera-se, a informação vulgariza-se. E cada um destes vectores pode ser simultaneamente causa e efeito nessa evolução sistémica.

No mundo moderno e no que toca aos países desenvolvidos, são hoje comuns as preocupações centradas à volta do crescimento dos custos, num contexto sócio-político em que a Saúde é considerada um direito social:

Por um lado, nos, países europeus, os princípios da universalidade na cobertura, da equidade no acesso e da solidariedade no financiamento;

Por outro lado, é hoje uma realidade incontornável em todos os países o contínuo crescimento dos custos com Saúde, sendo as principais causas o envelhecimento da população, o crescimento das doenças crónicas, o desenvolvimento tecnológico e o abuso na utilização de cuidados de saúde.

Os desafios que neste contexto se colocam às sociedades modernas e aos seus responsáveis políticos são, como fazer face a direitos fundamentais e crescentes, num quadro de recursos limitados e tendencialmente escassos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Portugal não escapou aos ventos de reforma dos serviços de prestação de cuidados de saúde que sopraram na Europa depois da criação do "Serviço Nacional de Saúde", no Reino Unido. Tem sido neste contexto que se tem tratado exaustivamente, nos últimos 50 anos, o problema da Saúde como uma responsabilidade pública no qual Portugal tem apresentado contornos semelhantes na evolução do seu Sistema de Saúde.

Em 1974 o sistema de prestação de cuidados de saúde podia caracterizar-se como um sistema ou **modelo segmentado** (na terminologia moderna); neste modelo a população aparecia claramente dividida em três grupos: o primeiro, formado por aqueles que tinham um emprego e descontavam para disporem de cuidados de saúde (caixas de previdência, ADSE, etc); o segundo era o dos pobres, rurais e urbanos, excluídos da Segurança Social porque não tinham emprego formal e em que a responsabilidade dos cuidados de saúde estava entregue ao Estado através de hospitais próprios (Hospitais Civis de Lisboa e os Hospitais da Universidade de Coimbra); e o terceiro, era o dos profissionais liberais, membros da classe média alta, que usavam o sector privado.

Entretanto, a revolução de 1974 e a adopção da nova Constituição da República Portuguesa, veio impor a criação de um Sistema de Nacional de Saúde que visava uma cobertura universal dos cuidados de saúde de forma gratuita ou tendencialmente gratuita a todos os cidadãos. Estabelecendo-se assim as condições para que surgisse a Lei nº 56/79 que criou o Serviço Nacional de Saúde.

A par dessa evolução esteve a Região Autónoma dos Açores que após a sua Autonomia, caminhou no mesmo sentido com a criação do Serviço Regional de Saúde (SRS), em 1980, no pressuposto dos mesmos vectores do Serviço Nacional de Saúde, sendo aquele mais penalizado tal como os seus utentes, devido a factores que contribuem para os sobrecustos de um sistema de saúde numa Região arquipelágica e ultraperiférica, como é a nossa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma segunda palavra de reflexão, antes de passar a abordar especificamente a situação económico-financeira do SRS, como me comprometi no último plenário desta Câmara, é sobre a situação específica do nosso Serviço Regional de Saúde, implementado numa Região onde a Insularidade e Dispersão Territorial, tornam-se mais gravosas pela existência de nove ilhas, algumas das quais com uma reduzidíssima expressão demográfica. Este factor, é de todos o mais relevante no incremento relativo das despesas de investimento e de funcionamento do SRS.

De facto, os custos de investimento per capita são avultados quando comparados com o Continente, de tal modo que em 1998 (ano em que se possuem dados), este indicador era de 12 euros (2,4 contos) no Continente enquanto que nos Açores assumia um valor de 87 euros (17,5 contos), ou seja, 7 vezes mais.

Mas se o SRS é penalizado ao nível do esforço necessário das despesas de investimento, também o é em relação às despesas de funcionamento. Os Centros de Saúde implantados nos concelhos onde não existe unidade hospitalar têm capacidade de internamento o que lhes dá características de "pequenos hospitais concelhios" com consultas diárias e atendimento urgente durante 24 horas.

Consequentemente o funcionamento dos hospitais também são coagidos a terem estruturas sobredimensionadas, pelo que no seu conjunto o SRS está dotado de estruturas com gastos de pessoal elevados e que se destinam a populações de dimensão reduzida, o que faz com que as **capitações das despesas correntes em relação ao Continente sejam significativamente superiores, ou seja, 477 euros (95.6 contos) per capita nos Açores versus 368 euros (73,8 contos) no Continente, em 1998.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Saúde, tem vindo a caminhar no sentido de promover acções/estratégias que contribuam para uma melhoria da acessibilidade e qualidade dos cuidados de saúde a prestar aos seus utentes. As condições e recursos existentes, associados à qualificação do seu pessoal e à diferenciação da tecnologia e técnicas praticadas, são pressupostos importantes na melhoria do processo de prestação de cuidados de saúde. Este objectivo, corresponde a uma política de desenvolvimento gradual do sector, que implica um investimento em recursos necessários à sua execução, tornando-se compreensível o acentuado crescimento de custos.

Ao analisarmos a situação económico - financeira do SRS verificamos **um decrescimento do *déficit económico***, para o qual contribuiu significativamente, a assunção da dívida de **59,9 milhões de euros (12 milhões de contos)** por parte do Governo da República, mas existem outros factores de funcionamento internos e externos, os quais merecem a nossa atenção e reflexão.

No ano transacto o SRS apresentou um *déficit económico na ordem dos 24,4 milhões de euros (4,9 milhões de contos)*, representando este, 10% da sua despesa. Este *déficit* comporta uma despesa em **dívida acumulada de 54,4 milhões de euros (10,9 milhões de contos)** sendo de salientar que **as despesas com pessoal representam cerca de 50% do total da despesa do exercício e 67% das transferências do ORAA**, o que implica um sub-financiamento das Instituições, não permitindo uma exploração sem endividamento externo.

O fraco crescimento da receita deve-se, fundamentalmente, à baixa taxa de cobrança da prestação de serviços verificada em relação aos subsistemas, que atingiu em 2001 o valor de 26,6%, provocando um aumento dos créditos sobre clientes. Isto significa que o SRS **detém, em 2001, cerca de 26,4 milhões de euros (5,3 milhões de contos) de receita, que não foi paga pelas respectivas entidades.**

Os subsistemas no total dos créditos representam, em 2001, 96,2%, correspondendo em valor absoluto a 25,4 milhões de euros (5,1 milhões de contos), destes a ADSE contribui com 18 milhões de euros (3,6 milhões de contos).

Na **despesa do exercício**, como já foi referido, o pessoal é a componente com maior peso assumindo cerca de 50%, logo e de seguida aparecem os fornecimentos e

serviços externos com 30%, nestes é de salientar o peso dos produtos vendidos por farmácias onde está incluída a **dívida à Associação Nacional de Farmácias a qual ascende a 11,5 milhões de euros (2,3 milhões de contos).**

A carência de recursos humanos na Região, na sequência dos factores de insularidade e dispersão territorial, contribui para que o SRS tenha um quadro de funcionamento sobredimensionado. Este facto implica um acréscimo de trabalho adicional dos profissionais deste sector, nomeadamente, em horas extraordinárias do pessoal médico bem como em noites e suplementos do pessoal de enfermagem. A título de exemplo, permitam-me relembrar, que em 2000, os gastos em trabalho adicional com pessoal médico representaram mais de 81% dos ordenados auferidos por este grupo profissional.

Há ainda que considerar os gastos com os técnicos do SNS, que ao abrigo de protocolos de cooperação vêm prestar serviço na Região, para colmatar a carência desses profissionais no SRS.

A reestruturação das carreiras na saúde contribuiu, significativamente, para o agravamento da despesa tendo o SRS despendido, desde de 1997 a 2001, cerca de 24 milhões de euros (4,8 milhões de contos), **tendo o ano 2001 sofrido ainda um impacto de 5 milhões de euros (1 milhão de contos).** Esta reestruturação foi alvo de legislação de âmbito nacional com aplicação directa na Região, bem como a recente legislação que estipulou o pagamento das horas extraordinárias para classe médica nos Serviços de Urgência pelo valor mais elevado.

Assim, no sentido de dar execução às linhas de orientação estratégica do Programa do VIII Governo Regional e com vista a minorar a carência de recursos humanos e alargar o acesso aos cuidados de saúde, tem-se apostado, como medida estruturante por excelência e fundamental, no apoio à formação pré-graduada, pós-graduada e complemento de formação de enfermeiros. Actualmente **temos 55 bolseiros em medicina, 50 bolseiros em cursos técnicos de diagnóstico e terapêutica; 48 bolseiros no Internato Complementar e 104 quotas atribuídas para o complemento de formação de enfermeiros.** É evidente que a suportar esta medida estruturante está um investimento avultado que acresce ao valor da despesa deste sector.

Outro factor determinante para o **crescimento da despesa do exercício, tendo sido o desejado e necessário acréscimo de produtividade na prestação de cuidados de saúde**, implicando sempre um maior consumo de recursos nomeadamente de produtos farmacêuticos consumidos no internamento e no atendimento de doentes na urgência e consulta externa, de material de consumo clínico e hoteleiro, de manutenção e conservação, etc., representando estes uma **dívida de 20,4 milhões de euros (4,1 milhões de contos)**.

Como atrás já foi referido, o SRS para dar resposta a todas estas situações registou uma **dívida acumulada de 54,4 milhões de euros (10,9 milhões de contos)** no ano de 2001, sendo de salientar que **11,5 milhões de euros (2,3 milhões de contos) referem-se à dívida à Associação Nacional de Farmácias**, isto é ao encargo gerado com a comparticipação do Estado, neste caso a Região, nos medicamentos prescritos em ambulatório e privado; **20,4 milhões de euros (4,1 milhões de contos) referem-se a compras; 8,5 milhões de euros (1,7 milhões de contos) refere-se à dívida ao Serviço Nacional de Saúde** pela prestação de cuidados em valências médicas e meios terapêuticos inexistentes na Região; e ainda, **5,5 milhões de euros (1,1 milhões de contos) em meios de diagnóstico e terapêutica**, sendo esta despesa assumida para a realização de exames e tratamentos no exterior quando esgotada a capacidade de resposta interna de cada unidade de saúde.

Na sequência destes dados importa salientar que, **se o Serviço Regional de Saúde recebesse os seus créditos, a dívida acumulada ascenderia a 28 milhões de euros (5,6 milhões de contos)**, o que não se afigura excessivo neste sector em permanente evolução tecnológica a nível dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, dos produtos farmacêuticos e do material de consumo clínico, para além de uma procura de cuidados cada vez mais intensa e exigente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considerando o impacto económico-financeiro dos factores atrás descritos e dada a especificidade do serviço prestado, o comportamento evidenciado pelo SRS não poderá ser considerado despesista, embora se reconheça a necessidade de um continuado esforço no aperfeiçoamento e rigor da gestão dos nossos recursos.

Temos consciência, no entanto, que a melhoria da eficiência e eficácia do Sistema não leva por si só à solução do subfinanciamento crónico do SRS. Relembramos que os recursos financeiros da Região são limitados e que para fazer face à exploração deste Serviço, sem endividamento seria necessário uma dotação superior à actual, o que implicaria a transferência de verbas de outros sectores com as correspondentes dificuldades para os mesmos.

Assim mais uma vez reitero que o problema da Saúde tanto a nível regional, como nacional, encontra-se num dilema que passa pela sua *Melhoria versus Financiamento*, cujas soluções estruturais ultrapassam, em muito, o âmbito das competências exclusivas da Região. Neste contexto o envolvimento de todos é fundamental no sentido de se encontrar respostas que se venham a constituir em soluções concretas relativas a esta problemática.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

V. Exa. trouxe-nos uma intervenção que considero honesta. Teve a preocupação de trazer na primeira fase da sua intervenção uma génese do Serviço Regional de Saúde. Foi beber as fontes ao Serviço Nacional de Saúde inglês.

Trouxe depois uma caracterização até à implementação da democracia em Portugal, ao nível dos estados sociais quem é que tinha acesso à saúde.

Fez depois uma caracterização do Serviço Regional de Saúde, nessa caracterização trouxe-nos um diagnóstico, mas faltou um aspecto fundamental e sendo V. Exa. uma médica sabe que o diagnóstico é essencial, mas também é essencial a terapêutica e não trouxe as medidas para resolver o problema.

Por isso acho que tem razão de ser este debate, que deve ser um, debate sereno, tranquilo, com sentido de responsabilidade. Foi desta forma que o trouxemos em

Abril do ano passado, foi desta forma que o trouxemos também há dois dias e creio que é também nessa perspectiva que a Sra. Secretária Regional aqui nos trouxe a sua intervenção.

Há um aspecto, logo de entrada, que fez preocupar seriamente os açorianos e que é, como é que é possível num ano passar duma dívida que, depois de absorvida pelo orçamento rectificativo em Agosto de 2001, ficou em 1.7 milhões de contos para 10.9 milhões de contos em menos de um ano, uma vez que estamos em Maio e não em Agosto.

Nenhum açoriano acredita que este disparar da dívida correspondeu a serviços e cuidados prestados, ao nível dos cuidados primários e ao nível dos cuidados diferenciados aos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Do discurso feito no encerramento do Programa do Governo, o Sr. Presidente do Governo disse: “reforma da qualidade e de acesso aos cuidados de saúde e da gestão financeira do Serviço Regional de Saúde”.

A conclusão a que nós chegamos é que a gestão financeira do SRS está muito grave, porque já poderá não ser só o Centro de Saúde de Angra em estado de falência, mas todo o Serviço Regional de Saúde.

Por isso faltou efectivamente uma intervenção da Sra. Secretária Regional, e tínhamos expectativas, que trouxesse medidas estruturantes para resolver este problema. Bem sabemos que dificilmente será resolvido na sua globalidade.

Foi criado há 4 anos o Instituto de Gestão Financeira da Saúde.

Ao longo dos nossos trabalhos, porque está em ponto de agenda, vamos abordar o Instituto de Gestão Financeira da Saúde e sem ir a pormenores nesta fase, o diploma que regulamenta o IGFS nas suas atribuições diz o seguinte: “...existe para uma correcta gestão de recursos financeiros e materiais do SRS, para a racionalização do sistema de aquisição de bens e serviços, para a melhoria dos sistemas de organização e gestão das instituições, para proceder à avaliação da gestão económico-financeira das instituições e serviços integrados e para desenvolver sistemas de informação nos serviços de saúde”.

Como é que é possível, Sra. Secretária, volvidos 4 anos, este Instituto, que é um instituto público, um serviço que, mês após mês, ano após ano, devia controlar, sob

orientações políticas do Governo, mas também fazer o diagnóstico e propor medidas, nota-se que a situação vem, ano após ano, de derrapagem em derrapagem.

Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais, a nossa posição é uma posição crítica, mas também construtiva. A nossa posição é uma posição de defender aqui os interesses da Região, os interesses do erário público.

Sra. Secretária Regional, eu penso que há muitas coisas a mudar, sem passar pela grande mudança do modelo.

Não haverá, Sra. Secretária Regional, desperdícios?

Não haverá, Sra. Secretária Regional, má gestão dos stocks?

Não haverá, Sra. Secretária Regional, altos dirigentes da administração na área da saúde que não assumem as suas responsabilidades?

Não haverá directores de serviços ao nível das unidades hospitalares que assumem de plenitude as suas responsabilidades?

Não haverá absentismo profissional?

Sra. Secretária Regional, um ponto essencial na apreciação do sistema é que o potencial das atenções, nesta fase, estão viradas para a qualidade. Eu não quero dizer que não haja melhoria qualitativa nos actos médicos, nos actos dos profissionais de saúde, porque eu sei que tem havido formação. Aliás, nesse aspecto deixo aqui uma nota positiva, porque ao nível não só dos bolseiros de curso de medicina, ao nível dos bolseiros de técnicos de diagnóstico e terapêutica, ao nível dos bolseiros para o internato complementar e ao nível das quotas de complemento de formação de enfermagem é visível um esforço, mas estão invertidas as preocupações de orientação política.

Acho que os cuidados primários estão muito aquém daquilo que seria necessário e o seu reflexo de mau funcionamento vai trazer, naturalmente, um mau funcionamento a toda a rede do sistema de cuidados de saúde e ainda, de uma forma mais próxima, aos cuidados diferenciados, aos cuidados hospitalares.

Ainda há pouco tempo, num encontro que a Comissão Permanente dos Assuntos Sociais teve com o Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada, e aquilo que é dito a uma comissão parlamentar é dito publicamente, o director clínico

considerou que o centro de Saúde de Ponta Delgada funcionava pessimamente mal. Foi essa a designação.

Não é só o Centro de Saúde de Ponta Delgada, mas toda a rede, todo o sistema ao nível dos cuidados primários de saúde funciona mal.

Ainda hoje num jornal local vem um responsável da Ordem dos Médicos dizer exactamente que 40% dos utentes não têm médico de família. Não diz que é em toda a Região, mas fala concretamente em Ponta Delgada, Angra e Ribeira Grande.

Sra. Secretária Regional, não há medidas em relação a esta matéria?

A Sra. Secretária Regional disse, no âmbito das suas intervenções públicas, que iria haver medidas em relação a incentivos para os médicos e disse, nomeadamente, em termos dos médicos de família, em termos de clínica geral, que era necessário criar condições para uma carreira mais atractiva.

Depois disse também que ia tentar recorrer a clínicos gerais de outros países da União Europeia para resolver o problema da falta de médicos nos Açores.

Também disse que era necessário criar condições abrangentes para que a haja uma maior atracção pela clínica geral e nós não vemos estas medidas implementadas e elas são fundamentais, porque é ao nível dos cuidados primários de saúde que está o esforço pela educação para a saúde, da prevenção, do acompanhamento dos utentes, desafogando as unidades hospitalares, desafogando as urgências, porque vemos que o aumento exponencial ao nível das urgências se deve pela incapacidade dos utentes serem atendidos ao nível da saúde familiar.

Portanto, Sra. Secretária Regional, nesta fase inicial deste nosso debate que é um debate sério, é um debate que é de trazer aqui um conjunto de preocupações para melhorar os serviços de saúde, não posso deixar de fazer estes comentários.

Que medidas é que foram tomadas para melhorar, ao nível dos cuidados primários de saúde, a situação nos Açores, porque se a esse nível já houvesse medidas palpáveis, se houvesse, de facto, um trabalho desenvolvido, se houvesse uma melhor saúde já se compreendia um pouco mais.

Por outro lado a Sra. Secretária Regional disse aqui em Novembro do ano passado, quando apresentou o Plano e o Orçamento do seu sector para 2002, que a dívida era já de 8,5 milhões de contos e que ela se justificava por três factores:

- alteração e reestruturação das carreiras
- acréscimo significativo dos cuidados de saúde
- baixa taxa de cobrança dos subsistemas.

Sra. Secretária Regional, a senhora acha que num ano houve encargos com estruturas nas carreiras, conforme citou aqui, de um milhão de contos? Acha que houve um acréscimo dos cuidados prestados aos utentes? Acha que houve uma redução tão grande de cobrança dos subsistemas para justificar este défice tão elevado?

Sra. Secretária, onde é que está o problema? Que medidas é que nos vai apresentar? Nós precisamos, de facto, de ter respostas.

Nesta primeira fase do nosso debate eu ficaria por aqui aguardando as respostas concretas para os cuidados primários de saúde e saber também que respostas tem para, de uma forma rigorosa, potenciar os recursos humanos, os equipamentos, os recursos materiais, por forma a que os utentes do Serviço Regional de Saúde sejam melhor atendidos?

Para já eram estas as questões que gostaria de deixar aqui, apesar de ter outras preocupações.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário Regional:

Se este conjunto de preocupações que compôs a intervenção do Sr. Deputado Bento Barcelos é só o preâmbulo e é só a primeira fase, o Sr. Deputado avise-nos, porque certamente vamos ter que alterar a programação dos nossos trabalhos para as próximas semanas.

Efectivamente, depois desta exaustiva intervenção do Sr. Deputado Bento Barcelos, eu fico na dúvida se me devo debruçar sobre as questões que o Sr. Deputado aqui apresentou ou se ainda me vou debruçar sobre a intervenção que a Sra. Secretária aqui nos deixou.

Vou fazê-lo em relação à intervenção da Sra. Secretária, porque me parece ser muito mais simples e mais adequado à fase da nossa ordem de trabalhos.

Tentando não repetir algumas coisas que me parecem relevantes que muito bem o Sr. Deputado Bento Barcelos já aqui colocou e julgo que são suficientemente genéricas, diria, como compreenderá, Sra. Secretária e louvando como é óbvio o seu contributo para a caracterização do sector, que nós Assembleia e julgo que a nossa opinião pública, ficou mais ou menos na mesma.

Digo isto, porque a Sra. Secretária não fez efectivamente referências em relação ao futuro e as que fez permite-me concluir que não são animadoras.

Não fez nenhum enquadramento, nenhuma referência ao papel da nova orgânica do Serviço Regional de Saúde que foi aqui por vós apresentada e aprovada pelo Partido Socialista e que se comprova que já não vai ter nenhum papel no futuro do nosso Serviço Regional de Saúde, porque nem é mencionado, nem lhe é referida, digamos, qualquer expectativa de mudança ou de contributo para a alteração positiva do sector.

Quanto à parte estritamente financeira deixa-nos uma imagem de que, apesar de já não podermos pagar a dívida que temos no sector, “mesmo assim não a considero excessiva”. Citei aqui palavras que referiu. Repito, nós já não podemos com a dívida que temos no sector, mas mesmo assim diria, graças a Deus, que ela não é excessiva, sob o seu ponto de vista.

Depois deixa-nos aqui também a fatalidade de que vamos continuar com a suborçamentação do sector. É já uma fatalidade assumida.

Lembra-nos efectivamente que o desastre que se vive nessa importante área da vida social não é só regional, mas também nacional. Isto quer dizer que os subsistemas não funcionam entre si e a rotura é absoluta. Portanto, ninguém vai pagando a ninguém com prontidão no sector da saúde a não ser os privados na pouca quota que têm nessa área

A Sra. Secretária trouxe-nos alguns rácios interessantes no âmbito da caracterização do sector, porque são estruturais.

É óbvio que a capitação do investimento nos Açores é bem maior do que no país, a capitação das despesas de funcionamento, idem.

Quanto à capitação do investimento, confesso que os números são chocantes e fazem-nos pensar o que custa, em matéria de investimento, a saúde numa Região como a nossa.

Mas, Sra. Secretária, a par disso é fundamental que o que se investe nos Açores obedeça às regras elementares de qualquer investimento, no que diz respeito à sua calendarização, à sua programação financeira e quando isso não acontece a culpa já não pode ser atribuída a terceiros nem ao sistema, a culpa tem que ser já nossa, de quem gere. Por exemplo, quando se acaba um centro de saúde que custa centenas e centenas de milhares de contos e um ano depois não se pode abrir as portas, porque não foram acauteladas obras elementares para o seu bom funcionamento e não se acautelou simultaneamente o respectivo equipamento, estamos, num mero projecto, a constatar os erros, as omissões as incapacidades e as lacunas de quem gere localmente o sector.

É inadmissível que um investimento de quase meio milhão de contos esteja um ano parado à espera que se faça agora adjudicações de equipamentos básicos para o seu funcionamento e, Sra. Secretária, não colhe dizer-se que não há verbas, porque quando se avança com um projecto a sua componente financeira deve estar previamente acautelada.

Eu diria que na ausência de capacidade de alteração do estado de coisas no sector, resta-nos a esperança de que a nível nacional, e temos consciência do grau de dependência que se constata nessa área social, as indispensáveis reformas, que também devem ser introduzidas no sector, aconteçam e que consigam efectivamente estancar e dar perspectivas ao Serviço Nacional de Saúde e que os seus impactos positivos se façam sentir na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, esperamos que esta ausência de objectivos, esta ausência de perspectivas que existem nos Açores possam ser colmatadas por um projecto nacional para o serviço de saúde e que os Açores, nós todos e o Governo Regional, inspirado e em consequência do que vier a acontecer para o país, também possa ter uma solução para a situação que temos aqui nos Açores.

Resta-me, Sra. Secretária, deixar aqui uma pergunta:

Pensa que ainda pode haver, no âmbito da autonomia, na óptica da gestão do Partido Socialista, algum instrumento de intervenção?

O Sr. Deputado Bento Barcelos deixou vários aqui no ar ao nível de algum controlo, mesmo administrativo, de determinado tipo de despesas que parece, infelizmente, que não está garantido em relação a algumas especialidades médicas. A opinião pública e especialistas de determinadas áreas têm dado conta de inquietações.

Acho que era indispensável que o responsável máximo pela Secretaria desse politicamente o tom de que a Administração Regional estaria disponível para, nesse domínio, fazer o que está ao seu alcance na fiscalização, porque como o sistema é todo mau, e a Sra. Secretária sabe isso bem melhor do que eu, há profissionais que, numa óptica até de solidariedade para com os utentes, repito, numa óptica louvável de solidariedade para com os utentes, agem de forma a que eles fiquem beneficiados perante as regras do sistema de pagamento do Serviço Regional de Saúde.

Quando nós damos cobertura a esses sinais de solidariedade individual de alguns profissionais de saúde para com os utentes, e sabemos que isto é um acto de solidariedade para benefício do utente, também sabemos que penaliza gravosamente as finanças do sector. Se por alguma razão o sector estabelece que a percentagem de comparticipação é “x” é porque não pode participar “xxx” e não é admissível que administrativamente se resolva esse problema como está a ser resolvido nalgumas especialidades e nalgumas unidades.

Portanto, há domínios de intervenção que poderão certamente ser aperfeiçoados e acho que uma palavra de V. Exa., como responsável máximo pelo sector, poderá ser um contributo para, junto dos seus serviços, se agir com maior eficácia nesse domínio

Sra. Secretária, será que ainda acha que tem instrumentos ao seu alcance, no âmbito da autonomia, para resolver este problema, porque a fatalidade de nós termos na Região que acompanhar as decisões nacionais sobre o que envolve direitos e garantias dos profissionais, é uma das cruces que a autonomia carrega há 26 anos. Já carregou na área da educação, carrega na área da saúde e ainda bem que é assim.

Portanto, assumimos financeiramente o resultado de políticas nacionais que quando são favoráveis aos orçamentos a Região beneficia com redução de custos, quando

elas são desfavoráveis aos orçamentos, como têm sido ao longo dos anos, a Região suporta o impacto financeiro dessas medidas nacionais.

Muito obrigado

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria fazer alguns comentários e deixar uma pergunta ou duas à Sra. Secretária Regional sobre a sua comunicação, mas permitam-me alguma reflexão prévia.

Não deixou de suscitar curiosidade política nesta Assembleia e especialmente dos Partidos da Oposição, mas também da opinião pública e dos meios de comunicação social o facto de se ter sabido que era intenção do Governo que a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais faria, ao abrigo duma norma regimental, uma comunicação a esta Assembleia sobre questões, não se dizia bem quais, relacionadas com a saúde.

Não deixou de suscitar curiosidade exactamente porque no exercício desta Legislatura e no mandato deste Governo, a quantidade e a qualidade de medidas visíveis no âmbito da gestão do Serviço Regional de Saúde, da política de saúde tem sido bastante escassa e há sinais disso na sociedade e havendo esses sinais é natural que se encarasse este anúncio, primeiro apenas oficioso e depois oficial desta comunicação com interesse político.

A primeira questão que efectivamente queria lançar num comentário a este debate e depois ouvir o senhor, porventura, secretário da saúde de sombra do PSD e ouvir o subsecretário de Estado, também de sombra, do governo PSD/PP relativamente a estes problemas, obviamente que não terei muito espaço para pôr muitas questões, mas tenho algumas diferenciadas para colocar.

Quero dizer que foram levantadas questões e preocupações que partilho e que são extremamente importantes.

Ainda neste ligeiro intróito, queria dizer uma outra coisa.

Nós e penso que todos, como deputados, muitas vezes verificamos coisas várias, verificamos que a preocupação que a sociedade tem pelo funcionamento da saúde e

aqueles que se dedicam mais aos estudos de opinião, com certeza que não estarão em desacordo comigo, sabem que normalmente as questões da saúde aparecem nos estudos de opinião como uma das maiores preocupações da sociedade e esse traço tem-se acentuado nos últimos tempos aqui na Região Autónoma

Mas, nós, como deputados, que somos abordados por muitos cidadãos, que fazemos visitas de carácter institucional e de trabalho, que participamos em comissões, que visitamos instituições, vemos de fora uma outra vertente, mas o ver de fora por vezes também é importante para a formação da visão e eu obviamente que, sem pretender de forma nenhuma entrar em pormenores, podia citar de memória muitas situações concretas relacionadas com a gestão de centros de saúde, de unidades hospitalares, de serviços, com determinado tipo de medidas que são ou não tomadas, etc., e que a todo o momento são postas como preocupações de populações de determinados concelhos, de determinadas ilhas, com a qualidade dos serviços que têm e com as carências desses serviços.

É esse o dia a dia que permite caracterizar, se sim ou não, as políticas, as orientações feitas e a gestão dessas orientações dão resposta àquilo que é o sentido, o sentimento e as necessidades dos cidadãos e penso que é um pouco neste vazio ou nesta contradição, entre o sistema que existe e que tem as suas dificuldades, mas que tem os seus meios, as suas potencialidades e as suas capacidades e que são, felizmente, acrescidas em relação há bem poucos anos atrás, quer em termos de equipamento, de meios técnicos, quer em termos de meios humanos, etc..

Portanto, são estas contradições entre os meios existentes e aquilo que é o sentimento dos cidadãos das comunidades que interessa avaliar permanentemente e que depois vão surgindo as questões concretas.

Eu verifico, efectivamente, que a Sra. Secretária se ateve, na sua comunicação, um pouco à situação económico-financeira do Serviço Regional de Saúde e não veio aqui anunciar nem medidas de fundo de alteração da política seguida, nem sequer um programa de modificação ou de medidas de médio prazo para o sector.

Quis a Sra. Secretária ou o Governo fazer esta comunicação sobre a situação financeira do Serviço Regional de Saúde, mas é evidente que é inevitável referirem-se alguns problemas do próprio funcionamento do serviço, como seja a carência de

pessoal (médicos e algum pessoal especializado) e as questões que se prendem com a distribuição.

Efectivamente alguns dados que aqui são apresentados, são dados que são importantes tais como saber-se que existem 52 estudantes bolseiros em medicina que vão fazer os seus internatos gerais aqui e que estão vinculados à Região no futuro e durante alguns anos. São medidas estruturantes que devem continuar a ser tomadas, devem ser acarinhadas e que não deve haver qualquer receio de se gastar dinheiro com este tipo de investimento, porque este garante o futuro.

Ainda em relação à questão financeira há aqui algumas questões preocupantes.

Os números que deu a Sra. Secretária sobre a questão da não facturação dos subsistemas, salvo erro, de 5,3 milhões de contos, em relação ao ano passado, é aterrador. Portanto, se bem percebi, só foi facturado 25%. Se é assim não pode funcionar. Se os meios não circulam, se esses organismos todos têm os seus orçamentos, têm as suas receitas e depois os meios não circulam, fica, naturalmente, tudo bloqueado.

Eu sei que nestes casos, muitas vezes, a responsabilidade não é de quem gere o Serviço Regional de Saúde, mas gostaria de saber o que é que o Governo Regional dos Açores ou a Sra. Secretária Regional – e é uma pergunta que eu queria deixar – pensam que é possível corrigir em relação a esta questão? Em que medida é possível modificar isto para melhor?

Depois há outros aspectos que também são referidos, muitas vezes publicamente, muitas vezes junto dos deputados, e que têm a ver com a gestão corrente e com os entraves do sistema.

Por exemplo é público que algumas nomeações, perante o mandato deste Governo, para determinados cargos foram extremamente demoradas e pergunta-se, por que é que determinadas nomeações são demoradas, depois do titular anterior ter anunciado que pretendia ser substituído e que se demora quase um ano e meio para fazer essa substituição? Como exemplo, posso dar-lhe a caso do Centro de Saúde da Horta que demorou tempos infínidos a corrigir uma situação e porquê? Qual foi a razão objectiva se estavam lá os médicos e todo o pessoal? Por que é que a gestão emperra? Porque é que a gestão não corre ligeira, não corre com ritmo? Por que é

que a gestão no primeiro obstáculo, seja ele objectivo ou subjectivo, faz parar o andamento das questões? Esta é uma segunda questão que eu, não querendo particularizar muito, colocava à Sra. Secretária.

Depois há outras medidas que foram anunciadas com algum impacto, por exemplo no âmbito da telemedicina, que também não se viu um avanço muito significativo, mas se a Sra. Secretária pudesse, mesmo à margem um pouco do tema que nos trouxe, trazer algum ponto da situação, eu agradecia.

Muito obrigado.

Presidente: Passam 4 minutos das 20,00 horas.

Não tínhamos falado nada de concreto. Falámos que isto poderia durar até às 20,30 horas. Nesta primeira fase falta ainda uma intervenção do PS, que deverá acontecer e depois teremos que suspender os nossos trabalhos até às 22,00 horas.

Eu daria a palavra nesta primeira fase ao Deputado do Partido Socialista, depois interromperíamos e retomariamos às 22,00 horas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Permita-me que as minhas primeiras palavras sejam para felicitar, pela coragem e seriedade demonstrada na forma como trouxe este assunto a esta Casa, porque a senhora não se limitou, ao contrário do que aqui já pareceu ser dito, a fazer um traço geral, a dar uns números e ficar-se por aqui. Muito mais do que isso a Sra. Secretária pôs, como costuma dizer-se, o “dedo na ferida” e fê-lo em vários aspectos, começando, desde logo, por se perceber algo que por vezes parece que está esquecido.

O investimento per capita, de acordo com os números fornecidos, em 98 com a saúde nesta Região, é sete vezes superior ao verificado no Continente, repito, sete vezes superior.

Acresce-se a isto uma particularidade que, devido à dispersão geográfica, devido à necessidade de cada ilha possuir hospitais ou centros de saúde, provoca um

sobredimensionamento das unidades de saúde existentes, em termos dos recursos que precisa para que funcionem, quer materiais, quer técnicos, quer humanos.

Se acrescentarmos a isto um pormenor curioso que é o seguinte: entre 1995 e 1999 o número de médicos nesta Região permaneceu praticamente inalterável, concretamente 356 médicos em 1995 e 252 médicos em 1999, ou seja, à medida em que por fobia da evolução tecnológica, por via do acesso cada vez mais generalizado a meios complementares de diagnóstico que começam a fazer parte do nosso quotidiano como sempre tivessem existido, nós vamos verificar que isso não é acompanhado pelo aumento dos recursos humanos no que à classe médica diz respeito.

O mesmo já não se pode dizer no respeitante, quer a enfermeiros, quer a técnicos de diagnóstico complementar.

Esta questão, de per si, ajuda a perceber aquilo que foi aqui há pouco colocado com um ar um pouco de espanto, em que se disse: “como é que é possível que, de acordo com declarações dum responsável da secção dos Açores da Ordem dos Médicos, existam cerca de 40% de utentes sem médicos de família”. Está aqui a justificação por que é que isso acontece.

Está também percebido que não basta a criação de sistemas de incentivos para a fixação de médicos na Região. Já debatemos isto aqui por mais do que uma vez, mas volto a recordar uma vez mais

a Resolução 56/99, de 8 de Abril que define com muita precisão e clareza o sistema de incentivos à fixação de médicos na Região e quando se fala da vinda de médicos da União Europeia, e recordo-me de um debate que tivemos aqui em Abril do ano passado, há a objecção de dizer: atenção que há um problema fundamental e básico que é o problema da língua, que é o problema do diálogo e da comunicação entre o utente e o médico.

Isto provoca, entre outras coisas, outro dado que é espantoso no sentido daquilo que significa de esmagador em termos de estrutura de financiamento de qualquer sistema.

Quando se verifica que, para trabalho complementar e horas extraordinárias, existe cerca de 81% dos vencimentos dos médicos, ou seja, cada médico recebe quase o

dobro do seu vencimento em termos de trabalhos complementar e horas extraordinárias, percebemos, e é necessário que assim seja devido à escassez de recursos humanos, que temos aqui um problema de gestão de recursos humanos que ultrapassa qualquer medida mais ou menos de carácter imediatista, daí a necessidade imperiosa de apostar, e ainda bem que se aposta e que se deverá apostar cada vez mais, nos apoios de bolsas de formação para estudantes de medicina, nos apoios para a realização do internato geral e complementar na Região do modo a tentar fixá-los aqui de forma efectiva, de modo a aumentar o universo de médicos existentes.

Só assim é possível começarmos a pensar em soluções, em métodos e metodologias de análise ou de acompanhamento do Serviço Regional de Saúde.

Existem erros de gestão? Eu não tenho dúvidas nenhuma que existem.

Haverá por vezes um mau controlo de stocks em termos daquilo que podiam ser gastos desnecessários, de compras parcelares eventualmente efectuadas de um modo global que permitiriam poupança? Não tenho dúvidas que isso aconteça.

Curiosamente e por acaso nós vamos discutir ainda neste plenário dois diplomas que, ao fim e ao cabo, indicam o caminho e desde já são implicitamente parte de uma resposta a algumas das questões que são aqui colocadas e refiro-me concretamente à reestruturação do Instituto da Gestão Financeira de Saúde e à implementação do Cartão do Utente. Quer um quer outro aspecto dão cumprimento àquilo que foi consignado no Programa do Governo aqui aprovado em Abril do ano passado.

A questão de fundo aqui não é tentar descobrir pequenos “mecanismos de poupar alguns cêntimos”. A questão de fundo trata-se da forma como vamos estruturar um sistema que ultrapassa, como foi e bem dito, em muito até as próprias competências exclusivas da Região naquilo que diz o binómio melhoramento dos cuidados versus financiamento do sistema. Este é o desafio que se coloca aqui.

Isto já foi redito anteontem, é reafirmado aqui hoje e da mesma forma que onteontem o dissemos, dizemo-lo aqui hoje.

É um processo que não diz respeito exclusivamente ao Governo Regional nem a esta bancada. Diz respeito ao Governo, a esta, às outras bancadas e à comunidade dum modo geral.

Não queremos fugir de responsabilidades. Podemos dizer que a culpa é de todos ou “a culpa não é de ninguém”. Não é essa a questão.

Temos que assumir e aquilo que houve aqui hoje por parte da Secretária Regional dos Assuntos Sociais foi, em parte, assumir também que há problemas no financiamento do Serviço Regional de Saúde, que questões que têm que ser melhoradas, que temos que continuar a apostar cada vez mais na qualificação e nos recursos humanos ao mesmo tempo que temos que continuar a apostar cada vez mais na melhoria da prestação de cuidados de saúde, mas isso traz um custo.

Já foi aqui referida a questão da telemedicina. A telemedicina estava dependente da criação duma rede informática estruturada que ligasse todos os centros de saúde e hospitais da Região e permitisse depois a sua conexão com o exterior.

Também já foi aqui dito e repito que isso não tem necessária ou exclusivamente a ver com o equipamento, porque o equipamento é um investimento sério, é um investimento vultuoso, mas tem igualmente a ver com os técnicos capacitados para trabalhar com esse equipamento e como médico tem de estar ali disponível para ir prestando o serviço e o apoio que é necessário.

O mesmo se pode falar no incremento de novas valências nos hospitais, do incremento de novos equipamentos e outras metodologias de trabalho.

É este o cenário geral que aqui temos e quando nós verificamos um aumento significativo e substancial do consumo de medicamentos, isso significa o quê, que as pessoas estão mais doentes ou que adoecem mais vezes ou significa que a generalização por vezes – e foi dito aqui com coragem por alguém que antes ou depois de ser Secretária, é médica – é o consumo excessivo de medicamentos e o recurso excessivo a meios complementares de diagnóstico?

Agora, a questão que se coloca aqui, e é uma pergunta que faço directamente à Srs. Secretária, é qual é a percentagem anual do aumento ou o indicador que possa ter do custo com medicamentos nos últimos anos, para percebermos de que forma é que isto tem vindo a evoluir, porque nós temos o valor em percentagem daquilo que vai aumentando, mas não temos o valor em custo?

O sobredimensionamento, a capitação e a forma como este sistema está estruturado merece uma reflexão séria, merece uma reflexão cuidada, merece uma reflexão

participada e participativa de todos. Assim haja vontade política de o fazer e haja a mesma coragem que a Secretária Regional dos Assuntos Sociais demonstrou, ao trazer desta forma e deste modo o tema como o fez.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper aqui os nossos trabalhos e regressamos às 22,00 horas.

(Eram 20 horas e 20 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 22 horas e 35 minutos)

A discussão que estamos aqui a fazer é, por analogia, a que está prevista no artigo 113º do Regimento. Houve uma primeira intervenção e poderá haver uma segunda. Agora vão seguir-se pedidos de esclarecimento. Há falta de melhor no nosso Regimento, é este o método que, por analogia, temos utilizado.

Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Antes de mais gostaria de relembrar o contexto desta minha intervenção, porque foi aqui dito pelo Sr. Deputado Decq Mota que havia alguma expectativa relativa a esta minha intervenção, mas eu tenho que relembrar que o contexto da mesma deriva de um compromisso tido no último plenário quando me foi feita uma pergunta de esclarecimento sobre a dívida da saúde. É esta a razão do âmbito desta minha intervenção. Isto não significa que não possa haver mais intervenções no futuro com outros contextos e com outros conteúdos.

Posto isto, gostaria de começar por esclarecer alguns aspectos e

há uma pequena nuance numa questão, extremamente interessante, posta pelo Sr. Deputado Bento Barcelos que disse que a minha intervenção, de facto, era um diagnóstico e que interessava as terapêuticas. Concordo plenamente, mas relembro, tal como eu referi na minha intervenção, que está nas nossas mãos e na mão da autonomia.

Como também me foi posta a questão do que é que nós no âmbito da autonomia poderíamos fazer para melhorar esta situação, eu gostaria de dizer que nós temos competência para tratar, do ponto de vista sintomatológico, mas não podemos fazer terapêutica da causa da doença. Isto significa que a terapêutica causal é do âmbito nacional. As terapêuticas conjunturais são do âmbito da Região.

Posto isto, gostaria de começar por esclarecer alguns aspectos que me foram colocados do ponto de vista da própria dívida.

Foi colocada aqui uma questão com alguma pertinência, relativamente aos números referidos nesta Casa.

De facto, em Abril de 2001, eu fiz uma previsão da dívida e uma previsão significa que não estando as contas fechadas e apuradas, fez-se uma previsão. De seguida utilizámos os números, após o fecho de contas das nossas instituições e, de facto, o valor era de 13,7 milhões de contos.

Também é verdade que houve transferências do Governo da República no valor de 12 milhões de contos. Também é verdade que a subtracção dá 1,7 milhões de contos, mas quero lembrar a esta Casa que a este montante temos a acrescer o valor de 4,5 milhões de contos que derivam da cativação de transferências para os serviços e fundos autónomos por força da situação financeira que se viveu em 2001, por razões que esta Casa também conhece, porque deriva inclusivamente de decisões desta Assembleia.

Assim se poderá compreender melhor essa dívida, porque a acrescer ao montante da despesa em exercício em 2001 temos então a soma dos 10,9 milhões de contos.

Assim sendo, a nossa dívida de 10,9 milhões de contos é uma dívida que também tem créditos a receber, como eu referi na minha intervenção, e interessa lembrar que

o Serviço Regional de Saúde tem créditos a receber no valor de 5,3 milhões de contos, o que significa que, em boa verdade, a nossa dívida é de 5,5 milhões de contos e é sobre este valor que devemos falar do sistema.

Eu gostaria de continuar respondendo às questões postas pelo Sr. Deputado Bento Barcelos, quando num rol de questões ele me coloca problemas de âmbito diferente.

Uma das questões foi esta da gestão financeira e uma outra foi a da acessibilidade. Estes são dois vectores importantes no Serviço Regional de Saúde.

Se por um lado nós temos um sistema subfinanciado e por isso nós temos dívidas, por outro lado temos o dever de melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde.

É verdade que continuamos a ter um sector com uma ineficiência e com muitas dificuldades na acessibilidade, mas também é verdade que temos tomado decisões que definem uma estratégia que é a nossa e foi decidido que, em termos de melhoria de acessibilidade, optamos no ano de 2001 por facilitar a deslocação de especialistas às ilhas que não têm hospitais, melhorando a acessibilidade nestas ilhas e em boa verdade tivemos mais de 600 deslocações de especialistas a essa, ilhas.

O que é que isto significa? Significa que aumentou a despesa com medicamentos, aumentou a despesa com prescrições, aumentou a despesas com exames complementares e aumentou a despesa com o pagamento a esses médicos que têm incentivos para se deslocarem.

Isto significa que se tem melhorado a acessibilidade, mas mesmo que nós tivéssemos a possibilidade de contratar inúmeros médicos nos cuidados primários, não podemos, porque não os temos, e sabem perfeitamente que não temos, porque deriva duma política extremamente restritiva nos anos 80 do Governo da República, do PSD, em que os números cláusos nas faculdades passaram para números muito apertados, não se compreendendo como é que faculdades que tinham 600 vagas, passavam para cento e tal vagas.

Nós hoje estamos a sofrer ainda as consequências dessa política, porque um médico demora em média, com a sua especialidade, 13 anos para se formar.

Isto quer dizer que, se por um lado eu melhora a acessibilidade e tenho de a melhorar, por outro lado, com a melhoria dessa acessibilidade, eu tenho despesa acrescida.

O Governo tem que levar em atenção vários factores para actuar nas diversas áreas. Optando um ano por um vector e por uma área, é possível no outro ano optar e decidir por outra, ou seja, não temos de forma alguma condições de ordem económico-financeira para atacar em todos os vectores e em todos os locais de carência ao mesmo tempo. Se assim fosse, então aí é que havia um problema de desequilíbrio das finanças do Serviço Regional de Saúde. Nós temos que ter esta consciência. Temos que crescer devagar para podermos controlar a dívida.

Ao contrário do que aqui foi dito, eu não referi no meu discurso que a despesa não era grande. O que eu referi foi que, face ao tipo de especificidade do nosso Serviço Regional de Saúde, a nossa despesa não era uma despesa, passo a redundância, despesista. Foi isto que foi referido e não de que nós não gastávamos muito.

Outra questão que eu queria relembrar a esta Casa e falando no sentido da terapêutica, é a seguinte:

Quando eu referi na minha intervenção que a terapêutica, indo às causas da questão, se refere ao financiamento, significa que para resolvermos o financiamento são necessárias reformas estruturais, porque nós temos a obrigação de melhorar ao extremo a gestão de todos os nossos recursos e isto entronca-se no diploma sobre o Instituto de Gestão Financeira, que a seguir se vai discutir.

Voltando à questão do subfinanciamento, eu gostaria de relembrar que esta é uma questão que existe na nossa Região, que existe na Madeira e existe no Continente.

Quero relembrar ainda uma coisa que é fundamental: o ano passado o Serviço Nacional de Saúde teve que levar uma “injecção de oxigénio” de teor financeiro na ordem dos 300 milhões de contos, o dobro do orçamento da Região, e o orçamento rectificativo já tem uma previsão de 100 milhões de contos. Sem essas “injecções de oxigénio” nos nossos sistemas de saúde nós rompíamos.

Por isso, o Governo da República ao transferir os 12 milhões de contos, mais não fez do que também “injectar algum oxigénio” no nosso sistema de saúde.

Gostaria de continuar com esta questão lembrando que, de facto, nós temos uma dívida e temos que a compreender cada vez melhor. Acho que é fundamental compreendermos a dívida até para podermos dizer o que se passa no sistema. É muito mais fácil encontrar soluções, embora conjunturais, que são importantes para ir actuando aqui e acolá no nosso sistema.

Quero lembrar que das transferências dos orçamentos da Região para a saúde, 67% em 2001 foi para pagamento de pessoal, o que significa que dos 30,3 milhões de contos, 20 milhões foi para pagamento de pessoal. Isto quer dizer que ficaram 10,3 milhões para comprar o que é necessário para ministrar nos cuidados. Destes 10,3 milhões, 4,1 milhões de contos foram gastos em medicamentos, ou seja, em toda a prescrição médica de ambulatório, nomeadamente com consultas externas dos hospitais, das urgências, dos consultórios privados e centros de saúde.

Quero ainda referir que 3,3 milhões de contos é a despesa com os produtos farmacêuticos nos hospitais.

Portanto, fica claro que tem que haver despesa e dívida, fica claro que o sistema é subfinanciado, mas foi sempre subfinanciado. Podem-me dizer, como já disseram nesta Casa, que há 8 anos não era nesta proporção. Ainda bem que não era nesta proporção. O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que o nosso sistema progrediu em técnica, tecnologia, médicos qualificados, em número de serviços e em número de especialidades. Isso é inevitável.

Foi aqui levantada uma questão que me faz reflectir e tem que nos fazer reflectir a todos que é a seguinte: como é que nós vamos continuar a progredir, porque temos de progredir, e como é que vamos continuar a ter a tecnologia e a técnica quando a determinada altura se sintetiza um medicamento novo para uma dada doença, o doente entra numa instituição e precisa daquele medicamento, independentemente do seu custo, eticamente nós damos o medicamento.

Estas questões são questões que estão passando por todos os sistemas de saúde.

Ainda hoje de manhã achei extremamente interessante, ao ouvir o noticiário da RDP, quando se falava da Holanda, se referia que tinha havido mudança no poder e se falava que era um país extremamente equilibrado, em que nos 80 se fez uma reforma na saúde, e quando se fala na saúde e nas reformas, é um exemplo, pois, passados os anos, o sistema da saúde não está bem e uma das razões seria porque tinha listas de espera.

Isto significa que todos nós temos que reflectir e temos que pensar em mudanças e gostaria de referir que, no que diz respeito à Região, nós temos o compromisso e a preocupação de melhorar a gestão económico-financeira das nossas instituições e que o nosso Instituto de Gestão Financeira, criado em 98, tem feito um trabalho, mas não é suficiente.

Nós sentimos que é preciso operacionalizar aquele instituto. Nós sentimos que é preciso haver maior disponibilidade, maior acompanhamento das nossas instituições para que elas possam cada vez melhor rentabilizar os recursos que têm, porque, embora nós tenhamos poucos recursos ou não sejam suficientes, o que temos tem que ser muito bem gerido.

Portanto, este compromisso, esta obrigação deste Governo tem de existir e existe, porque ao trazermos dois instrumentos a esta Assembleia para poder progredir nesse desiderato, significa que eu e este governo estamos conscientes deste facto.

Também gostaria de dizer que não está descurado um aspecto que entendemos como importante para esta Região que é a telemedicina, mas a telemedicina não é a ligação esporádica de um equipamento a outro equipamento numa instituição numa dada ilha a outra instituição noutra ilha, como o hospital. Um acto da telemedicina é quando os médicos trocam impressões sobre a imagem que estão lendo, mas não é a implementação da telemedicina, porque ela passa pela implementação de dados e possibilidades da gestão do próprio acto, através desta metodologia.

Agora, não quer dizer que nós não tenhamos um programa e um projecto de telemedicina a implantar nesta Região. Eu asseguro que ele existe e que existe uma comissão de acompanhamento deste projecto de telemedicina no âmbito da minha

Secretaria e para fazer o seguimento no âmbito do programa Açores/Região Digital e que o primeiro passo é a implementação de uma fase que se chama teleradiologia e isto está inter-ligado com a aquisição de equipamentos para os centros de saúde, como, por exemplo, para S. Jorge o equipamento de imagiologia e existindo um também em S. Roque tem que existir nas outras instituições, para que se possa implementar este projecto.

Presidente: Sra. Secretária, agradecia que concluísse.

A Oradora: Terminei já, Sr. Presidente:

Quero referir apenas, só para chamar a atenção, como já pude fazê-lo na minha intervenção, que a nossa dívida de 10,9 milhões de contos, discriminada pelas grandes rubricas, tem a ver com medicamentos, tem a ver com compras de exploração, tem a ver com o SNS e tem a ver com meios complementares de diagnóstico e terapêutica.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Ao fim e ao cabo parece que, de certa forma, estamos aqui em algo como um 1º centenário da desgraça do estado da saúde. Estávamos todos expectantes, todos condoídos, continuamos todos com um ar muito sério, como se aqui tivessem sido anunciadas medidas que tivessem alguma importância na resolução do cerne do problema.

Ao contrário do que disse o nosso irmão Bento...

(Risos da Câmara)

... a qualidade da sua intervenção penso que merece os parabéns, porque, de facto, teve bastante qualidade em termos de uma intervenção de colóquio...

Presidente: Peço ao senhores deputados que se acalmem um bocadinho. Para quem estava calado há horas, agora também não é preciso exagerar. Vamos manter alguma dignidade.

O Orador: ... e para intervenção de colóquio com certeza que era um estudo importantíssimo e que poderia até chegar a uma tese de mestrado naquilo que seria a análise da situação na Região.

Mas, de facto, estamos no órgão político, de facto está-se a tratar de questões políticas, de facto a saúde é uma questão política e o que fica aqui registado, com toda a franqueza, Sra. Secretária, é que a senhora não trouxe a esta Casa uma única solução.

De facto, quem não sabe o que quer, quem não tem ideias sobre isso, com certeza, terá dificuldade em governar. Governar é isso mesmo, é trazer soluções e incentivar os outros a irem com essas soluções, dando essas mesmas razões.

É muito fácil chegar aqui e dizer que é esse estudo monótono que todos temos de fazer e não ter qualquer certeza, não ter qualquer convicção e é nas mãos de quem não tem certezas nem convicções que a nossa Região vai seguindo os seus passos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Amem!

O Orador: Tudo isto não passa de um acto de teatro, aliás, de pior qualidade do que aquele que ainda na RTP-Açores há poucos dias o Sr. Presidente do Governo Regional teve também participação e no acto de teatro o Sr. Presidente do Governo Regional, pelo menos, avançava alguma ideia que V. Exa. não teve aqui coragem de avançar.

O que aqui é dito é que o sistema não é despesista, logo depreendo que não tem formas de reduzir a despesa e, portanto, o que aqui não é dito, mas pretende que outros o digam, é que o que é preciso é aumentar a receita.

Aquilo que me compete a mim também dizer é que o que acontece é tão só que a esquerda pede perdão ao mundo, porque afinal sempre esteve errada.

Aos anos que nós defendemos outras soluções; aos anos que a direita açoriana defende outras soluções; ...

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!*

O Orador: ... aos anos que nós dizemos que o princípio socialista consagrado na Constituição não faz qualquer sentido. Aos anos que V. Exas. sempre disseram que não se tinha que distinguir aqueles que podem pagar daqueles que o não podem fazer.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!*

O Orador: Afinal foram anos perdidos nessa demagogia. Quem perdeu foram os mais pobres. Afinal quem defendia quem não podia pagar tinha sido quem sempre teve a coragem de defender o que nem hoje a Sra. Secretária quis aqui trazer.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Também de gracejo, já que me chamou de “Irmão Bento”, eu chamo-lhe de “Frei Paulo”!

(Risos da Câmara)

(Aplausos da bancada do PS)

Que fique aqui claro, Sra. Secretária Regional, que para a saúde deve-se empenhar o máximo possível do dinheiro que esteja ao nosso alcance. A vida e a recuperação da saúde são bens inestimáveis.

O que se trata aqui é de haver um sistema com rigor, um sistema racionalizado, gerindo os meios financeiros que o Serviço Regional de Saúde tem.

A Sra. Secretária Regional no seu diagnóstico, por vezes mais estatístico do que analítico, por vezes mais prospectivo do que projectivo, trouxe aqui uma inquietação e essa inquietação é que galopantemente vai aumentando as despesas na saúde. Em seis anos cresceram 19 milhões de contos.

É evidente que tem uma receita dos subsistemas que não chega aos cofres da Região. É preciso fazer persuasão política junto dessas instituições, junto da ADSE, junto dos SAMS, junto das forças militares e militarizadas, porque se foi serviço prestado, há que o pagar.

Agora, o que eu fico mais preocupado é com a postura da Sra. Secretária Regional, também com a postura ontem do Sr. Secretário da Presidência para a Finanças e até pela postura do Sr. Presidente do Governo.

Nesse aspecto tenho que concordar com o Sr. Deputado Paulo Gusmão de que é o destino, é uma sina, é esta situação de ano após ano há-de ir engrossando a dívida do Serviço Regional de Saúde.

Julgo que temos que ter um governo enérgico, dinâmico, capaz de fazer mudanças. A Sra. Secretária Regional referiu aqui que a terapêutica estrutural não estava ao nosso alcance, não estava no âmbito das nossas competências, mas está ao nosso alcance terapêuticas conjunturais e dou como exemplo dessas terapêuticas conjunturais, que é preciso efectivamente mudar, a regulamentação do Estatuto do Serviço Regional de Saúde.

A Sra. Secretária Regional disse logo de início, aquando da sua posse, que há imperfeições, que há coisas a mudar, porque ele é dinâmico. Então que se mude e certamente mudando-se para bem, vai racionalizar-se os nossos recursos.

É preciso, sem qualquer dúvida, haver o financiamento necessário, adequado, no momento próprio. Estamos convencidos que a existência do Instituto de Gestão Financeira da Saúde, em vez de vir ajudar o processo veio complicar.

Os hospitais e os centros de saúde estão com falta de autonomia, estão limitados, estão afogados, vivem em regime de duodécimos e isso não pode acontecer.

Eu tenho a informação que este problema de situação de falência técnica que houve no Centro de Saúde de Angra, se deve a esses 15% do corte verificado o ano passado.

Dizia ontem o Sr. Secretário Regional da Presidência que tinha havido o corte, mas o corte não corta as despesas, corta é o financiamento, porque as despesas continuam da mesma forma.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A Sra. Secretária, já viu esta situação dum centro de saúde do segundo concelho maior dos Açores em falência técnica, quantos outros não hão-de estar, nomeadamente os hospitais.

Portanto, Sra. Secretária Regional, é preciso energia e espero que a próxima proposta do orçamento para 2003 seja aqui acompanhada do tal conjunto de medidas conjunturais que são perfeitamente possíveis de serem aqui implementadas.

Sra. Secretária Regional, há aqui uma falta de controlo e de gestão e posso-lhe dar mais 4 ou cinco exemplos:

Desde Novembro está arrendado um imóvel em Lisboa para receber doentes deslocados dos Açores. Foi uma boa iniciativa, mas está-se a pagar 700 contos por mês e ainda hoje, no mês de Maio, o imóvel nem tão pouco sofreu obras. Acha isto correcto? Não é dinheiro que se está a desperdiçar? É sim senhor.

Acções de formação são fundamentais e eu citei aqui que há um esforço em acções de formação ao nível do pessoal de saúde, mas é algum dia aceitável que se mande pessoa administrativo contratado para acções de formação no Continente, que daqui a dois ou três meses saem do sistema. Isso acontece, Sra. Secretária Regional.

Dizem os utentes que vêm do centro de saúde com exames de diagnóstico tais como Raio X, análises clínicas e que chegam às unidades hospitalares e esses exames não servem e são repetidos e como as unidades hospitalares não fazem esses exames, eles são solicitados à privada. Isto não são gastos acrescidos? São sim senhor.

A implementação do Cartão do Utente, que vamos daqui a pouco falar, quanto de racionalização tinha trazido ao serviço? Quanta poupança tinha trazido? Foram 4 anos perdidos e foi, digamos, muito dinheiro gasto.

Tenho mais exemplos:

Houve alguma sensibilização para os médicos terem uma maior sensibilidade pela receitas dos genéricos? Não vi nada até agora. Foi feito a nível nacional pelo último Ministro da responsabilidade do Governo do Partido Socialista, mas cá nos Açores ainda não vi.

Portanto, são estas questões que, parecendo que não, têm um efeito muito importante de gestão e de controlo.

Termino com mais dois exemplos:

São doentes que vêm dos centros de saúde para os hospitais e que ao chegar aos hospitais a equipa médica ou o médico que estava para os ver não está, porque foi a uma acção de formação e os doentes regressam com o seu acompanhante à sua ilha.

Também já vi ao contrário, porque também sou utente e presenciei outro dia que estava um médico na sua hora, bastante cedo até, a trabalhar num hospital à espera de um doente que vinha de outra ilha e ele não apareceu, porque não foi para o aeroporto.

Ora, isto exige coordenação, isto exige gestão e exige-se, Sra. Secretária Regional, responsabilidades dos conselhos de administração das unidades de saúde, avalie o seu desempenho, porque o que está em causa é o melhor serviço possível aos utentes do Serviço Regional de Saúde, mas com respeito pelo erário público.

Muito obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD) Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Rego.

Deputado Raúl Rego (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Eu pedi a palavra não para fazer nenhuma intervenção, mas para esclarecimentos, como é óbvio.

Primeiro pedido de esclarecimento:

Referiu a Sra. Secretária a capitação do investimento público no sector da saúde no ano de 1998, que comparado com a homologa capitação do Serviço Nacional de Saúde era 7 vezes superior.

Tendo em conta que o ano de 98 foi um ano onde os pagamentos com o novo Hospital de Ponta Delgada foram significativos, é provável que essa capitação não corresponda, digamos assim, a uma amostra razoável que não seja, de facto, a média regional. Por isso lhe pedia, se puder, que me informasse qual a capitação, por exemplo, no ano 2000 e 2001 do investimento público no sector da saúde?

Segundo pedido de esclarecimento.

A dívida acumulada no Serviço Regional de Saúde até hoje, poderá reflectir-se assim, foram os 12 milhões de contos, que já foram pagos, mais os 10,9 milhões, o que perfaz uma dívida acumulada, desde que existe o Serviço Regional de Saúde, de 22,9 milhões de contos. Desses 22,9 milhões de contos se subtrairmos a isso o défice do Serviço Regional de Saúde legado pelos 20 anos de governação do PSD que foi de 5,3 milhões, ficam 16,6 milhões. Desses 16,6 milhões, vou dar o benefício da dúvida em relação aos argumentos que apresentou dos créditos malparados do Serviço Regional de Saúde no valor de 5,3 milhões pelos subsistemas, entre os quais a ADSE, cuja responsabilidade de pagamento é do Governo Regional.

Assim sendo, pedia-lhe que me esclarecesse a discriminação desses 5,3 milhões de créditos pelos diversos subsistemas, entre os quais a ADSE?

Terceira pergunta:

Subtraindo os tais 16,6 milhões aos 5,3 temos um déficit de 11,3 milhões de contos e com estes 11,3 significa que temos uma média de déficit anual da ordem dos 2 milhões de contos que, ao fim e ao cabo, foram acumulados nos últimos 6 anos, o que também significa que a dívida neste ano de 2002 já deve ter crescido cerca de 800 mil a 1 milhão de contos que ainda não está considerado nas suas contas.

De acordo com o raciocínio que estou a fazer, certamente estará correcto e a pergunta que lhe faço é, se é possível apurar, qual o déficit neste ano?

Presidente: Sr. Deputado, para esclarecimentos já ultrapassou largamente o seu tempo.

O Orador: Sr. Presidente, permita-me um pouco mais para concluir, se for possível. Eu não quero prevaricar, mas também, digamos, é a segunda vez que o faço.

A quarta pergunta que lhe faço é a seguinte:

A Sra. Secretária deu-nos um diagnóstico e deu-nos a entender que isto era o resultado fatídico e depois disse que era um problema de todos.

Evoluindo um pouco mais, disse que eram precisas reformas estruturais, mas para haver essas reformas é necessário medidas de política. Depois falou num conjunto de questões avulsas.

O seu colega do lado quando era “2 em 1” começou este processo, entregou-lhe o carro já em derrapagem e reconheço que para si é difícil conduzir essa viatura, mas se é Secretária Regional tem que saber fazê-lo, tem de ter uma ideia de como se conduz a viatura e tem que dar uma ideia para combater esta situação que tem de ser combatida e tem de ser travada, porque se assim não for e a um ritmo de endividamento desta natureza, é o descontrole total.

Eu pergunto-lhe apenas se tem alguma ideia genérica dessas reformas, porque a senhora é que é governante do Serviço Regional de Saúde, que permita combater esta situação?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelo vistos, o “Irmão Bento” e “Frei Paulo”, nalguns aspectos, não se entendem muito bem, porque...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fala “S. Francisco”!

O Orador: Aqui não fala “S. Francisco”, esteja descansado “Irmão Machado”

... concordando ou não com algumas das soluções preconizadas, apresentadas ou propostas pelo PSD, o que é um facto é que da sua primeira intervenção para a segunda, a bancada do PSD evolui duma situação de diagnóstico para uma situação de apontar pistas, sugerir soluções, algumas delas, permita-me Sr. Deputado Bento Barcelos, um pouco irrealistas, porque quando se tenta imputar à tutela a responsabilidade de doentes que faltam ou não vão às consultas, parece-me um pouco excessivo, parece-me um sistema de controlo um pouco difícil de aplicar.

Da mesma forma, Sr. Deputado, quando fala da regulamentação do Serviço Regional de Saúde, e já foi falado aqui várias vezes, devo dizer que já há partes do SRS regulamentadas e há outras em fase de regulamentação que irão permitir uma efectiva redução de custos como é o caso das unidades de saúde de ilha, que já foi aqui dito e repito neste momento.

Da mesma forma que a necessidade de reformulação do Instituto de Gestão Financeira da Saúde passará, eventualmente, também por libertar da asfixia administrativa os hospitais e os centros de saúde e, por outro lado, por maior racionalidade da prestação do seu serviço e das suas competências.

O mesmo se fala relativamente aos genéricos. Os genéricos já são utilizados de uma forma bastante acentuada nos hospitais desta Região. O senhor peça dados sobre isso.

Retomando aquilo que foi dito antes da interrupção do jantar, o que eu gostaria também de trazer aqui era uma questão que me parece que é importante para descobrir ou para ajudar pistas para uma solução do funcionamento do Serviço Regional de Saúde, que passa pela responsabilização do próprio utente e por uma relação de confiança de entre o médico e o utente.

Aliás, eu não trago nada de novo, mas trago, por exemplo, as declarações do Dr. Eduardo Pacheco, representante da Ordem dos Médicos da Região, quando diz: “... uma melhor regulação e controlo dos pacientes dos serviços, especialmente nas urgências dos hospitais, o mesmo será dizer que o excesso de utilização indevida dos cuidados de saúde também contribuem para o crescimento das listas de espera e que muitas vezes são usadas e abusadas. Neste caso, em concreto, é preciso apertar as exigências da população e solucionar o problema a partir da base, observando que a população de um modo geral necessita, em termos de cuidados de saúde, de utilizar todos os recursos que temos ao nosso dispor, quer no sector público, quer no privado”.

Ora, o recurso às urgências verifica-se, por vezes, de forma excessiva também devido ao facto da não existência – é verdade – de médicos de família, mas tem a ver igualmente com a crescente procura de meios, tratamento e diagnóstico e existe, como há pouco o Sr. Deputado acabou por referir, duplicação e triplicação de exames, de centro de saúde para centro de saúde ou de laboratório para laboratório, por os mesmos não serem aceites. É este tipo de atitudes, é este tipo recurso sistemático aos meios complementares de diagnóstico que necessitam de ser controlados numa forma que a tutela também terá uma palavra a dizer.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais. Dispõe de três minutos.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É claro que eu, em boa verdade, não posso responder por estes actos de má gestão, actos acidentais ou por situações imprevisíveis que vão sucedendo nas instituições de saúde.

Também é claro que eu não posso compreender, por um lado, que se diga que um instituto de gestão financeira controla as instituições que têm a sua autonomia e, por outro, se entenda que o instituto deverá trabalhar e ser mais eficiente, no sentido de que as instituições tenham uma gestão económico-financeira o mais eficaz e eficiente possível. De facto, nós temos que ter este acompanhamento das instituições e é isto que eu pretendo do instituto.

Gostaria também de dizer o quanto é delicado, o que não quer dizer que se tente sempre educar para racionalização, e o quanto a tutela não pode fazer é determinar se o doente chega com exames complementares de uma instituição para outra, dum centro de saúde para um hospital e o médico não possa, em consciência, pedir os exames que entende que deve pedir. Isto é uma questão de princípio e é uma questão do acto médico e de entendimento da responsabilidade do médico, porque em última instância que é responsável pelo diagnóstico e pelo tratamento daquele doente é quem recebe o doente.

Também gostaria de relembrar que a implementação da prescrição ambulatória por genéricos, por DCS, que são as denominações de medicamentos internacionais, ou por uma receita electrónica, cuja experiência se está fazendo no Hospital da Horta, juntamente com meia dúzia de hospitais no Continente, passa por uma política nacional do medicamento.

Portanto, se a experiência, na Região, com prescrição electrónica for positiva, poderemos implementar esse sistema que poderá racionalizar a prescrição de medicamentos, porque o médico no momento que prescreve tem uma lista de medicamentos com o preço dos mesmos. Agora, uma política que tenha a ver com a implementação de genéricos, passa por uma política nacional. É bom não esquecer estas duas vertentes.

Também gostaria de referir que este aspecto da falência técnica das instituições existe, em maior ou menor medida, porque basta não haver receitas que cubram as despesas para isso acontecer. Portanto, em boa verdade, se há dívida no SNS, se há dívida no SRS Açores e Madeira, tem que haver instituições com falência técnica.

Tenho imensa pena de não ter seguido e não ter compreendido a última questão do Sr. Deputado Raúl Rego e por isso não lhe posso responder.

De qualquer forma vou referir que do ponto de vista da previsão da dívida para 2002 não a tenho ainda.

Gostaria de chamar a atenção para uma ideia, que reitero, que é preciso repetir várias vezes.

De facto nós temos responsabilidades no sistema, como eu já afirmei, em duas vertentes.

Dentro dos nossos recursos financeiros regionais dotar o Serviço Regional de Saúde de forma a que ele possa existir num equilíbrio possível.

No aspecto da gestão desses mesmos recursos, que são transferidos para o Serviço Regional de Saúde, temos a obrigação de utilizar os instrumentos que temos, ou não os tendo, criá-los, para gerir melhor as nossas instituições, o que o mesmo é dizer, gerir melhor os nossos recursos, mas tenho que reiterar novamente que tudo o que diga respeito ao financiamento do sistema, passa por reformas que não são da competência da Região.

Gostaria de salientar ainda que, de facto, eu referi que o Estatuto do Serviço Regional de Saúde poderia ter necessidade de ser modificado e em alguns aspectos ser aperfeiçoado, mas isto não invalida de que as ilhas que têm mais do que um centro de saúde e que podem beneficiar da sua nova orgânica, que é a regulamentação dessa unidade de saúde de ilha, tenho duas ilhas com os diplomas em debate nos parceiros sociais. Já nos reunimos por mais do que uma vez e neste momento estamos revendo a questão do quadro de pessoal e, portanto, está na fase final no que diz respeito às unidades de saúde de ilha, da ilhas do Pico e de S. Jorge. Relativamente às ilhas que só têm um centro de saúde, não há grandes diferenças na organização das suas unidades de saúde.

A questão é mais complexa no que diz respeito a unidades de saúde de Ilha que têm hospitais e é aqui que eu pus esta questão.

Gostaria de lembrar que já regulamentamos a criação do Conselho Regional de Saúde e basta publicá-lo para ser nomeado e entrar em funcionamento e já regulamentamos também as autoridades de saúde.

Portanto, pretende-se regulamentar o Estatuto no sentido de obter, através dele, alguns ganhos na racionalização dos nossos recursos. Todos os ganhos são importantes, mas de forma alguma resolvem o problema do subfinanciamento do Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pedido de esclarecimentos surge na sequência da intervenção do Sr. Deputado Francisco Barros que falou da utilização abusiva das urgências dos hospitais e também das listas de espera para tratamentos, que me suscita um comentário e um pedido de esclarecimento.

O comentário é o seguinte:

Sexta-feira da semana passada, devido a um acidente com uma das minhas filhas, eu próprio fiz a experiência de utilizar uma situação mais urgente do Serviço Regional de Saúde, designadamente no Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, onde desde a chegada dela ao Hospital, pelas mãos duma funcionária da escola onde ocorreu o acidente, até ser vista por um médico, fazer uma radiografia e ser observada posteriormente pelo ortopedista, demorou 4,5 horas e durante esse período, devo dizer, com toda a verdade, em reconhecimento dos que lá trabalham, que não vi da parte do serviços qualquer sinal de desleixo ou de incumprimento, de responsabilidade e das diligências que naquele espaço se deve sempre fazer.

Naturalmente que presenciei algumas situações de utilização “abusiva” da urgência do Hospital do Divino Espírito Santo, mas por uma razão muito simples, Sr. Deputado e Sra. Secretária Regional, é que – e vou citar novamente o Sr. Director Clínico daquele mesmo hospital em declarações à Comissão de Assuntos Sociais – “o Centro de Saúde de Ponta Delgada funciona pessimamente mal”. As palavras são do Dr. Rui San-Bento.

Isto é verdade, porque o Centro de Saúde de Ponta Delgada, para além de, em termos administrativos, funcionar de forma pulverizada na cidade de Ponta Delgada, em termos da realização do acto médico, funciona em dois edifícios, onde lhe falta meios humanos e, sobretudo, meios técnicos, isto apesar do Plano de 1998 do Governo do Partido Socialista ter uma verba definida para o estudo dos terrenos do novo Centro de Saúde de Ponta Delgada. Passados 4 anos, em 2002, nós iremos concluir mais este ano sem se saber a localização desse futuro Centro de Saúde e, portanto, há responsabilidades que só podem ser imputadas ao Governo Regional, quando no caso da urgência do Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada,

acaba por cair lá muita gente que, na existência de um centro de saúde em condições, certamente não vinham prejudicar aquele funcionamento.

Sra. Secretária, é este ano que vamos saber o local da construção do novo Centro de Saúde de Ponta Delgada? Porque também por aí se pode fazer a racionalização.

Já agora, já que a questão foi levantada pelo Sr. Deputado Francisco Barros, como é que estamos de listas de espera?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional.

Foram postas por esta bancada duas questões muito concretas que V. Exa. teima em não responder.

Falou em gerir melhor, falou em usar instrumentos, falou em ser aperfeiçoado. Que razões temos para acreditar que a partir de hoje V. Exa., na sua gestão, há-de gerir melhor? Que razões temos para acreditar que a partir de hoje V. Exa. há-de usar instrumentos que até agora não utilizou? Que razões temos para acreditar que V. Exa. a partir de hoje será aperfeiçoada e se reconhece que é a partir de agora que é preciso sê-lo?

Portanto, as duas perguntas muito concretas que foram colocadas pelo Presidente do meu Grupo Parlamentar e por mim próprio foram:

Que instrumentos regionais? Uma questão simples que merece uma resposta simples.

Que reforma nacional?

V. Exa. diz que há questões que extravasam o âmbito da Região, mas vai sempre dando a ideia de que é por elas que passa alguma dessa reforma.

Portanto, gostava de saber, de uma forma muito concreta e muito clara o que é que pensa sobre a reforma nacional? Se é mais socialismo na Saúde ou se, porventura, abdicou dessas teses? Porque senão vamos aqui ficar com a ideia de que, para enriquecer, V. Exa. dá-nos lições parlamentares.

A ideia com que ficaremos é que o PS talvez tenha perdido uma boa deputada, sem que a Região tenha ganho, em termos governativos, nada com isso.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais para esclarecimentos.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Eu penso que não estou aqui para enriquecer. Não é esta, digamos, a minha apetência, nem o meu traço de personalidade e já dei provas disso.

Tento responder ao que sei e sou obrigada nesta Casa e passo para outras instâncias aquilo a que não sou obrigada, porque os Srs. Deputados têm instrumentos para o efeito. Sempre foi assim e com certeza, pelo menos, neste futuro próximo, as regras que existem são estas.

Postas estas questões, gostaria de referir ao Sr. Deputado o seguinte: como é que o Sr. Deputado tem a garantia que eu vou gerir melhor? Tem a garantia que esta Casa lhe dá de questionar o Governo oralmente ou por escrito pedindo dados, pedindo números. Tem todos os instrumentos e são esses que pode utilizar, outros não lhe posso dar.

Sobre a reforma nacional, também em devido tempo participarei, com as minhas ideias, naquilo que terei que participar. Não tenho que dizer neste momento quais são as minhas ideias sobre a reforma nacional de saúde, se a houver.

Gostaria de referir ainda que, do ponto de vista do Centro de Saúde de Ponta de Delgada, nós não temos um centro de saúde em termos administrativos pulverizado, temos, sim, do ponto de vista clínico dois edifícios onde são ministrados cuidados e um onde há um atendimento urgente.

É claro que eu sempre disse que existem deficiências por falta de médicos de família e quando se fala que esse centro de saúde não funciona bem, quero tão somente dizer que não podendo efectuar atendimento em termos de consultas a toda aquela população, esta ocorre às urgências hospitalares e às urgências do Centro de Saúde, dificultando as tarefas destes serviços. Esta é a realidade.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Governantes, Sra. Secretária:

Penso que os mecanismos que estão ao nosso alcance, em termos parlamentares, são aqueles que vamos usando e consoante aqueles que vamos usando também vamos dando conta deles ou não.

Foi V. Exa. quem entendeu vir aqui a esta Casa discutir politicamente, trazer um diagnóstico e que nós, oposição, entendemos que também deveria trazer soluções.

Deputado Manuel Campos (PS): Mas não vem enriquecer.

O Orador: Aliás, foi V. Exa. que quis aqui vir discutir esta temática e foram-lhe postas questões de cariz de solução que, com certeza, tem, não talvez o dever de responder, mas, o que é a mesma coisa, uma obrigação de responder.

Se V. Exa. entende que tem condições para dirigir esta área, com certeza, tem de ter uma ideia do que é que pretende.

Não tem em termos nacionais, porque diz que tem ideias mas não as quer dizer, não tem em termos regionais, porque diz que há meio próprio para o fazer. Que meios existirão que não seja dizer a sua opinião sobre isso e, aí sim, aqui estaremos para discutir se serão boas ou serão más.

Será, sobretudo, V. Exa. dizer o que é que pensa em termos de soluções e nós aqui estaremos para dizer que, uma a uma, concordamos com esta e discordamos com aquela. Essa é a sua função, essa deveria ter sido a sua preocupação, porque senão aquilo que me pede para fazer, de utilizar mecanismos para responder àquilo que não quer responder, é sobretudo o inverso do que veio aqui fazer que foi, sobretudo, um mero golpe de teatro e quando se pergunta qualquer questão, não está disponível para responder a ela.

Portanto, as garantias que nos dá de que poderemos utilizar outros instrumentos, sempre os tivemos, sempre tivemos essas garantias e nem por isso é V. Exa. quem aqui vem dizer que as coisas estão mal, porque senão ficamos com a sensação daquele ministro, que também era do vosso governo, que dirigia mal lá dentro, mas depois vinha cá para fora para as manifestações e dizia “abaixo o ministério”.

Ficamos com a sensação de que V. Exa. governa mal, mas depois vem aqui dizer que tudo está mal.

O que queremos saber é soluções. Nós temos as nossas, mas queremos saber as suas, porque foi V. Exa. que quis aqui vir. Diga e debateremos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer, Sra. Secretária, que a utilização de outros instrumentos para obter respostas do Governo Regional, de facto, vai ser cada vez menos utilizada e sabe porquê? Porque entre outras coisas, o seu Governo, perante as questões, responde coisas como esta em resposta a um requerimento: “A matéria levantada pelos Srs. Deputados será objecto de esclarecimento oportuno aquando da apreciação parlamentar das propostas do Plano para a Região”. Isto é, em Novembro, daqui a seis meses.

Mas, a utilização ou não de outros instrumentos entronca sempre aqui: os senhores respondem quando querem. Raramente respondem ao que deviam.

Relativamente às listas de espera a senhora não deu os esclarecimentos, mas eu posso-lhe dar uma ajuda: hoje dia 16 de Maio, quem se dirigiu ao Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, para fazer a marcação de uma mamografia obteve a seguinte resposta: “este serviço só é prestado às doentes internadas. Quem quiser fazê-lo que o faça fora na privada”.

Nesse mesmo hospital quem hoje se dirigiu para fazer a marcação de um TAC obteve a seguinte resposta: “até meados do mês que vem não fazemos marcação”.

Quem hoje se dirigiu ao Hospital da Horta para fazer a marcação de um TAC obteve a seguinte resposta: “não fazemos, mas se o fizéssemos demoraria um ano e meio a ser realizado”.

Por tudo isto devo concluir que as listas de espera, infelizmente, por estas razões estão mais pequenas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma nota e deixar registado um aspecto que me parece extremamente importante.

Houve aqui laivos de leviandade na forma como alguns partidos da oposição trataram esta matéria. Não pode deixar de ser salientada a postura leviana como o CDS/PP aborda esta questão.

O CDS/PP entra aqui numa atitude de pura arrogância como se a questão complexa da saúde fosse da responsabilidade daquela senhora e dizem: “ela tem que responder”.

O senhor tem a obrigação, se quer ser sério, de apresentar também soluções, como foi sério o Sr. Deputado Bento Barcelos, que apresentou aqui algumas soluções e que posso discordar e discordo de algumas, mas apresentou soluções e o CDS/PP nem sequer isso fez.

Portanto, fica-lhe mal, para quem fala em tanta responsabilidade, em tanta coisa que, afinal, é só da boca para fora.

Em segundo lugar, a postura do Governo Regional, para o Partido Socialista não oferece a mínima dúvida. Esta postura foi clara e definida no último Plano e Orçamento.

O Governo reconhece a complexidade desta questão. O Governo reconhece que esta é uma questão difícil. O Governo convida todos os partidos a estudarem esta questão.

Portanto, sobre esta matéria, da parte do Governo Regional para o Partido Socialista - Açores, a questão está clara e da parte do Partido Socialista – Açores, nomeadamente deste Grupo Parlamentar, a questão ainda é mais clara, porque fomos nós que apresentamos a Comissão para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde e vamos empenhar-nos no estudo dessa solução. Se os senhores quiserem vir, são muito bem-vindos, agora nós entendemos que este é um problema, que é uma tarefa de todos e que prestam um mau serviço à causa do Governo, em sentido lato, e à causa de buscar uma solução para esta matéria, aqueles que só sabem sentar-se a questionar o Governo e a obrigá-lo a apresentar soluções.

Este é um problema de todos, Sr. Deputado Paulo Gusmão, e se o senhor ainda não percebeu isso é porque, efectivamente, não tem a capacidade para perceber que nesta matéria há um limite que não deve ser ultrapassado.

A questão é complexa demais para se colocar como o senhor tem todo o gosto em colocar quando diz: “a esquerda é responsável por isso”. Isto é um rematar disparado. Só diz isso quem ainda não percebeu a complexidade do problema que aqui está em causa.

O senhor acha que há alguém que tenha mais prazer, ...

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente.

... mais gosto em resolver o problema da saúde do que o Governo Regional e chegar aqui e dizer, meus senhores, as medidas são estas e o assunto fica resolvido, mas não é assim, porque este é um problema complexo e para que exista uma solução duradoura e uma solução que permita construir alicerces para que o sistema melhore e avance, é importante que todos participem nesta solução. Foi isto que o Governo Regional fez,...

Deputado Raúl Rego (PSD): Por que é que não faz isso com o sismo?!

O Orador: ... pela boca do seu Presidente, é isto que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz, apresentando a proposta de criação da comissão e empenhando-se no trabalho dela. O que esperamos, sinceramente, é que o senhor também faça parte nesta vontade da busca de soluções.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão para esclarecimentos.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Afinal, até pela força das palmas aquilo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro devia ter dado aqui nota era do incómodo com que alguns deputados até da sua bancada estão a encarar toda esta situação. Aliás, eu não estou sozinho naquilo que disse.

V. Exa. deveria ao menos reconhecer que o CDS/PP procura, como a maior parte de todos nós, senão todos, ter uma postura construtiva em todas as matérias que aqui

vêm a debate e, portanto, essa crítica simboliza apenas um espírito de quem não quer aceitar qualquer palavra menos boa àquilo que se passa.

De facto, acredito, Sr. Deputado, que prestei um mau serviço ao Governo, só que não foi em sentido lato, prestei um mau serviço ao encenamento do Governo, prestei um mau serviço à Sra. Secretária que pretendia vir aqui trazer um diagnóstico muito generalista. Todos ficávamos aqui com cara de “enterro” muito condoídos, voltávamos a casa e tudo seria para se pensar e para se fazer um grande consenso.

Mas não, nós tivemos a coragem de dizer aqui que somos daqueles que há anos e anos defendemos, há anos e anos acreditamos que quem pode paga, quem não pode, aí sim, deve ter acesso gratuito. Isso sim, é uma solução concreta para fazer face ao estado das receitas.

Aliás, V. Exa., se calhar, é que não trouxe solução nenhuma e, se calhar, V. Exa. devia ter estado mais atento ao programa da RTP que já lhe citei.

O Sr. Presidente do Governo, que já está farto do Partido Socialista, disse numa forma muito clara que já não faz sentido essas teorias que os senhores levaram anos a defender.

Portanto, trouxemos soluções concretas e aquilo que eu aqui perguntei de uma forma clara à Sra. Secretária foi que desse também soluções concretas da sua parte, para debatermos, da mesma forma que o Presidente do meu Grupo Parlamentar apresentou propostas em relação à despesa e a Sra. Secretária nem sobre a receita nem sobre a despesa.

Afinal isto era uma sumidade para debatermos nada e voltarmos na mesma. Para isso não contem comigo. Para isso aqui estarei sempre para prestar um mau serviço ao vosso Governo.

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Parece não haver mais inscrições. Vamos fazer um intervalo de 10 minutos e regressamos então para os diplomas.

(Eram 23 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 00 horas e 05 minutos)

Vamos entrar agora na discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – Cartão do Utente do Serviço Regional de Saúde.**

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Com esta proposta de diploma agora em debate pretende-se revogar o Decreto Legislativo Regional nº 3/98/A, de 10 de Março, por força da alteração de vectores da administração relativos ao próprio Cartão de Utente.

A criação do Instituto de Gestão Financeira leva a que a emissão do cartão e gestão do sistema de informação necessários à sua utilização seja da responsabilidade do Instituto de Gestão Financeira.

Com a implementação deste cartão pretende-se identificar cada cidadão de uma forma única e inequívoca perante o Serviço Regional de Saúde, tornando mais fácil a sua identificação nos serviços de saúde, por forma a assegurar a definição exacta da sua situação e ao mesmo tempo que seja o garante da concretização dos direitos dos seus titulares, sem que haja sobreposição de direitos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Traz o Governo a este Parlamento uma Proposta de Decreto Legislativo Regional para recriar o Cartão de Identificação do Utente e se me afigura uma nota crítica geral nesta apreciação, na generalidade, desta proposta de diploma.

Há quatro anos trás, quando foi aprovado o Decreto Legislativo Regional 3/98/A, de 10 de Março, cuja proposta do actual diploma revoga-o, o anterior titular do sector

da saúde dizia na apresentação do diploma em causa: “É necessário termos na Região um meio de identificação que vai permitir poupar na duplicação das análises e medicamentos, poupando ao utente, que transita de um serviço para o outro ou mesmo quando passa de um médico para o outro”.

Cito isto, só para dizer que as vantagens de um Cartão de Identificação do Utente são inequívocas, não só porque facilita, por parte do utente, o acesso aos cuidados de saúde, reduz substancialmente a burocracia, eliminando credenciais e uma duplicação de multiplicidade de cartões, não só porque facilita os subsistemas a identificarem, nos actos de utilização por parte dos utentes dos serviços de saúde, não só também porque vai criar novas tecnologias aos próprios serviços de saúde e por isso foi um atraso, uma omissão, um prejuízo e, provavelmente, algo que também agravou no aumento da dívida do Serviço Regional de Saúde.

Foram 4 anos perdidos e quando na Comissão perguntamos à Sra. Secretária Regional o que é que foi feito ao longo destes 4 anos, a Sra. Secretária Regional disse-nos que não tinha havido a criação de uma comissão para esse efeito, mas houve contactos entre técnicos da Direcção Regional de Saúde e do Instituto de Gestão Financeira da Saúde com departamentos competentes do Ministério da Saúde.

Portanto, uma crítica política, porque se passaram 4 anos em que não houve passos concretos em relação a esta matéria, com manifesto prejuízo para os utentes, para o sistema e também para os recursos financeiros do próprio Serviço Regional de Saúde.

Uma segunda nota em termos da generalidade:

Esta proposta de diploma aplica à Região três diplomas nacionais, o Decreto-Lei originário 198/95, o Decreto-Lei 48/97 e por último o Decreto-Lei 52/2000.

Mas, o processo ao nível do Ministério da Saúde foi um processo graduativo. Primeiro foi facultativo, depois definiu que todos os utentes devem ter o seu cartão, mesmo que mudando de ARS não mudava o seu número e apenas era necessário usar o cartão. Por último tornou obrigatório a utilização do cartão.

Esta proposta do Governo vai obrigar os utentes e os próprios serviços a caminharem no processo de fazer estas três etapas numa só etapa.

Por outro lado, traz aqui um elemento que é atribuir ao Instituto de Gestão Financeira da Saúde a responsabilidade da emissão do Cartão do Utente, o que já podia ter sido feito há muito tempo, porque este Instituto já está criado há 4 anos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A matéria que estamos hoje aqui a voltar a analisar, já não é a primeira vez que acontece na Assembleia Legislativa Regional e dois dos decretos em causa foram aplicados à Região pelo Decreto Legislativo Regional 3/98/A que tinha por epígrafe a criação do Cartão de Identificação do Utente do Serviço de Saúde.

Portanto, é matéria que neste momento urge ser implementada e todos nós, mais ou menos, temos conhecimento de algumas preocupações de alguns utentes doentes que, ao se dirigirem ao Continente Português, não tinham ainda esse cartão. Agora vai ser definitivamente criado afim de poder usufruir e identificar-se com o cartão que já há largos anos começou a ser implementado a nível nacional.

Entendemos que esta matéria tem que ser rapidamente implementada e, por isso mesmo, vamos votar favoravelmente o diploma em apreço, desejando que, de uma vez por todas, todos os utentes da Região Autónoma dos Açores possam usufruir do cartão para melhor gestão do próprio Serviço Regional de Saúde, mas também para todo o intercâmbio nacional que é permitido com este cartão do Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Deputado Bento Barcelos:

Estamos de acordo que já lá vão 4 anos, mas gostava de lhe explicar – e o senhor estava na Comissão – que nestes 4 anos, e logo após a aprovação do Decreto 3/98/A, os técnicos da Direcção Regional de Saúde dedicaram-se ao estudo da conceptualização do cartão e toda esta demora se deve essencialmente à tentativa de colocar mais dados no cartão, ou seja, ter mais elementos, mas isso não foi possível porque a Comissão Nacional de Protecção de Dados inviabilizou a situação.

Assim sendo, vamos ter um cartão compatível com o nacional e a ser utilizado em todo o país. Esta foi uma das razões principais.

Realmente é bastante tempo, mas pensamos que estão criadas as condições para muito brevemente termos na Região o acesso ao cartão do Serviço Regional de Saúde, compatível com o nacional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Apenas para dizer que, efectivamente, foi demasiado tempo para tão pouco, para ser averiguado que o conjunto de elementos que queriam integrar no cartão não fora aprovado pela Comissão Nacional de Protecção de Dados.

Mas, a nossa bancada está aqui com a preocupação de melhorar o Serviço Regional de Saúde, melhorar o acesso aos cuidados de saúde por parte dos utentes e, portanto, achamos que é essencial esta iniciativa.

A nossa posição é de concordância, não deixando, contudo, de manifestar aqui esta nota política crítica, porque se perderam 4 anos naquilo que era, à partida, essencial para o bom funcionamento do Serviço Regional de Saúde.

Deputados Mark Marques e José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para efectuar alguns esclarecimentos.

Independentemente das notas críticas que se possam efectuar pela demora e pelas justificações apresentadas, gostaria de salientar que mesmo no Serviço Nacional de Saúde o problema da implementação do cartão teve duas questões, a questão gradativa e a questão técnica.

Por exemplo a Madeira teve o processo do seu cartão iniciado mais cedo, mas neste momento ainda não está implementado por problemas técnicos relativos ao cartão.

Nós, felizmente, depois de termos percebido que havia problemas de ordem técnica no caminho que se seguia, uns relacionado com a Comissão de Protecção de Dados e outros relacionados com aspectos técnicos, pensamos que hoje já estamos em boas condições para dar este passo o mais rapidamente possível.

Informo ainda que neste momento nós, ao mesmo tempo que estamos aprovando este diploma, já adjudicamos o equipamento que vai permitir a introdução da base de dados e de seguida poderemos dar o passo seguinte que é a emissão do cartão e adquirir o equipamento que possa ler este cartão.

Vamos dar o início nas instituições, centro, de saúde e hospitais, e estamos certos de que este instrumento de boa gestão estará implementado até ao fim do Verão.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar na generalidade este diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à discussão na especialidade.

Nós só temos propostas de alteração para o artigo 6º., que são assumidas pelo PS.

Se não virem inconveniente eu poria à discussão e posteriormente votação os artigos 1º., 2º., 3º., 4º. e 5º.. Estão à discussão.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, na especialidade, com os artigos 1º., 2º., 3º., 4º. e 5º., por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º., 2º., 3º., 4º. e 5º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 6º há uma proposta de alteração que vem da Comissão e é assumida pelo Partido Socialista.

Está à discussão este artigo, bem como a proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A intenção desta proposta do Partido Socialista, apresentada em Comissão e assumida pela mesma, é apenas para clarificar e facilitar a leitura do corpo do artigo e para melhorar o próprio português do artigo 6º..

Presidente: Continua aberta a discussão.

(Pausa)

Não mais intervenções, vamos pôr à votação esta proposta de alteração ao artigo 6º..

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos agora aos artigos 7º. e 8º.. Estão à discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretária: Os artigos 7º. e 8º. foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, relativa Cartão de Identificação do Utente do S.R.S., por favor mantenham-se como se encontram.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O diploma baixa à respectiva Comissão para redacção final.

Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 9/98/A, de 13 de Abril, que criou o Instituto de Gestão Financeira da Saúde”**.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais para apresentação do diploma.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com esta proposta de diploma pretende-se operacionalizar o Instituto de Gestão Financeira por forma a melhorar a sua eficácia.

A actual situação de acumulação de funções por parte do Director Regional de Saúde tem-se mostrado ineficiente, devido à excessiva concentração de responsabilidades numa única pessoa.

Pretende-se imprimir maior dinamismo na gestão financeira do sector e a separação das políticas de saúde, ou seja, a organização dos cuidados da gestão económico-financeira do Serviço Regional de Saúde.

De facto, nós podemos referir, por um lado, que de uma maneira geral a Directora Regional, nas suas propostas de organização, é uma espécie de provedora de cuidados e, por outro, o Instituto de Gestão Financeira deve analisar o impacto dessas medidas, cabendo ao Secretário Regional a decisão política dessas medidas.

É claro que esta proposta de diploma está interligada com tudo o que temos referido, em parte, no debate desta tarde. Relembro que é fundamental que o Instituto tenha uma capacidade e uma operacionalidade de acompanhar as instituições, exercer pedagogia no conhecimento técnico, melhorar a recolha e a fiabilidade dos dados económico-financeiros, fornecendo a tutela periodicamente a execução económico-financeira do Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

É para dizer, muito rapidamente, que vamos votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Instituto de Gestão Financeira da Saúde, que passará a ter um presidente exclusivamente para presidir a este Instituto e consideramos que será desejável que neste sector este Instituto funcione e tenha uma operacionalidade cada vez maior, funcione cada vez melhor no sentido de irmos colmatando algumas necessidades de uma cada vez melhor gestão para este sector.

Por isso mesmo, o nosso voto favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Traz o Governo ao Parlamento uma Proposta de Decreto Legislativo Regional alterando o actual Decreto Legislativo Regional 9/98/A, no que se refere ao artigo correspondente à constituição do Conselho de Administração.

Também merece um conjunto de críticas de natureza política que queremos aqui deixar expresso.

No preâmbulo desta proposta de diploma é referido que, aquando da aprovação do Instituto de Gestão Financeira da Saúde, dando como atribuição ao Presidente do Conselho de Administração, cumulativamente com o cargo de Director Regional de Saúde, se via muitas vantagens por essa articulação.

Agora, diz-se que é necessário, para que haja maior eficácia e eficiência – isto palavras do próprio texto do preâmbulo – haver a separação dessas funções.

Aquando da discussão da criação do Instituto de Gestão Financeira da Saúde a bancada do PSD, que se absteve na altura em relação a esta proposta de diploma, teceu um conjunto de observações. Evidenciou dúvidas da importância deste instituto público, por que se trata dum instituto público, porque principalmente entendia, por um lado, que vinha à frente daquilo que se considerava importante que era haver um novo Estatuto do Serviço Regional de Saúde e, por outro lado, tinha uma filosofia centralizadora, reduzindo a autonomia dos hospitais e dos centros de saúde, que também são institutos públicos.

Mas, na altura, a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais, na sua função de deputada, dizia que e cito: “O instituto iria coordenar, emitir directrizes e vai precisar de certos tipos de comportamentos na própria gestão e vai avaliar essa própria gestão”. Mais à frente dizia: “O instituto será um instrumento essencial para controlar o crescimento da despesa e flexibilizar a gestão dos recursos financeiros”. Dizia também: “É um órgão essencial para a coordenação da gestão”.

Volvidos 4 anos, e não obstante as competências de atribuições definidas a este Instituto que eu atrás no debate salientei, de controlo da gestão, da racionalização do sistema, de melhoria do sistema de organização e gestão e de avaliação, os

resultados que nós temos são aqueles que foram patentes, ou seja, um aumento substancial da dívida, um acrescido e continuado subfinanciamento.

Portanto, pela nossa conclusão, ao longo de 4 anos este Instituto não trouxe benefícios ao Serviço Regional de Saúde, antes, pelo contrário, trouxe despesas à Administração Regional.

A nossa posição é de não votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, para além de considerarmos que continua a ser perfeitamente possível que o Director Regional de Saúde possa continuar a ser o Presidente deste Instituto, como também o Director Regional da Segurança Social é também o Presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Para além disso é criar mais um cargo, é assumir mais uma despesa acrescida, dando apenas exemplo que os dois vogais deste Instituto auferem actualmente o valor de 3.835 euros, o que corresponde a 768.944\$00. Como o Presidente deste Instituto provavelmente será equiparado a Administrador-delegado dum hospital ainda vai ter o estatuto remuneratório acima deste.

Portanto, nós não vemos vantagens políticas, vantagens instrumentais em separar este cargo do Director Regional de Saúde, pelo que a nossa posição é uma posição, em consciência, de não aprovar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Emanuel Furtado.

Deputado Emanuel Furtado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

A ideia desta alteração é precisamente dar maior dinamismo, eficiência e eficácia ao Instituto de Gestão Financeira da Saúde e à Direcção Regional da Saúde, no sentido de separar as responsabilidades que antes eram atribuídas única e exclusivamente ao Director Regional da Saúde.

No entanto, o PSD apresentou uma proposta de alteração em sede de Comissão que o PS entendeu aceitar. Assim sendo, notou-se que o PS tem uma enorme abertura relativamente a estas propostas, visto que entendeu que eram válidas e credíveis.

Portanto, cai por terra a tese do PSD relativamente à maioria musculada.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

O Deputado Emanuel Furtado não me vai levar a mal, mas tenho que discordar totalmente de si.

Em primeiro lugar, a nossa posição em sede de Comissão foi de abstenção e reservar a nossa posição para o plenário.

Em segundo lugar, na medida em que a proposta do Governo propunha a criação do Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Gestão Financeira separado das funções de Director Regional de Saúde e no diploma existente os vogais estão em regime de exclusividade, a dedução que nós tirámos é que se tratava de um lapso e não era correcto da nossa parte, não identificarmos na própria Comissão que se tratava de um lapso. Aliás, a Sra. Secretária Regional e creio que grande parte dos Srs. Deputados do Partido Socialista perceberam que, de facto, era um lapso e não entendemos que a nossa posição numa Comissão seja de verificar que existe um lapso e deixar para trazer para plenário, chamando a atenção que se tratava de um lapso e, portanto, daí a nossa posição, mas deixando claro que a nossa posição foi de abstenção, reservando a nossa posição final para o plenário, que está, aliás, expresso no relatório da própria Comissão.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Estamos neste momento a alterar ligeiramente o Instituto de Gestão Financeira e na intervenção, no início do nosso período da ordem de trabalhos foi aqui analisado o problema da saúde na Região e penso, aliás, que a conclusão geral a tirar é que, efectivamente, há que haver um cada vez maior cuidado na gestão dos serviços de saúde.

Nós interpretamos esta proposta de diploma exactamente no sentido de melhorar a gestão do sistema de saúde, no sentido de criar mais disponibilidade por um

responsável máximo, por um Instituto que já existe, que já está criado e, por isso mesmo, entendemos que valerá a pena fazer os esforços necessários no sentido da melhoria dessa gestão.

Não estamos de acordo que se diga que, pelo facto de se criar mais um cargo público, se está a fazer despesismo, porque os cargos públicos são necessários, é necessário que as pessoas que lá trabalham sejam devidamente compensadas e por isso mesmo entendemos que o que está em causa é a gestão do sistema de saúde, o que está em causa é dar um contributo para uma melhor gestão do sistema de saúde. Pensamos que isso é importante e pensamos que vale a pena.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bento Barcelos.

O que a Deputada Fernanda Mendes referiu e foi lido continua a ser verdade e a Secretária continua e apresenta esta proposta, porque entende que é necessário coordenar e avaliar. É necessário termos instrumentos para melhorar a gestão económico-financeira da saúde. Isto ficou patente no debate que aqui tivemos.

Agora, eu não compreendo que refira que não derivou da criação deste Instituto qualquer benefício. Que não se tenha conseguido tudo o que gostaríamos de já ter conseguido por via da criação do Instituto, não significa que não tenha sido positivo. Mas, também por constatarmos que este Instituto, de facto, necessita de maior operacionalidade, só tínhamos que ter uma atitude que é trazer a esta Casa uma proposta que viabilizasse essa operacionalidade. É esta questão essencial a respeito do Instituto de Gestão Financeira.

Portanto, trata-se de uma matéria fundamental no nosso Serviço Regional de Saúde, trata-se, de facto, de melhorar a eficiência e a eficácia das nossas instituições.

Gostaria só de relembrar um coisa: em 1995 o maior hospital e o mais completo hospital da nossa Região ainda tinha uma gestão do aprovisionamento a da farmácia por fichas. Veja bem o passo que se deu em algumas instituições no sentido de melhorar essa gestão.

A importância de que hoje é fundamental ter uma gestão em qualquer instituição com o rigor que nós, na tutela, pretendemos, é que tenhamos a possibilidade de ir

controlando. O que se pretende do Instituto é que exerça esta tarefa, que acompanhe pedagogicamente e, acima de tudo, que faça uma ponte, não no sentido de controlar e tirar a autonomia das instituições, mas tem de fazer uma ponte tecnico-pedagógica nas nossas instituições para que elas possam evoluir na sua gestão. Isto traz ganhos acrescidos à nossa Região, no que diz respeito ao Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Muito brevemente apenas para duas notas.

Em primeiro lugar, Sra. Secretária Regional, esta é a avaliação política que nós fazemos do Instituto de Gestão Financeira. Estamos no nosso legítimo direito.

Não vimos até agora, volvidos 4 anos, mecanismos de eficiência, de eficácia, de racionalidade, de redução de custos que podiam sair no âmbito das atribuições deste Instituto ao longo destes 4 anos. 4 anos é tempo já com algum significado.

Em segundo lugar, referi aqui que o Director Regional de Solidariedade e Segurança Social é o Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social que tem um valor, em termos de orçamento, próximo do orçamento da Direcção Regional de Saúde pelo Serviço Regional de Saúde e é simultaneamente também Presidente do Instituto de Acção Social, com verbas da área de capital, de investimentos, área dos regimes, área da acção social e área do funcionamento.

Portanto, é perfeitamente possível essa acumulação.

Na altura em o PSD verificar, no futuro, que existindo o Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Gestão Financeira da Saúde, que não é o Director Regional, cujo desempenho, funcionalidade e os benefícios desse Instituto forem visíveis, o PSD poderá mudar a sua opinião, porque o PSD não é um partido irreduzível, é um partido que já esteve no poder e detém a percepção dos mecanismos do poder.

Neste momento o nosso juízo político, a nossa percepção política é a de que não vimos, até agora, benefícios para o Serviço Regional de Saúde e para os utentes que merece gastar mais estes largos milhares de contos com outro Presidente dum

instituto público com um estatuto remuneratório próximo dum administrador-delegado.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar o diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O diploma foi aprovado, na generalidade, com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Passamos agora à especialidade.

Está aberta a discussão sobre o artigo 1º., que altera o artigo 5º do Decreto Legislativo Regional nº 9/98, bem como sobre uma proposta de alteração da Comissão, assumida pelo Partido Socialista.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar esta proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 1º foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O PS votou esta proposta consciente do que o estava a fazer, tanto mais que também o fez na Comissão por proposta do Grupo Parlamentar do PSD, que nós subscrevemos na Comissão, subscrevemos aqui no plenário e votámos.

Ficamos, de facto, estupefactos porque estávamos a tratar apenas e somente da alteração que tinha sido proposta na Comissão pelo PSD e não tão pouco sequer do artigo em causa ou do próprio diploma.

Presidente: Vamos agora votar o artigo 1º, incluindo já a proposta anteriormente aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: Sobre os artigos 2º e 3º não existem propostas de alteração. Assim sendo estão à discussão em conjunto.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação do artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O 2º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 3º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 3º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O diploma, em votação final global, foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 17 votos contra do PSD e 2 votos contra do PP.

Presidente: O diploma baixa à Comissão competente para redacção final.

Passamos ao último ponto da nossa ordem de trabalhos – Proposta de Resolução, apresentada pela Mesa, que diz o seguinte:

“A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Maio”.

Está aberto o debate sobre esta Proposta de Resolução.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretária: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, terminaram os nossos trabalhos. Boa noite e até amanhã.

Muito obrigado.

(Os trabalhos terminaram às 00 horas e 45 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes Reis

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Deputados que faltaram à Sessão:

António José Tavares de Loura

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Nélia Maria Pacheco Amaral

Luís Paulo de Serpa Alves.

O Redactor de 2ª Classe, *José Rodrigues da Costa.*